

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA
ANO 68 - NÚMERO 2 - ABRIL / MAIO / JUNHO DE 2016

Ciência & Cultura

Temas e Tendências



LIMPÍ
ADAS

3 EDITORIAL

4 TENDÊNCIAS

AVANÇOS E RETROCESSOS NO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS
Abraham Benzaquen Sicsú
Mariana Silveira

BRASIL

6 ABC SE ENGAJA AINDA MAIS EM PROL DA CIÊNCIA BRASILEIRA

8 LIXÕES CONTINUAM POR TODA PARTE

10 CICLOVIAS AJUDAM A HUMANIZAR ESPAÇO URBANO

12 EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL EM SALA DE AULA

MUNDO

14 PESQUISA CONFIRMA A DETECÇÃO DAS ONDAS GRAVITACIONAIS



Uso de drones se multiplica

17 OLHOS NO CÉU: AS IMPLICAÇÕES ÉTICAS DO USO DE DRONES

19 RESENHA: INSETOS USADOS COMO ARMA

NÚCLEO TEMÁTICO: OLIMPÍADAS

ARTIGOS



22
Apresentação
Jogos Olímpicos Rio de Janeiro 2016
Alberto Reinaldo Reppold Filho

27
Dinheiro público em megaeventos esportivos: a eficácia de uma justificativa inconsistente
Arlei Sander Damo

31
Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada
Raquel Rolnik

37
Atividade física e Jogos Olímpicos: Reflexões a partir de Londres 2012 e Rio 2016
Billy Graeff, Paul Bretherton e Joe Piggin

43
Valores associados aos Jogos Olímpicos
Holger Preuss, Norbert Schütte Thomas Könecke e Lamartine DaCosta

49
Olimpismo para o século XXI
Jim Parry

PESQUISAS54

A & E

56 A PESCA DO CAMARÃO-DA-AMAZÔNIA, PERSPECTIVAS FUTURAS NO LITORAL PARAENSE
Bianca Bentes, Jussara M. Martinelli-Lemos, Camila Araújo e Victoria Isaac

CULTURA



Reprodução

Poeta faria 100 anos em 2016

60 POESIA
Manoel de Barros:
ver, rever e transver



Anneleen Lindsay

Festival homenageia o dramaturgo

62 TEATRO
Shakespeare vive

64 CINEMA
Emprego doméstico e a arquitetura da desigualdade

66 POESIA
LUIS DOLHNIKOFF

E X P E D I E N T E

Ciência&Cultura
<http://cienciaecultura.bvs.br>

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo,
Dora Fix Ventura, Francisco Cesar de Sá Barreto, Hernan Chaimovich Guralnik,
Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello,
Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

EDITOR CHEFE
Marcelo Knobel

EDITORAS EXECUTIVAS
Germana Barata; Wanda Jorge

EDITORA ASSISTENTE
Patrícia Mariuzzo

EQUIPE DE REPORTAGEM
Chris Bueno,
Juan Costa, Kátia Kishi,
Leonor Assad, Paula Gomes,
Renato Santos, Sarah Schmidt,
Thais Siqueira,
Victoria Flório

CAPA
João Baptista da Costa Aguiar

DIAGRAMAÇÃO
Carla Castilho | Estúdio
Luis Paulo Silva (tratamento de imagens)

REVISÃO
Daisy Silva de Lara

CONSULTORES
Literatura
Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

CONTATOS
Redação: cienciaecultura@sbpcnet.org.br

DIRETORIA DA SBPC

PRESIDENTE
Helena Bonciani Nader

VICE-PRESIDENTES
Ildeu de Castro Moreira
Vanderlan da Silva Bolzani

SECRETÁRIA-GERAL
Cláudia Masini d'Avila-Levy

SECRETÁRIOS
Ana Maria Bonetti
Maíra Baumgarten Corrêa
Paulo Roberto Petersen Hofmann

PRIMEIRO TESOUREIRO
Walter Colli

SEGUNDO TESOUREIRO
José Antonio Aleixo da Silva

Revista *Ciência e Cultura*
ISSN 0009-6725

O Núcleo Temático deste número da *Ciência e Cultura* é dedicado à análise dos Jogos Olímpicos, pela primeira vez sediados no Brasil. Coordenado pelo professor Alberto R. Reppold Filho, reúne articulistas que trazem perspectivas críticas de várias áreas do saber para entendermos a intrincada complexidade de transformações, benefícios e prejuízos que impactam a sociedade, sobretudo das cidades que hospedam os megaeventos esportivos.

Para lembrar os 100 anos da Academia Brasileira de Ciências (ABC), abrimos a seção “Brasil” com matéria que aborda a atuação da academia no progresso da ciência nacional e suas especificidades de ação. Duas matérias tratam de temas relacionados aos grandes centros urbanos: a humanização das cidades e a gestão dos resíduos sólidos, assunto que, por sua relevância, será objeto de Núcleo Temático da revista no segundo semestre deste ano.

Em “Tendências”, avanços e retrocessos no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em “A&E”, os autores analisam a pesca do camarão-da-Amazônia alertando para a necessidade de pesquisas sobre a biologia e estratégias de manejo desse animal. Em fevereiro deste ano, o representante do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro de Laser (LIGO), nos EUA, confirmou a detecção direta das ondas gravitacionais. A descoberta, que deve inaugurar uma nova área de pesquisa na física, está em “Mundo”. Há ainda uma análise sobre as implicações éticas do uso de drones e sobre a participação do Brasil no Observatório Europeu do Sul, que tem como objetivo a construção do European Extremely Large Telescope (E-ELT).

Em “Cultura”, recordamos os 100 anos de nascimento do poeta brasileiro Manuel de Barros e os 400 anos da morte de William Shakespeare. Ainda nesta seção, uma reflexão interessante sobre a arquitetura da desigualdade no Brasil, caracterizada por ambientes como “área de serviço” e “quarto de empregada”, mostrando como o cinema vem tratando essa questão.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL
Editor-chefe
Abril de 2016

AVANÇOS E RETROCESSOS NO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: MUDANÇAS NECESSÁRIAS

*Abraham Benzaquen Sicsú
Mariana Silveira*

Uma das grandes preocupações apresentadas, frequentemente, pelos especialistas é a ainda pequena participação do setor produtivo nos projetos de desenvolvimento e inovação no Brasil. A Lei de Inovação, de 2004, trouxe importantes modificações na legislação brasileira para regulamentar as atividades de pesquisa e desenvolvimento no país. Até então, era legalmente difícil a parceria com as empresas e a alocação de recursos públicos para a inovação empresarial. No entanto, verificou-se que, embora avanços efetivos fossem feitos, havia entraves a serem superados. O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (13.243/2016) foi proposto para desburocratizar e permitir maior parceria público-privada. Este, na prática, seu principal objetivo. A Lei de Inovação (10.973/2004) estabelecia, entre outras medidas, incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo com vistas à capacitação tecnológica, autonomia e desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regionais do país. Com esta lei e seus desdobramentos nas estaduais, um novo cenário começou a se configurar. Com ela, pretendia-se uma maior mobi-

lidade de pesquisadores acadêmicos para uma atuação efetiva em projetos empresariais de desenvolvimento, além de maior flexibilidade para a alocação de recursos públicos que efetivamente levassem ao aumento da taxa de inovação no país.

No entanto, verificou-se uma série de dificuldades burocráticas, advindas de outras leis, como a 8.666/1993, que dificultava atingir objetivos e avanços propostos pela Lei de Inovação. Com isso, iniciou-se um longo processo de negociação, cerca de oito anos, no qual se envolveram as principais lideranças políticas, empresariais e da comunidade científica para correção dessas distorções e para agilizar os processos de inovação no país.

No dia 11 de janeiro de 2016, foi promulgado o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, com pompa e circunstância, e sancionada a Lei 13.243/2016. Tendo sido aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, esperava-se que fosse aprovada na forma em que foi encaminhada pelo legislativo para a sanção presidencial. No entanto, o Marco Legal apresentou surpresas na forma final: vetos.

Sem dúvida, houve avanços com o Marco Legal com medidas para o incentivo à pesquisa, inovação e desenvolvimento com

regras que disciplinam os setores públicos e privados. A matéria “Publicado com vetos Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação”, do portal UOL Notícias (em 11, 12 e 13 de janeiro de 2016), ressalta que “segundo o governo e Congresso, a nova legislação permite maior flexibilidade de atuação às instituições científicas, tecnológicas e de inovação – ICTs. Um dos objetivos do Marco Legal é facilitar a aproximação de empresas e universidades, incentivando mais pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país. A presidente Dilma Rousseff destacou que, apesar do Brasil ter uma ‘extraordinária capacidade de produzir conhecimento’, infelizmente, esse conhecimento ainda não tem se traduzido em inovação produtiva integralmente. Segundo Dilma, com a nova legislação será possível transformar ‘ciência básica em inovação’ e ‘inovação em competitividade, gerando um novo ciclo de desenvolvimento econômico’”.

Esses avanços são importantes para a inovação no país. O Marco viabiliza as parcerias público-privadas (PPPs) facilitando a articulação com empresas inovadoras, principalmente de porte médio e pequeno. Permite que um núcleo de inovação tecnológica (NIT) possa atender a várias

instituições, dando efetividade a essas estruturas que necessitam de profissionais especializados em transferência de tecnologia e propriedade industrial, o que leva a custos não suportados por muitas das instituições de ciência e tecnologia. Regula a Lei de Inovação no que tange ao trabalho com o setor privado e aumenta a possibilidade de pesquisadores universitários prestarem consultoria às empresas. Mas, há o problema com os vetos já citados. A Lei trata pesquisa como *commodity* e obriga a licitação de tudo que é utilizado nos laboratórios, além de regram a contratação de pessoal, o que impede a prática de convidar especialistas para colaborar em projetos, trazendo novamente entraves burocráticos. Os vetos comprometem e desvirtuam muito do que foi negociado, por longo período, com os próprios parlamentares que participaram do processo e que reconhecem isso. Portanto existem impasses nesses vetos.

Primeiramente, taxar bolsas de pesquisa para projetos de desenvolvimento em empresas, assim como se faz com salário, parece um desestímulo. Neste caso, vão cobrar INSS de bolsistas de ICTs privados, retirando o caráter de bolsa das mesmas. Outro problema é que o objetivo da lei era incentivar as empresas a investirem em desenvolvimento e, com a manutenção de impostos de importação para equipamentos de pesquisa e exame de similaridade para importação dos bens para pesquisa científica, tecnológica e inovação, cria-se novamente dificuldades burocráticas.

Outro veto, proíbe a inclusão de taxas de administração nos instrumentos firmados por ICTs, empresas, fundações de apoio, agências de fomento e pesquisadores. O argumento de que, se é convênio, não

cabe taxa de administração é pouco compreensível, uma vez que as instituições de articulação, como as fundações universitárias, necessitam manter suas estruturas para operacionalizar a intermediação.

Outro problema com os vetos são as encomendas públicas de conteúdo tecnológico, visto que não há dispensa de licitação *lato sensu* e sim dispensa de licitação para pequenas e médias empresas que desenvolvem algum tipo de bem e serviço de conteúdo com órgãos públicos. A proposta de projeto de lei dizia que o órgão público contratante não precisaria fazer uma licitação para comprar o que ele mesmo fomentou e ajudou a desenvolver. Este item merece também muita atenção. Cai-se novamente na burocracia da Lei 8.666.

É consenso, na atualidade, que a inovação é fundamental para o desenvolvimento de um país. Claro, não deixamos de comemorar o avanço do Marco Legal. Mas o próximo passo agora é superar um certo clima de frustração que foi criado com os vetos que, no nosso entender, continuam a dificultar que um país, moderno e dinâmico, mas com baixa taxa de inovação, possa superar suas crises. É fundamental uma mobilização para a relevância da retirada dos vetos, mantendo o texto original aprovado com unanimidade pelo Congresso Nacional. Nesta direção, começam a acontecer articulações e parcerias com o objetivo de fazer avançar o movimento em prol da inovação no Brasil.

Abraham Benzaquen Sicsú foi conselheiro nacional e secretário regional de Pernambuco da SBPC e, atualmente, é presidente da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe).

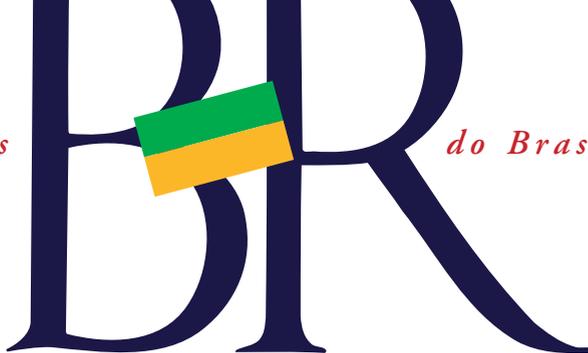
Mariana Silveira é jornalista da Facepe.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2015 (Nº 2.177, DE 2011)

“Art. 1º - Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país”. Dentre as medidas às quais se refere o *caput* destacamos os seguintes princípios do Artigo 1º: III) redução das desigualdades regionais; IV) descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no país; XII) simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação.

Acesse a Lei completa em:





CENTENÁRIO ABC

Instituição se engaja ainda mais em prol da ciência brasileira

Quando surgiram, no final do século XVII, as academias de ciências tinham como objetivo reunir talentos, acelerar os avanços e intercâmbios na ciência. Com o tempo o papel dessas instituições se ampliou, passando a incluir incentivar jovens para a carreira científica, realizar diagnósticos e aconselhar os tomadores de decisão sobre as políticas científicas e tecnológicas. Há cem anos, celebrados no dia 3 de maio, era inaugurada a Sociedade Brasileira de Ciências sob a presidência do francês, naturalizado brasileiro, Henri Charles Morize (1861-1930). Em 1921, a sociedade mudaria seu nome para Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Embora sua missão siga a tradição internacional, a entidade brasileira tem peculiaridades. Jacob Palis, presidente da ABC de 2007 a abril deste ano, lembra que o fato do país ser muito grande tornou importante a atuação da instituição nas várias regiões por meio de seis vice-presidentes regionais e quatro diretores. Com isso, há maior entrosamento e representação de todas as regiões e, também, mais equilíbrio na eleição dos membros afiliados. Em cem



Em visita ao país em 1925, Albert Einstein se tornou membro correspondente da ABC

anos de atuação a ABC teve papel marcante em conquistas para a ciência brasileira, como os esforços na introdução da radiodifusão no país (1923), a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 1949, e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1969.

“Na década de 1930, frente à percepção de que no Brasil era impossível manter a associação [ABC] sem o apoio do Estado, iniciou-se um processo para provar a utilidade prática da ciência, e isso fortaleceu-se ao ponto de a ABC exercer, hoje, um forte papel na definição de políticas públicas nas várias áreas de sua atuação”, analisa José Murilo de Carvalho, historiador e membro da ABC desde 2003. Em 1967, o go-

verno federal reconheceria a ABC como parte integrante do sistema de ciência e tecnologia nacional e como entidade competente a fornecer pareceres sobre o estado de C&T no país, por meio do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O documento legitimou a academia e permitiu que a mesma pleiteasse recursos governamentais para suas atividades.

A ABC tem produzido documentos relevantes para as políticas científicas e tecnológicas do país como “Uma política de Estado para ciência, tecnologia e inovação”, enviado em 2003 a todos os candidatos à presidência e que acabou sendo incorporado no plano de CT&I do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 2007. Há também a

publicação de materiais com temática específica, por exemplo sobre pesquisas na Antártica brasileira, a crise hídrica, educação, Amazônia, sustentabilidade, entre outros. “É uma pena que nossos governantes não utilizem esse valioso material, escrito por cientistas altamente especializados em suas áreas, até mesmo para tomada de decisão e implementação de políticas. Em outros países, os governos costumam ouvir mais seus cientistas. As academias de ciências são um canal de interlocução”, lamenta a bióloga Débora Foguel, acadêmica desde 2008.

MULTIDISCIPLINAR Não são todas as áreas do conhecimento científico que estiveram sempre contempladas na academia. No início apenas as ciências matemáticas, físico-químicas e biológicas estavam representadas. “Os cientistas de maior visibilidade na época eram da área de biológicas, como Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Juliano Moreira”, conta Carvalho. No aniversário de 80 anos da instituição as engenheiras ganharam espaço e, até o ano 2000, incorporaram 10 áreas prioritárias. As ciências sociais foram as últimas a ter representação sendo que a maioria dos membros é formada por cientistas sociais em sentido estrito – economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos –, embora haja historiadores, como Carvalho, e juristas.

Ana Paula Hey, da Universidade de São Paulo (USP), em artigo apresentado durante o 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), em 2014, lembrou que a ABC possuía acadêmicos com atuação nas ciências humanas desde a fundação. Dentre os exemplos ela cita membros vindos de áreas tradicionais, como o médico Roquette-Pinto (1884-1954), com atuação voltada para a antropologia e a etnologia, e o engenheiro Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951), que fazia pesquisas em geopolítica e geografia.

MULHERES NA CIÊNCIA A primeira mulher a se tornar membro da ABC foi a polonesa Marie Curie, em 1926, quando já era laureada duplamente pela Academia Sueca com o Nobel. A oceanógrafa Marta Vannucci foi a primeira mulher a ser aceita como membro associado, em 1955. Apenas em 1966 ela se tornou membro titular. A questão de gênero é prioritária para a ABC e faz parte das ações políticas. Embora Palis reconheça que o percentual de 14% ainda está longe do ideal, ele reconhece que houve avanços que colocam o Brasil à frente de academias tradicionais como a francesa (8%) e a inglesa (6%), e no mesmo patamar das instituições da Argentina, Chile e Colômbia. “O sonho é a paridade”, diz Palis. Entre os novos membros, o percentual de

mulheres chega aos 25%. Dentre 69 academias de ciências ao redor do mundo, a média de participação feminina está em 12% e apenas 40% das instituições possuem políticas ou comitês dedicados à questão de gênero, como concluiu o documento “Women for science: inclusion and participation in academies of science”, publicado no final de 2015 pela Rede Global de Academias de Ciência (IAP).

COMEMORAÇÕES Para seu aniversário, a ABC organiza eventos satélites que incluem debates sobre grandes temas como o genoma humano (11 e 12 de dezembro), segurança alimentar (18 e 19 de abril) e o encontro internacional “An open world” (Um mundo aberto), para discutir o compartilhamento de informações entre países. Esta será a segunda edição desse evento, que ocorreu há três anos na Alemanha em função do centenário do prêmio Nobel recebido pelo físico Niels Bohr (1885-1962). Em 1950, ele escreveu uma carta às Nações Unidas em defesa da abertura e do intercâmbio de informações entre países como forma de combater a crise do pós-Segunda Guerra Mundial. Sob o apropriado título “Um século de ciência: construindo um futuro melhor”, a ABC fez sua reunião magna nos dias 4 a 6 de maio, no Museu do Amanhã, Rio de Janeiro, do qual a ABC é apoiada.



dora. O evento apontou as prioridades da instituição com conferências sobre energia, educação, doenças negligenciadas – como o zika vírus –, segurança alimentar e novas tecnologias. Dentre os convidados estavam o prêmio Nobel Takaaki Kajita (física, 2015), a presidente da Academia Americana de Ciências e editora-chefe da revista *Science*, Marcia McNutt, o ex-presidente da NAS, Bruce Alberts, e John Hopcroft, da Cornell University, que recebeu o prêmio Turing, em 1986.

Nesse primeiro centenário a ABC comemora as conquistas e a maior influência na sociedade. Sua atuação, em um país em desenvolvimento, sobretudo diante de uma grave crise que ameaça as conquistas em ciência e tecnologia, se torna ainda mais relevante. Tarefa que a nova diretoria assume a partir de agora. Foram eleitos para presidir a ABC (2016-2019) o físico Luiz Davidovich, com o engenheiro João Fernando Gomes de Oliveira como vice-presidente, os diretores Elíbio Leopoldo Rech Filho, engenheiro agrônomo, Francisco Rafael Martins Laurindo, médico, o matemático Hilário Alencar da Silva, o historiador José Murilo de Carvalho e a física Marcia Cristina Bernardes Barbosa, além de seis novos vice-presidentes regionais.

Germana Barata

RESÍDUOS SÓLIDOS

Lixões continuam por toda parte

Em meio a campanhas de combate ao *Aedes aegypti*, que incluem mosquitos virtuais passeando pelas páginas dos sites de instituições do governo federal, a população de vários municípios brasileiros continua se deparando com um tipo de criadouro que parece se proliferar com a mesma facilidade que os mosquitos: lixo acumulado nas cidades e em áreas rurais. Mesmo assim, em Brasília, onde está o maior lixão a céu aberto das Américas, a 15 km do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, continuam fortes as pressões para que os municípios brasileiros tenham mais tempo para extinguir os lixões.

Após tramitar por 20 anos no Congresso Nacional, a Lei nº 12.305/10 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A PNRS determina que a gestão de resíduos sólidos tem que ser compartilhada entre os geradores (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes) e o cidadão. Também proibiu o lançamento de resíduos a céu aberto – o que inclui os lixões –, excetuados os de mineração, e

determinou a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (por exemplo, em aterros sanitários), a ser implantada em até quatro anos após a data de publicação da Lei. Ou seja, até agosto de 2014.

MAIS DO QUE COLETAR, GERIR

A necessidade de adiar o fim dos lixões e a construção de aterros, mostra que a gestão de resíduos sólidos urbanos não tem sido prioridade em boa parte dos municípios brasileiros. Gabriela Otero, coordenadora técnica da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), lembra que, a rigor, lixões são proibidos desde 1981, quando entrou em vigor a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31/08/1981). Posteriormente, a chamada Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12/02/1998) considerou crime ambiental, passível de pena de um a cinco anos de reclusão, lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos. Otero salienta que o diferencial da PNRS foi regulamentar e estabelecer prioridades no tratamento de resíduos, indicando que não basta coletar, é preciso gerir. A PNRS não trata expressamente

do encerramento de lixões; mas, ao estabelecer a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, impõe que nos planos municipais de resíduos sólidos devem existir metas para a eliminação e recuperação desses lixões. No entanto, “em meados de 2015, três anos após ter se esgotado o prazo estabelecido pela PNRS, apenas 35% dos 5.570 municípios brasileiros possuíam um plano de gestão integrada e de gerenciamento de resíduos sólidos”, acrescenta Otero. O professor de administração pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Vinícius Ferreira Baptista, considera que a PNRS reflete uma vontade de se pensar na gestão de resíduos sólidos urbanos de forma moderna, ampla, com segurança, sem desperdício, rápida e eficiente. Na opinião dele, a dificuldade de consolidar a PNRS relaciona-se com a falta de recursos, de quadros técnicos e gerenciais qualificados e de vontade política. “O gestor público de um município de pequeno porte não tem condições físicas, financeiras, políticas e estruturais para implantar a PNRS, afirma Baptista. “Física, porque não tem espaço para construir um aterro sanitário; financeira, porque, além do aterro, precisa de instrumentos, máquinas, veículos e demais bases de suporte para

logística de lixo comum, logística reversa e coleta seletiva; política, porque ter um aterro evoca questões estéticas, de saúde, humanitárias e legais que muitos não querem enfrentar; e estrutural, por envolver a municipalidade em projetos e programas que precisam ser conduzidos por pessoal capacitado para além da dualidade comando-controle de gestão usual”, explica.

Já Otero considera que não faltam recursos nem profissionais capacitados: “na verdade, por um lado, faltam oportunidades para profissionais atuarem na gestão de resíduos sólidos na esfera municipal e, por outro, articulação política, pois é necessário integrar

secretarias de meio ambiente, saúde, saneamento, educação e priorizar a gestão dos resíduos”.

MAIS TEMPO As ações de prefeitos para adiar prazos da PNRS são lideradas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) sob a alegação de que as responsabilidades com relação ao destino do lixo têm sido repassadas às administrações municipais sem a devida contrapartida técnica e financeira. Por isso os prefeitos lutam para que os prazos da lei sejam revistos. Na Medida Provisória (MP) 678, vetada em 2015, os governos municipais teriam até 2016 para elaborar os planos de gestão integrada e

Reprodução Acervo Fotos Públicas/Edilson Rodrigues/Agência Senado



Em meados de 2015, apenas 35% dos municípios brasileiros possuíam um plano de gestão integrada e de gerenciamento de resíduos sólidos

de gerenciamento de resíduos sólidos e até 2018 para promover a disposição final dos rejeitos em aterros sanitários. Agora o objetivo da CNM é aprovar o PL 2.289/2015, ainda em tramitação, que determina prazos diferenciados conforme o tamanho da população do município e destaca a necessidade de apoio técnico e financeiro.

Manfred Fehr, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que atua na área de gestão ambiental, considera que não houve tempo suficiente para os municípios se adequarem às regras e metas impostas pela lei de 2010. Para ilustrar sua opinião ele utiliza uma parábola: “Imagine um diálogo entre um mestre e um discípulo. Discípulo: Mestre, como faz para ser sábio? Mestre: faça boas escolhas. Discípulo: e como aprendeu a fazer boas escolhas? Mestre: experiência. Discípulo: e como adquiriu experiência? Mestre: fazendo más escolhas”. Fehr informa que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que regulamenta a PNRS, tem vigência indeterminada e horizonte de 20 anos, com atualização a cada quatro anos. O plano, de 2011, manteve o prazo até 2014 para se eliminar os lixões. “Mas, em três anos, os administradores municipais apenas chegam a fazer as más escolhas a que têm direito. Ninguém nasce sábio”, pondera. Para ele, os critérios a partir dos quais as metas

do Plano Nacional de Resíduos Sólidos foram fixadas não são claros. Isso criou a falsa impressão de que a culpa do atraso é dos municípios.

LIXO E LUCRO Outra questão importante a ser considerada quando se avalia a PNRS são os interesses econômicos, porque os resíduos têm valor. Nesse sentido, segundo Baptista, “a PNRS deu visibilidade aos catadores de materiais recicláveis. Eles tiveram que ser incluídos, mesmo que indiretamente, nas políticas de gestão dos recursos sólidos urbanos. Prefeitura, atravessadores e a indústria da reciclagem como um todo perceberam a importância do trabalho dos catadores”, afirma. E acrescenta: “o lixo é um bom negócio quando existe a coleta seletiva que gera materiais de valor com baixo custo, a partir do trabalho dos catadores, e também quando não existe nenhum tipo de política para gestão dos resíduos, porque nessa situação o município não tem responsabilidade sobre nada”. Para o professor da UFRRJ, a PNRS é uma política pública que nasceu desagregada e segue assim. “Não importa o quanto se ajuste, não vai dar certo se o principal não for feito: um pacto baseado nos interesses comuns a todos os atores envolvidos”.

Leonor Assad e Thais Siqueira

URBANISMO

Ciclovias ajudam a humanizar espaço urbano

Na Alemanha nazista, no auge da Segunda Guerra Mundial, surgiu a necessidade de abrir mais espaço para os veículos automotivos. Com muitos ciclistas, as bicicletas viraram um empecilho, forçando a criação de um espaço exclusivo para elas – talvez as primeiras ciclovias do mundo. Mas, se na década de 1940 os veículos eram prioridade, hoje, o uso de bicicletas – e as ciclovias – surge como uma das principais alternativas para melhorar a qualidade de vida nas grandes metrópoles. Para se ter uma ideia, dados da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) revelam que, em 2014, a frota do estado de São Paulo (com mais de 15 milhões de veículos) foi responsável pela emissão de 417 mil toneladas de monóxido de carbono (CO), entre outros poluentes. A quantidade de emissões tem diminuído ao longo dos últimos anos, mas ainda representa um forte impacto na qualidade do ar, especialmente na região metropolitana de São Paulo, que comporta aproximadamente metade da frota do estado.

Quando políticas públicas incentivavam o uso de bicicletas como meio de transporte para curtas e médias distâncias, um novo panorama se



Ciclofaixas e ciclovia no centro da cidade de São Paulo

abre. Para o ciclista Roberson Miguel, as ciclovias são uma forma de colocar mais pessoas nas ruas, permitindo reocupar um espaço que é de todos, mas que é tomado quase que exclusivamente pelos carros. Para ele, que utiliza a bicicleta como meio de transporte há cinco anos, as ciclovias colaboram com um resgate da cidadania, integrando uma parcela da população em uma política pública que até então privilegiava uma classe social. Entretanto, “o ideal seria levar as ciclovias até a periferia, onde o uso de bicicleta sempre foi mais intenso”, afirma.

Essa também é opinião de Camila D’Ottaviano, arquiteta e urbanista da Universidade de São Paulo (USP). Segundo ela, é importante pensar numa malha cicloviária que cubra toda a área urbanizada da cidade, de norte a sul e de leste a oeste, não apenas nas regiões mais centrais.

RESISTÊNCIAS Políticas públicas para a cidade de São Paulo buscam am-

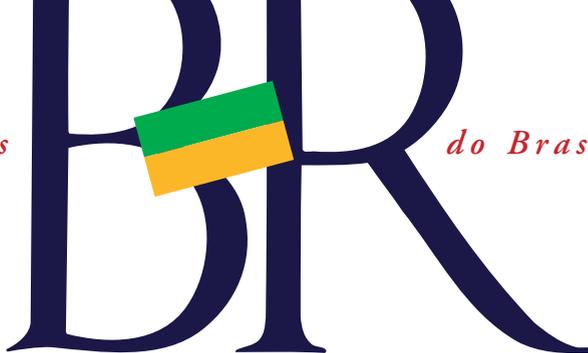
pliar a malha cicloviária e incrementar a ocupação dos espaços públicos pela população, mas não sem resistências. A inauguração da ciclovia em junho de 2015 e o fechamento da avenida Paulista para carros aos domingos dividiram os paulistanos. “Penso que, como qualquer coisa nova, as ciclovias devem passar por ajustes depois de algum tempo de funcionamento”, acredita D’Ottaviano.

Com a ciclovia da Paulista são 307 quilômetros de corredores para bicicletas na capital, boa parte deles construída na gestão do atual prefeito Fernando Haddad. Além de São Paulo, outras cidades do país que também investiram em malhas cicloviárias são Brasília, com 450 quilômetros de ciclovias, a maior país, e o Rio de Janeiro, com 400 quilômetros.

Na opinião do especialista em mobilidade urbana, editor do portal *Mobilize Brasil*, Marcos Sousa, quando qualquer prefeito, em qual-

quer cidade do mundo, começa a tirar espaço do carro e estimular outras formas de mobilidade – coletivos, ciclovias, calçadas mais largas e, portanto, ruas mais estreitas – as reações são sempre polêmicas, mesmo que os dados estatísticos mostrem as vantagens de tais mudanças. “Isso aconteceu na Holanda dos anos 1970, na Dinamarca dos anos 1990, em Nova York agora em 2010-2014, e está ocorrendo em toda a parte”, exemplifica.

MAIS HUMANAS Para Sousa, a cidade mais humana é aquela na qual as pessoas podem trabalhar, estudar e se divertir sem a necessidade de usar sistemas de transportes que demandem energia externa, como carros, ônibus, trens e metrô. “O ideal seria ter todas as suas necessidades atendidas num raio de, no máximo, três a cinco quilômetros, de forma que as viagens cotidianas pudessem ser feitas a pé ou de bicicleta”, explica Sousa. Na opinião



dele, as cidades seriam mais limpas, emitiriam menos poluentes, menos ruído e teriam mais espaço para que as pessoas possam desfrutar, com ruas e praças para descansar, brincar e até mesmo trabalhar ao ar livre. “Cidades assim são também mais competitivas, atraem as melhores empresas e os profissionais mais brilhantes”, faz questão de ressaltar o especialista.

Juan Costa

DIVIDINDO O ESPAÇO

Pelo Código de Trânsito brasileiro, carros e bicicletas têm os mesmos direitos quando se trata de ocupar as ruas das cidades. A exceção é feita apenas quando a pista for de alta velocidade ou se houver um espaço destinado às bicicletas, como ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas. A ciclovia é um espaço físico separado da rua. A ciclofaixa é uma pintura na rua, geralmente em vermelho, com algum tipo de sinalização separando seu limite da pista. Já a ciclorrota não possui nenhuma demarcação especial, consiste em um conjunto de informações sobre rotas mais favoráveis para a locomoção de ciclistas na pista comum.

LEI AROUCA

Experimentação animal em sala de aula

Avanços significativos têm sido observados em relação à adoção de métodos alternativos ao uso de animais em aulas de graduação no Brasil. Há sete anos a revista *Ciência e Cultura* trazia uma reportagem sobre o Decreto 6.899 da Lei 11.794/2008, também conhecida como Lei Arouca, que regulamentou a experimentação animal na pesquisa e no ensino em nosso país e estabeleceu a criação do Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (Concea) e das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), que avaliam os protocolos de atividade prática envolvendo animais nas instituições de ensino e pesquisa. Oito anos após sua criação, a Lei Arouca obteve êxito em reduzir o uso de animais vivos em aulas práticas de diversos cursos universitários. Ao mesmo tempo, cada vez mais professores utilizam recursos alternativos em sala de aula.

A discussão sobre o uso de animais vivos em salas de aula brasileiras ganhou destaque, a partir de 2006 quando, o então aluno de biologia Róber Freitas Bachinski, hoje diretor do Instituto de Promoção e Pesquisa para Substituição da

Fotos: Simone Tostes de Oliveira Stedile



Lei Arouca incentivou uso de recursos alternativos à experimentação animal

Experimentação Animal (Instituto 1R), ganhou processo de objeção de consciência contra a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), após seu pedido de não participação em aulas práticas envolvendo animais ter sido negado pela universidade. O instrumento de objeção de consciência é utilizado quando uma pessoa se recusa a obedecer uma norma por entender que isso fere o que ela considera tratamento discriminatório e, principalmente, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas no ensino. Um dos principais resultados do trabalho do Instituto 1R foi o reconhecimento pelo

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em 2016, do uso da objeção de consciência nas atividades de ensino. Isso aconteceu por meio da publicação da Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica (DBCA), em fevereiro deste ano. Conforme explica Bachinski, neste documento o Concea determina que as instituições de ensino são obrigadas a oferecer métodos alternativos para os alunos que não queiram participar de aulas práticas envolvendo animais.

MUDANÇAS De acordo com Wellerson Rodrigo Scarano, professor de embriologia humana do curso de ciências biomédicas da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Botucatu), menos de 1% dos protocolos que passam pela CEUA são aprovados. “Aulas práticas com manipulação de animais vivos anestesiados já não têm sido mais realizadas na universidade e sempre que se comprova a necessidade do uso de animais para uma determinada aula, o professor é orientado a fazer uma filmagem da prática, para que o vídeo (e não um animal) possa ser usado nos anos seguintes”, conta o professor. Embora a redução do uso de animais em sala de aula seja bastante consensual em cursos como

medicina e farmácia, no curso de medicina veterinária ainda existe muita polêmica. Para a professora do curso de ciências biomédicas da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rita Paixão, muitos alunos confundem o conceito de uso prejudicial de animais com o necessário envolvimento com animais quando os mesmos são os pacientes. “Por exemplo, na veterinária o aluno frequenta um hospital e precisa ter contato direto com o animal, que está ali sendo atendido. Ambos vão se beneficiar com essa interação: o animal, que receberá um atendimento clínico supervisionado por um professor, e o aluno, que aprenderá a lidar com aquele paciente”.

NOVOS RECURSOS O curso de medicina veterinária da Universidade Federal do Paraná (UFPR) adotou modelos tridimensionais - bonecos ou manequins - no lugar dos animais. Para a professora Simone Tostes de Oliveira Stedile, com o uso desses modelos, “o animal é poupado de um procedimento desnecessário e o estudante pode treinar quantas vezes quiser, em um ambiente tranquilo e sem ferir a ética”. Além de bonecos, Stedile utiliza modelos de órgãos, como a próstata. Segundo ela, isso permite a simulação de exames para detectar várias alterações nesse órgão,

como um tumor, por exemplo. Para estudar a coleta de urina em cães e gatos, procedimento denominado cistocentese, que é muito comum em clínicas veterinárias, Stedile adotou um simulador. Assim, nas aulas práticas os animais vivos são substituídos por animais de pelúcia adaptados, nos quais são inseridas estruturas que simulam uma bexiga urinária. “Uma das vantagens de usar os modelos é que a aula prática pode ser programada, pois sei que o modelo estará disponível”, diz a professora. Desde 2013, o professor Scarano, da Unesp/Botucatu, vem trocando as lâminas com cortes de embriões de galinha por lâminas digitalizadas que podem ser analisadas na tela do computador, sem necessidade de coletar novos embriões. Vídeos (nesse caso apenas um animal é utilizado) e simulações computacionais da anatomia com grande nível de detalhamento também são alternativas ao uso de animais vivos. Um exemplo é o programa V-Frog, desenvolvido pela Tactus Technologies, que permite acompanhar um procedimento de dissecação de sapo. Já o Virtual Canine Anatomy, da Universidade do Colorado, possibilita estudar a anatomia externa e interna de cães.

Renato Santos

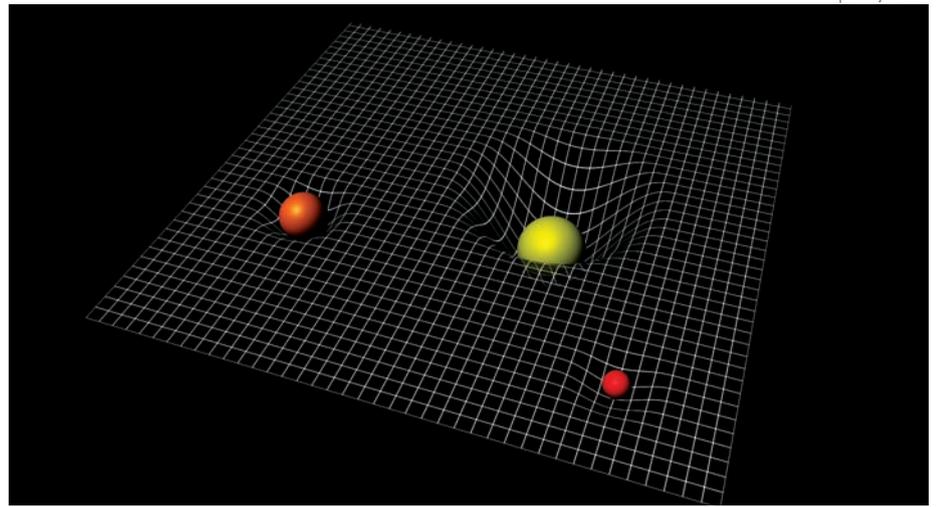
MUN

FÍSICA

Surfando nas ondas gravitacionais

Previstas pela Teoria da Relatividade Geral (TRG), de Einstein, as ondas gravitacionais começaram o ano de 2016 chacoalhando a física. No dia 11 de fevereiro, David Reitze, representante do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro de Laser (LIGO), nos Estados Unidos, confirmou a detecção direta dessas ondas. A comprovação deve inaugurar uma área de pesquisa na física com uma perspectiva inteiramente nova: a astronomia de ondas gravitacionais.

A astronomia estuda objetos nos confins do universo a partir de informações que ficam registradas na luz emitida por eles. Tradicionalmente, esses estudos são feitos por meio de observações do universo através de ondas eletromagnéticas (micro-ondas, rádio, luz visível e infravermelha, raios-X, radiação gama) e raios cósmicos (partículas carregadas e neutrinos). As ondas gravitacionais também carregam informação sobre sua origem e sobre a natureza da própria gravidade, dados que, antes da detecção, não poderiam ser obtidos de outra maneira. “Seu uso abre, portanto, um novo canal para o estudo do universo e oferece

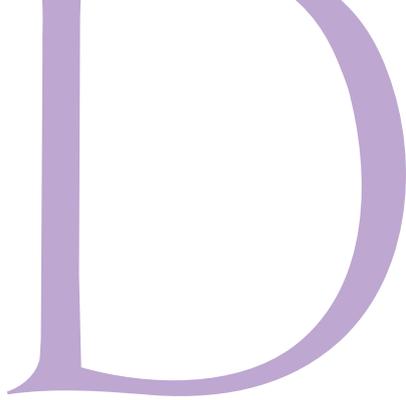


Concepção artística da distorção do tecido do espaço-tempo gerada por massas diferentes. Quanto maior a massa, maior a distorção que ela provoca no tecido do espaço-tempo e são essas distorções que conseguem manter os objetos em órbita, por exemplo

acesso a fenômenos que seriam difíceis de observar com os meios tradicionais”, explica Carlos Escobar, do Fermi National Laboratory (Fermilab), nos Estados Unidos, e professor aposentado do Instituto de Física da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A versão final das equações da TRG que previam as ondas gravitacionais foi apresentada à Academia Prussiana de Ciências em 25 de novembro de 1915. Segundo o historiador da ciência, David Kaiser, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos últimos 100 anos a TRG se mostrou incrivelmente bem-sucedida. Aplicada por físicos e astrônomos em suas buscas no cosmo,

nenhum experimento ou observação revelou qualquer discrepância na teoria. No entanto, a detecção das ondas gravitacionais permanecia como um dos grandes desafios da física contemporânea. Então, no dia 14 de setembro de 2015, quase que simultaneamente, os detectores gêmeos do LIGO, localizados em Hanford, no estado de Washington, e em Livingston, Louisiana, revelaram distorções no espaço causadas pelas colisões de buracos negros. Para Escobar, isso representa outro teste bem-sucedido da TRG em um domínio no qual ela, até agora, não havia sido testada: o de campos gravitacionais muito intensos, caso da colisão de buracos negros.



Notícias do Mundo

ALÉM DE NEWTON Isaac Newton (1643-1727) extraiu uma relação matemática entre as entidades físicas tempo, espaço e massa que explica a queda de uma maçã e a órbita da Lua em relação à Terra. Para Newton, a mesma força é responsável por ambos os movimentos: a gravidade. Einstein questionou a teoria newtoniana em seus alicerces e desenvolveu uma hipótese onde espaço e tempo estão intrinsecamente conectados. Para ele, o espaço-tempo é como um tecido cuja topologia se distorce pela presença de massa. A gravidade é uma distorção na geometria do espaço-tempo e não uma força. Para Escobar, “a TRG de Einstein vai além da teoria newtoniana porque abandona a ideia de ação instantânea a distância”.

As ondas gravitacionais, como todos os tipos de onda, são perturbações. No caso das ondas gravitacionais, no entanto, a perturbação se forma no tecido espaço-tempo. Essas ondulações podem ser produzidas por eventos violentos, como a colisão de buracos negros e estrelas de nêutrons. As ondulações se propagam no espaço, chegando a “chacoalhar as coisas” perto do planeta Terra também, mas em uma escala muito pequena. Escobar explica que elas só podem ser detectadas em experimentos supersensíveis, como com os interferômetros do LIGO.

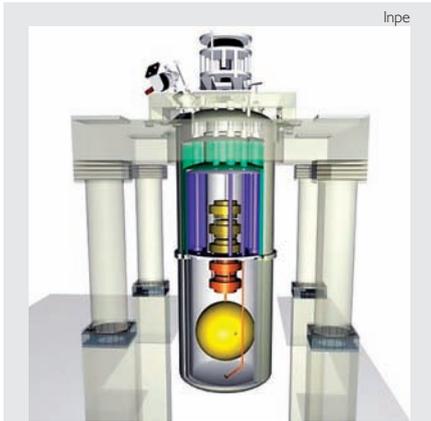
“[...] dentre todos os fenômenos, o mais excitante, o mais misterioso, o mais violento e mais extremo é o que tem o nome mais simples, comum, tranquilo e sereno. Trata-se tão somente de um ‘buraco negro’”. Assim o escritor Isaac Asimov descreveu os buracos negros em seu livro *O colapso do universo* (1977). Um buraco negro é um objeto que provoca uma distorção tão grande no espaço-tempo que nem mesmo a luz consegue escapar de seu horizonte de eventos. Não podemos usar a luz (ondas eletromagnéticas) emitida por um buraco negro para estudá-lo, mas podemos usar as ondas gravitacionais! Em 1993, os astrofísicos norte-americanos Russell Alan Hulse e Joseph Hooton Taylor Jr. receberam o Nobel de Física por demonstrar, em 1974, que em sistemas binários (por exemplo, um pulsar orbitando uma estrela de nêutrons), a energia escapa no formato de ondas gravitacionais. Por isso o tamanho do pulsar diminuía lentamente. Um par de buracos negros em rotação, orbitando entre si e ao longo de bilhões de anos, começa a perder energia na forma de ondas gravitacionais. Essa perda de energia faz com que os buracos negros se aproximem gradativamente, avançando de forma mais rápida um em direção ao outro, até colidirem com velocidade aproximadamente igual à metade da velocidade da luz. O resultado: forma-se um único bu-

raco negro mais massivo (parte da massa total do par é convertida em energia seguindo a famosa fórmula de Einstein $E = mc^2$).

Segundo um relatório da divisão de astrofísica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Inpe, divulgado logo após o anúncio do achado das ondas gravitacionais, a análise do sinal detectado pelos interferômetros do LIGO permite concluir que as ondas se referem aos últimos 0,2 segundos de órbita de dois buracos negros em colisão (com massas respectivamente iguais a 29 e 36 vezes a massa do Sol). O buraco negro formado a partir da colisão teria uma massa igual a 62 vezes a massa solar. Os dados indicam maior probabilidade de que o evento de colisão tenha ocorrido em uma região do céu no hemisfério sul, a uma distância aproximada de 1,3 bilhão de anos-luz da Terra (um ano-luz é a distância que a luz percorre em um ano, com a velocidade de 300 mil km/s).

BIG SCIENCE Idealizado nos anos 1980 por um grupo de físicos do Instituto de Tecnologia da Califórnia (Caltech) e do MIT, o LIGO é um projeto financiado pela Fundação Nacional de Ciências (NSF). De acordo com o pesquisador do Inpe, Odylio Aguiar, o projeto custa à NSF entre U\$ 600 milhões e um U\$ 1 bilhão. É parte de uma colaboração científica internacional denominada LIGO Scientific

MUN



Esquema do detector Schenberg

DETECTOR BRASILEIRO

Pouca gente sabe, mas o Brasil tem seu próprio detector de ondas gravitacionais. Batizado com o nome de um dos maiores cientistas brasileiros, o físico Mario Schenberg (1914-1990), ele fica no Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP). A técnica de detecção do Schenberg é diferente da utilizada no LIGO.

Ao invés da interferometria laser, ele possui uma massa esférica de aproximadamente uma tonelada, que utiliza, entre outros, sistemas vibracionais, de vácuo, de criogenia (até 5 Kelvin). Na presença de ondas gravitacionais, a esfera ressoa e os sinais são captados por transdutores.

Collaboration, ou LSC, com mais de 14 países, 90 instituições de pesquisa e mais de mil cientistas. Os detectores gêmeos procuram por ondas gravitacionais emitidas por objetos nos confins do Universo usando a técnica de interferometria, baseada em um sistema de espelhos que promove a separação e o encontro entre feixes de laser. Uma onda gravitacional pode deslocar os espelhos, de forma que o padrão de interferência dos feixes registre a passagem e a forma das ondas gravitacionais. Todo o sistema é extremamente sensível a qualquer tipo de vibração e requer minimização de ruídos, que podem alterar o movimento dos espelhos.

Uma reestruturação que triplicou a sensibilidade dos interferômetros favoreceu a descoberta anunciada este ano. Isso equivale a dizer que eles podem “escutar” ondas gravitacionais emitidas há mais de 225 milhões de anos-luz (antes a capacidade era 65 milhões).

BRASILEIROS NAS ONDAS No Brasil, existem duas instituições que participam do LSC: o Instituto de Pesquisa Fundamental da América do Sul, Universidade Estadual Paulista, (IFT/Unesp) e o Inpe. Na Unesp, o foco do trabalho, coordenado pelo físico Riccardo Sturani, é a modelagem teórica dos sinais emitidos pelos interferômetros e a análise dos dados gerados. Já o grupo

do Inpe, dirigido por Odylio Aguiar e César Costa, trabalha no aperfeiçoamento da instrumentação de isolamento vibracional; na futura operação com espelhos resfriados; além de buscar fontes de ruído e minimizar seus efeitos nos dados coletados, o que permite que sinais de ondas gravitacionais sejam mais facilmente localizados em meio a um grande conjunto de informações. Segundo Aguiar, esse trabalho foi de fundamental importância na recente descoberta das ondas, anunciada em fevereiro. As pesquisas, desenvolvidas ao longo dos últimos cinco anos, receberam aproximadamente R\$ 1,5 milhão de agências de fomento como a Fapesp, o CNPq, a Capes e o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). A próxima fase do projeto foi denominada LIGO Voyager e visa o aperfeiçoamento e a construção de novos detectores. Uma novidade é um sistema de criogenia por meio do qual os espelhos serão resfriados a temperaturas de cerca de 70 K para redução do ruído térmico. De acordo com Elvis Ferreira, que desenvolve pesquisas no Inpe para aperfeiçoar o isolamento vibracional dos espelhos dos interferômetros, essas melhorias farão toda diferença nas pesquisas na área de astronomia de ondas gravitacionais.

Victoria Flório

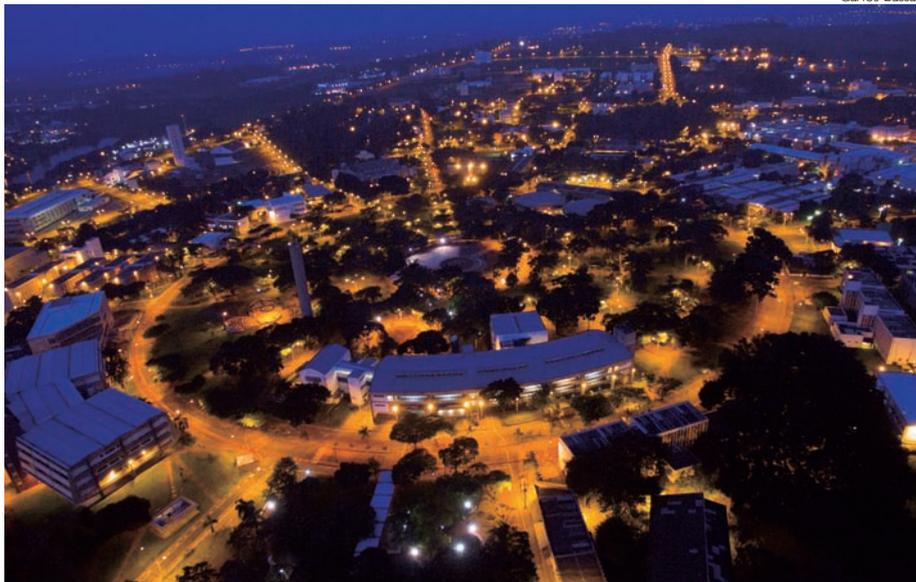


Foto do campus da Unicamp tirada com uso de drone

TECNOLOGIA

Olhos no céu: as implicações éticas do uso de drones desafia legisladores em todo mundo

Em abril, o filme *Eye in the sky* (*Decisão de risco*, em português) estreou nos cinemas brasileiros. Estrelado por Helen Mirren, Alan Rickman e Aaron Paul, o longa narra uma operação secreta dos governos do Reino Unido e dos Estados Unidos, que usam drones para combater terroristas no Quênia. Os agentes percebem que um atentado suicida está em curso e decidem impedi-lo eliminando os suspeitos por meio do lançamento de um míssil, com a

ajuda de um drone. Mas, a entrada de uma criança no local inicia um dilema na equipe: disparar ou não o míssil? O debate ético por trás do uso de drones para espionar e matar também preocupa, cada vez mais, os pesquisadores. Os drones têm ganhado os céus das cidades mundo afora. Também chamados de veículos aéreos não tripulados (VANTs), essas tecnologias têm amplo uso para fins militares, inclusive para os EUA, cujas forças de

segurança possuem um centro de comando de drones no estado de Nevada. Grégoire Chamayou, filósofo pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França, classifica os drones voadores armados como “dispositivos de vigilância aérea convertidos em máquinas de matar”. Em seu livro *Teoria do drone* (Cosac Naify, 2015), Chamayou critica o uso militar dos drones e destaca a frase de um oficial da Air Force, David Deptula: “a verdadeira vantagem dos sistemas de aeronaves não pilotadas é que permitem projetar poder sem projetar vulnerabilidade”. Para ele, a ideia de “projetar poder” pode ser entendida como estender a força militar além das fronteiras. “É a questão da intervenção militar no estrangeiro (...). A preservação pelo drone se dá pela remoção do corpo vulnerável, deixando-o fora do alcance”, escreve. Eles também podem ser desarmados mas acoplados a câmeras, para uso comercial, por autoridades civis e policiais ou mesmo para recreação. Uma pesquisa recente da Administração Federal da Aviação dos EUA (FAA), que ouviu pilotos de aviões e helicópteros de voos comerciais e não comerciais, mostrou que, entre agosto de 2015

MUN

e janeiro deste ano, aconteceram 582 ocorrências relacionadas com o avistamento de drones no país. No Brasil, esses veículos têm variados tipos de uso, como em filmagens de eventos e fotografia aérea. A prefeitura de São Paulo, por sua vez, adotou drones para monitorar focos da dengue; eles também foram usados para mapear os estragos do desastre ambiental em Mariana (MG); a Força Aérea Brasileira (FAB) comprou o drone israelense Hermes 900, com dez câmeras de alta resolução, para patrulhar áreas de grande concentração populacional durante a última Copa do Mundo. De fato, o uso de drones no Brasil ainda está em fase de regulamentação. A Anac apresentou uma proposta de regulamento para consulta pública online, que ficou disponível até novembro de 2015. Agora, segundo o site da agência, as contribuições estão sendo analisadas e a previsão é de que a norma seja publicada até as Olimpíadas.

PRIVACIDADE E USO SOCIAL DOS DRONES

“Essa questão dos drones está quase virando um problema restrito de proteção de dados. Muitos países estão se movimentando para fazer algum tipo de regulamentação nesse sentido”, avalia Danilo

Doneda, doutor em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e consultor da Secretaria de Proteção ao Consumidor do Ministério da Justiça para o anteprojeto de lei sobre proteção de dados pessoais no Brasil. Ele avalia que a tendência é que esses dispositivos fiquem cada vez mais baratos e menores, o que pode dificultar sua fiscalização. Para Doneda, a tentativa de regulamentação feita pela Anac é importante, mas não está focada na questão da privacidade. “Na Argentina, por exemplo, a regulamentação de drones foi feita pela autoridade de proteção de dados, pensando na privacidade”, explica. Aqui no Brasil, o anteprojeto de lei de dados pessoais, que está em tramitação na Casa Civil, pode auxiliar nesse sentido. “Qualquer coleta de dados está abrangida no texto, e o drone pode ser usado como uma tecnologia para coleta de dados pessoais. Hoje os drones são visíveis, mas vai chegar um momento em que talvez eles não o sejam”, alerta. Para o pesquisador, outra ação que precisa ser levada em conta é a da educação. “Quando uma pessoa compra um drone com uma câmera, ela precisa ser educada para saber que aquilo

não pode ser utilizado para saber o que tem no quintal do vizinho, para não ver mais do que ela veria normalmente. Muito menos invadir a casa do vizinho com o drone, porque aí cometerá um delito”.

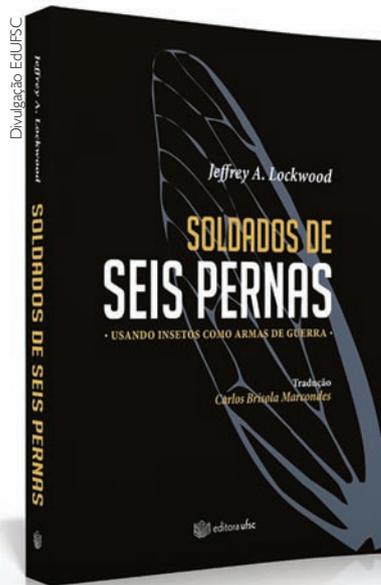
O uso que é feito de drones na questão da privacidade dos usuários também é tema do projeto #DroneHackademy, uma academia hackativista de ciência aberta, criada pelos pesquisadores Pablo de Soto e Lot Amorós em parceria com o MediaLab.UFRJ e apoio da Rede Lavits. Uma das ações do projeto é a publicação do guia “Como e por que se proteger dos veículos aéreos não tripulados”, disponível online. Segundo o guia, a experiência de ter um veículo desses sobrevoando, sem informações de quem é o piloto, qual é a natureza do voo ou mesmo qual será o destino final das imagens captadas por suas câmeras pode ser intimidante. De acordo com trecho da publicação, “o voo pode parecer especialmente violento se pairar ostensivamente a baixa altitude sobre uma propriedade privada, violando o direito à privacidade dos moradores. Os drones são ferramentas de poder e controle para os governos, forças de segurança e organizações privadas, mas agora



também estão ao alcance de quase qualquer indivíduo”.

O guia deixa claro que não se trata de um manifesto anti-drone, porque tais equipamentos podem ser úteis para a sociedade, mas traz instruções para que as pessoas saibam se defender de um eventual uso abusivo. O pesquisador Pablo de Soto explica, em artigo na revista *Teknocultura* (vol.12, no3, 2015) que a ideia do projeto é promover o uso de drones como uma tecnologia social. Para isso, suas ações envolvem, além do guia, a criação de um veículo aéreo não tripulado, batizado de Flone, construído com hardware e software livres, e a realização de uma cartografia aérea da Vila Autódromo, uma comunidade local do Rio de Janeiro que resiste à expulsão em uma área anexa à construção do Parque Olímpico. Falar sobre drones e pensar sobre sua utilização, a se julgar pelos números, se mostra cada vez mais necessário. Se a projeção da Administração Federal dos Estados Unidos (AFA) se concretizar, até 2020 serão sete milhões de drones voando somente pelos céus do país. De acordo com a agência Lusa, será o triplo do número que se espera estar em circulação no final de 2016.

Sarah Schmidt



Capa do livro *Soldados de seis pernas*

RESENHA

Soldados de seis pernas

Já imaginou uma bomba de abelhas? Ou insetos criados especialmente para disseminar doenças? Ou ainda pragas controladas para destruir plantações de nações inimigas? De acordo com Jeffrey Lockwood, entomólogo e professor do Departamento de Ciências Naturais e Humanidades da Universidade do Wyoming, Estados Unidos, isso não é apenas imaginação, mas uma assustadora realidade. Em seu livro *Soldados de seis pernas: usando insetos como armas de guerra*, ele conta a história ainda pouco conhecida da

utilização de insetos como armas de guerra e instrumentos de tortura e terror. Publicado originalmente pela Oxford University Press e lançado no Brasil no ano passado pela Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (EdUFSC), o livro já recebeu dois prêmios literários: a Medalha John Burroughs e o Pushcart Prize.

Lockwood analisou de forma exaustiva documentos históricos e arquivos militares em busca de material para compor seu livro. O resultado é um relato bem documentado e assombroso sobre como simples insetos podem se tornar verdadeiras armas de destruição.

ARMAS DE GUERRA Insetos são utilizados como arma há séculos. O relato de *Soldados de seis pernas* começa no paleolítico e chega aos dias atuais. Os primeiros registros de guerras narram a utilização de abelhas e vespas para desorientar exércitos inimigos. Na Idade Média, exércitos catapultavam colmeias de abelhas sobre os muros de cidades cercadas. Em 1942, bombardeiros japoneses lançaram recipientes de cerâmica cheios de vetores de cólera sobre cidades no sul da China, fazendo mais de 200 mil vítimas. Em 1960, estrategistas norte-americanos produziram mensalmente 130 milhões de mosquitos portadores do flavivírus com o objetivo de disseminar a febre



amarela entre civis – o plano, no entanto, nunca foi levado a cabo. E não é só: os insetos também eram usados para torturar. Os persas amarravam seus prisioneiros em árvores e os cobriam de mel, deixando que vespas e outros insetos fizessem o resto. No século 19, o emir de Bukhara abandonava seus prisioneiros em um poço cheio de insetos carnívoros.

Até mesmo a dengue tem espaço no livro. De acordo com o autor, mosquitos infectados com o vírus da dengue foram utilizados em Saipan (a maior das Ilhas Marianas do Norte, no Oceano Pacífico) durante a Segunda Guerra Mundial, e cerca de um terço da tropa inimiga contraiu a doença. Há ainda acusações de que o surto de dengue em Cuba em 1981, que deixou mais de 115 mil pessoas hospitalizadas e causou 158 mortes, tenha sido induzido pelos Estados Unidos. Menos de um ano depois, outro surto de dengue e de febre amarela aconteceu no Afeganistão – que também acusou os Estados Unidos.

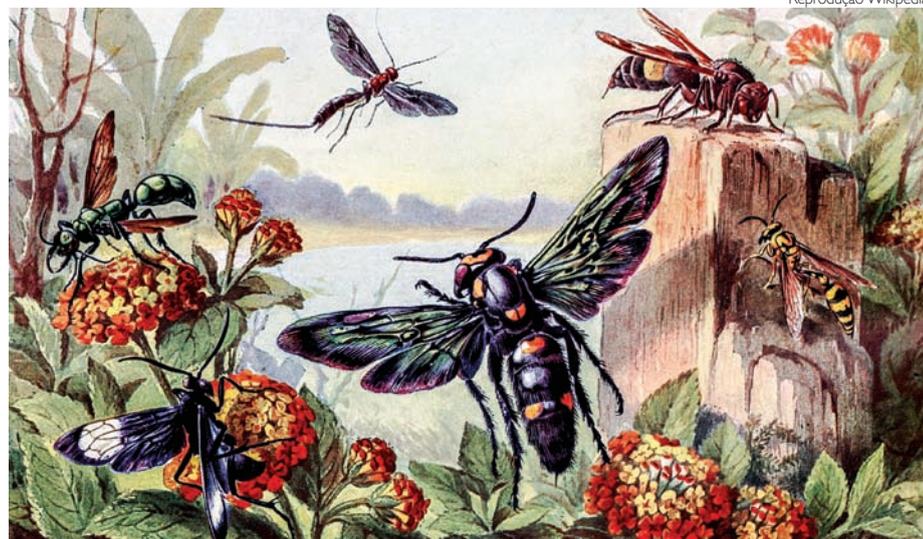
Os insetos também podem ser usados para atacar plantações e, assim, enfraquecer o inimigo, diminuindo suas provisões de alimentos e forçando-o a gastar recursos para combater novas pragas. Lockwood relata em seu livro as pesquisas realizadas pela França e pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, envolvendo o besouro da batata. Apesar de não haver provas, o autor explora as alegações de que a

Alemanha tenha utilizado estes besouros na Inglaterra e que os Estados Unidos utilizaram “bombas” desses insetos em plantações na Alemanha e na Rússia. Alegações semelhantes, igualmente sem provas, surgiram durante a Guerra Fria, como a da Coreia do Norte que afirmava que os norte-americanos depositaram colêmbolos (pequenos artrópodes) em suas plantações.

TECNOLOGIA AVANÇADA Os insetos ainda podem utilizados como sensores para a detecção de explosivos e outras substâncias nocivas. De acordo com Lockwood, abelhas podem ser treinadas para detectar e pairar sobre minas terrestres e vespas para sinalizar a presença de explosivos ou outros produtos químicos perigosos.

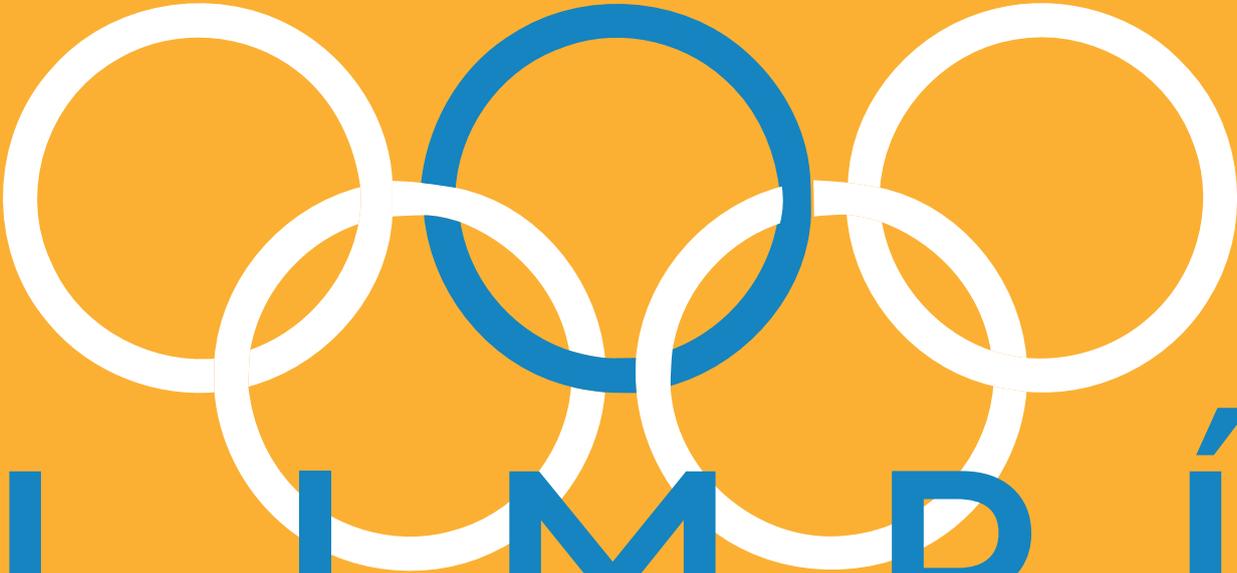
Apesar de deixar importantes episódios históricos de fora e de alguns trechos beirarem o melodrama, *Soldados de seis pernas* é um relato fascinante. O autor consegue cativar o leitor, explorando a história ainda pouco conhecida dos insetos, mostrando o perigo da sua utilização como arma e levantando questões éticas, apontando para a possibilidade de um cenário muito mais sombrio na atualidade caso essa prática continue a ser utilizada em ações de violência e agressão. O último capítulo do livro é um alerta sobre o potencial destrutivo de insetos no contexto do terrorismo contemporâneo. Com o surto de dengue, zika e chikungunya, o livro de Lockwood dá muito a se pensar – e temer.

Chris Bueno



Reprodução Wikipedia

Ilustração do livro *Brehms Tierleben* (1860), do zoólogo alemão Alfred Edmund Brehm (1829-1884)



L I M P Í
A D A S

COORDENAÇÃO ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO
ARLEI SANDER DAMO RAQUEL ROLNIK BILLY GRAEFF PAUL BREHERTON
JOE PIGGIN HOLGER PREUSS NORBERT SCHÜTTE THOMAS KÖNECKE
LAMARTINE DACOSTA JIM PARRY

APRESENTAÇÃO

JOGOS OLÍMPICOS RIO DE JANEIRO 2016

Alberto Reinaldo Reppold Filho

Em uma década, o Brasil saltou da periferia ao centro do cenário esportivo mundial. No segundo semestre deste ano, quando se encerrarem os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, o país terá sediado quatro grandes eventos em menos de dez anos. Na história esportiva internacional, não existem precedentes. Nem nações com economias fortes e estáveis, longa tradição esportiva e experiência em organizar competições de vulto, obtiveram sucesso na candidatura para sediar, em período tão curto, tantos eventos esportivos de grande magnitude.

Em 2007, a cidade do Rio de Janeiro recebeu os Jogos Pan e Parapan-Americanos. Nos primeiros, estiveram presentes 42 países e cerca de 5.600 atletas. No segundo evento, compareceram 25 países e em torno de 1.100 atletas. Tratavam-se, é verdade, de acontecimentos menores quando comparados com os grandes eventos esportivos que estavam por vir. Entretanto, deixaram uma ideia dos desafios a serem enfrentados. Para o comitê organizador do Pan 2007, o evento marcou a história esportiva do país, provando para o mundo que o Brasil era capaz de organizar grandes competições. Essa posição foi reiterada em julho de 2013, quando o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) comemorou o sexto aniversário da abertura do evento. O presidente da entidade declarou que o sucesso dos Jogos Panamericanos de 2007 representou a “porta de entrada para a conquista dos Jogos Olímpicos Rio 2016” (1). Os órgãos públicos de controle, as organizações não-governamentais e a mídia esportiva trouxeram uma visão diferente da apresentada pelo COB e pelo comitê organizador do Pan: gastos acima do previsto, suspeitas de desvio de dinheiro público e de superfaturamento nas obras, falta de partici-

pação popular no processo de tomada de decisão e, encerrados os Jogos, instalações esportivas subutilizadas.

A Copa das Confederações, outra competição de importância mundial, marcou o calendário esportivo brasileiro de 2013. O evento aconteceu no mês de junho, envolvendo oito seleções, e serviu de preparação para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Seis cidades brasileiras sediaram os jogos: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. A disputa entre as cidades para abrigar a competição teve início em 2009 e encerrou-se somente em 2011, quando a Fifa anunciou as seis sedes do torneio. A acirrada disputa evidenciou a relevância que os governos e as lideranças locais atribuem a tais eventos. No gramado, a seleção brasileira recuperou seu prestígio, afetado pelo insucesso na Copa da África do Sul, em 2010, e por posteriores fracassos, vencendo na partida final a seleção espanhola, considerada, na época, a melhor equipe de futebol do planeta. Fora do campo, a Fifa e o governo brasileiro festejaram o recorde de público nos estádios (média de 50 mil pessoas por partida) e o sucesso financeiro do evento. A Copa das Confederações, entretanto, não aconteceu sem problemas. O período da competição foi marcado por manifestações populares nas principais cidades do país. Entre as reivindicações estavam: redução da tarifa e melhoria do transporte público, segurança para a população, combate à corrupção, e maiores investimentos em educação e saúde. Além disso, os manifestantes criticavam os elevados gastos com a Copa do Mundo de Futebol e com os Jogos Olímpicos de 2016. Nas proximidades dos estádios, aconteceram inúmeros confrontos entre policiais e manifestantes. Os meios de comunicação deram visibilidade aos acontecimentos, e as imagens percorreram o país e o mundo, mostrando

a insatisfação de uma parte significativa da população brasileira com a realização desses eventos.

Em 2014, nos meses de junho e julho, o país recebeu o maior evento do futebol mundial. Foram 32 seleções nacionais e mais de 700 atletas. A Copa do Mundo de Futebol envolveu 12 cidades brasileiras. Dezoito cidades (2) candidataram-se a sediar os jogos, tendo a Fifa enfrentado dificuldades para realizar a escolha devido à grande disputa entre as candidatas. Para atender as pressões dos estados e municípios, foram escolhidas 12 cidades e não 10, como inicialmente previsto pela Fifa. Definidas as cidades-sede, teve início a mobilização em torno das providências para receber o evento. A preparação para a Copa exigiu um enorme aporte de recursos públicos. Somente para a construção e reforma dos estádios foram gastos 8,38 bilhões de reais, sendo 3,81 bilhões financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 3,95 bilhões de investimentos dos governos locais, e 611 milhões de investimentos privados. Os investimentos para o evento totalizaram 27,1 bilhões de reais, dos quais somente 4,33 bilhões foram de investimentos privados (3). No valor estão incluídas obras de mobilidade

urbana, portos, aeroportos, segurança, telecomunicações, infraestrutura de turismo e instalações complementares para o evento. O governo brasileiro alimentava expectativas de que a Copa trouxesse um retorno financeiro considerável para o país, especialmente no turismo. O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) estabeleceu por meta atrair 600 mil turistas para a Copa. Em outubro de 2013, teve início uma campanha com o objetivo de melhorar a imagem do país no exterior, de maneira que o turista estrangeiro não temesse os protestos, os problemas nos aeroportos e os preços abusivos nos hotéis. O projeto contou com investimentos de 10 milhões de dólares e foi veiculado em sete países: Argentina, Chile, Colômbia, México, Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. A segunda etapa da campanha atingiu mais países e aconteceu em período próximo ao evento. No terreno esportivo, a seleção brasileira apresentou um triste desempenho, frustrando as expectativas dos torcedores. Para a Fifa, contudo, a Copa foi um sucesso financeiro e de público. O evento teve uma assistência total nos estádios de 3,42 milhões de pessoas, com a média de 53.5 mil espectadores por jogo. Foi o segundo maior público de toda a história das Copas do Mundo. O maior ocorreu nos Estados Unidos, em 1994, com 3,58 milhões de pessoas. Nas *fan fest*, organizadas nas 12 cidades-sede, estiveram presentes 5,15 milhões de pessoas. Dos 3,14 milhões de ingressos vendidos, mais da metade (1,63 milhões) foram adquiridos por residentes no Brasil, seguidos dos Estados Unidos (203 mil ingressos), Argentina (66 mil), Alemanha (60 mil) e Inglaterra (58 mil), indicando que a estratégia de divulgação do país no exterior atingiu a meta esperada (4). Em termos financeiros, a Copa gerou uma receita total de 4,8 milhões de dólares para a Fifa e incorreu em

OS IMPACTOS E LEGADOS PODEM SER POSITIVOS E NEGATIVOS, INTENCIONAIS E NÃO INTENCIONAIS

despesas totais de 2,2 milhões de dólares, deixando assim um lucro de 2,6 milhões para a entidade (5).

A década dos megaeventos esportivos no Brasil encerra-se em 2016, quando a cidade do Rio de Janeiro receberá os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Os eventos acontecerão nos meses de agosto e setembro, respectivamente. Para os Jogos Olímpicos, estima-se a presença de 206 países e mais de 10 mil atletas. Nos Jogos Paralímpicos, a previsão é de cerca de 160 países e mais de 5 mil atletas. Diferentemente da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol, que acontecem em várias cidades, os eventos olímpicos concentram-se em apenas uma, à exceção das etapas preliminares da competição de futebol que se realizam em outras localidades. Em 2016, os jogos de futebol envolverão, além da capital fluminense, outras cinco cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Manaus. Várias obras estão em andamento no Rio de Janeiro para atender ao plano elaborado pelo COB, e avaliado pelos governos federal, estadual e municipal, quando da candidatura para os Jogos. O documento é uma exigência do Comitê Olímpico Internacional para a aceitação de candidaturas e contempla itens como: financiamento, instalações esportivas, transporte, segurança, apoio da população local e legado para a cidade e o país sede. A escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, ocorrida em Copenhague, em 2009, selou o compromisso de que o evento aconteceria conforme o proposto no documento da candidatura.

Esses comentários introdutórios servem para ilustrar que os megaeventos esportivos, pela sua magnitude, impactam e geram legados para as cidades e os países sede. Esses impactos e legados podem ser positivos e negativos, intencionais e não intencionais, entre outras classificações. Podem também ser de diferentes tipos: econômicos, sociais, políticos, culturais, esportivos, ambientais e de imagem, para mencionar apenas os mais destacados na literatura especializada. São eventos que requerem garantias e enormes investimentos dos governos dos países e das cidades onde são realizados, uma vez que segurança e mobilidade urbana, entre outros itens previstos no caderno de encargos, dependem das autoridades públicas. Além disso, envolvem anos de preparação, necessitando, assim, de apoio continuado da população.

Por essas, entre outras razões, os megaeventos esportivos tornaram-se, na atualidade, temas relevantes de estudo e pesquisa em diversas áreas de conhecimento. No Brasil, isso não é diferente. A realização de quatro eventos de grande magnitude em apenas uma década despertou, e em grande medida exigiu, que a comunidade acadêmica brasileira examinasse o assunto a partir de diferentes perspectivas.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS A análise da produção científica brasileira evidencia que até meados dos anos 2000 eram escassos no país os estudos sobre me-

gaeventos esportivos. A situação mudou significativamente a partir de 2007. Desde então, os megaeventos esportivos foram analisados por pesquisadores de diferentes disciplinas, sendo consideráveis as contribuições da economia, administração, geografia, sociologia e educação física. Mais recentemente, especialistas em planejamento urbano, turismo, segurança e meio ambiente ampliaram a compreensão desses eventos. O crescimento da produção científica brasileira sobre o tema pode ser atestada pela análise de livros e artigos científicos produzidos no período de 2007 a 2015.

a) Livros

Os primeiros livros publicados no Brasil sobre megaeventos esportivos aconteceram nos anos de 2007 e 2008, e contaram com o apoio do Ministério do Esporte. A realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro em 2007 – com suspeitas de superfaturamento nas obras e gastos acima dos previstos –, seguida da inscrição da cidade do Rio de Janeiro como candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e da confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol, ocorridas, respectivamente, em setembro e outubro de 2007, colocaram para o governo brasileiro – principal financiador desses eventos –, e para vários segmentos da sociedade brasileira, a necessidade de conhecê-los em mais detalhes. Assim, em conjunto com universidades, conselhos profissionais, entidades esportivas e organizações não governamentais, o Ministério do Esporte produziu importantes documentos sobre o assunto. Essas obras, ainda hoje referência para os estudiosos de megaeventos esportivos no Brasil, trataram de uma ampla variedade de temas (turismo, meio ambiente, voluntariado, instalações esportivas, ordenamento urbano, gestão de eventos, legado, responsabilidade social etc) e contaram com a participação de pesquisadores do país e do exterior. Os estudos mais significativos desse período foram: *Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas* (6); *Megaeventos esportivos, legados e responsabilidade social* (7); e *Legados de megaeventos esportivos* (8).

Nos anos seguintes, outras publicações foram realizadas por universidades brasileiras com o apoio de fundações estaduais de pesquisa. Nesse grupo, merecem destaque dois livros: *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades* (9); e *Megaeventos esportivos e seus impactos nos estados periféricos* (10). A primeira obra trata das transformações provocadas pelos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, destacando seus efeitos em uma realidade marcada por profundas desigualdades sociais. Os autores formam um grupo multidisciplinar: economistas, sociólogos, geógrafos, arquitetos e urbanistas. A segunda obra apresenta uma visão geral dos impactos dos megaeventos esportivos e destaca algumas de suas implicações para as políticas públicas de esporte. Trata-se de uma coletânea de estudos desenvolvidos por pesquisadores da área da educação física. Nesta lista, pode-se incluir também *Grandes eventos esportivos e planejamento de desenvolvimento urbano*, obra que contempla os estu-

dos da cooperação técnica entre o Ministério do Esporte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (11).

Em 2013, as editoras comerciais brasileiras passaram a publicar livros sobre megaeventos esportivos, indicando o crescente interesse no assunto. Nesse grupo de publicações encontram-se: *Legados de megaeventos esportivos* (12); e *Sustentabilidade, governança e megaeventos: estudo de caso dos Jogos Olímpicos* (13). O primeiro livro consiste de uma coletânea de trabalhos elaborada por autores de diferentes especialidades acadêmicas que retomam, e por vezes aprofundam, temas examinados em obras anteriormente publicadas no país. Dois estudos merecem especial atenção por examinarem assuntos ainda pouco considerados pelos pesquisadores brasileiros. Um focaliza o legado dos megaeventos esportivos para a educação física escolar; enquanto outro trata do legado para a pesquisa. O segundo livro também é fruto de trabalho coletivo. Os autores realizam um estudo de caso sobre sustentabilidade e governança nos Jogos Olímpicos.

Os anos seguintes registram um crescimento das publicações sobre o tema. Em 2014, são lançados *Citius, altius e fortius: Brasil, esportes e Jogos Olímpicos* (14), *O Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* (15), e *Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina* (16). Estas obras constituem um rico acervo de análises e críticas aos megaeventos esportivos.

No mesmo ano, são lançadas duas obras cujas características diferem das anteriores: *Impactos econômicos de megaeventos esportivos* (17) e *Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico* (18). Esses estudos lançam olhares especializados sobre os megaeventos esportivos. No primeiro, os aspectos econômicos ganham destaque. No segundo, os megaeventos esportivos são examinados a partir da visão antropológica.

Em 2015, três publicações merecem destaque. *O futuro dos megaeventos esportivos* (19) é uma coletânea de estudos sobre os impactos e legados da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se da primeira obra a analisar com mais detalhes a Agenda 2020 do Comitê Olímpico Internacional. O Observatório das Metrôpoles lança duas coletâneas de estudos sobre os megaeventos esportivos. A primeira intitulada *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016* (20) apresenta os resultados nacionais de um projeto que teve por objetivo avaliar os impactos da preparação das cidades para sediarem esses dois eventos esportivos, em termos de transformações socioeconômicas, ambientais e simbólicas. A segunda, com o título *Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*, examina em detalhe as transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro (21).

b) Artigos científicos

A revista *Motrivivência*, editada pela Universidade Federal de Santa Catarina, teve quatro números dedicados aos megaeventos esportivos (22). Os títulos das publicações fornecem uma ideia dos assuntos abordados: *Manifestações populares, cidadania e mega-*

ventos (2013); *As lutas sociais, os megaeventos esportivos no Brasil, as políticas públicas e o “padrão Fifa”* (2013); *A década dos megaeventos esportivos no Brasil* (2009); *Grandes eventos esportivos no Brasil* (2006). No conjunto, os artigos publicados na *Motrivivência* apresentam um panorama atual do assunto. Os autores são na maioria da área da educação física.

Em 2012, a *Revista Coletiva*, periódico de divulgação científica da Fundação Joaquim Nabuco, dedicou um número aos megaeventos esportivos (23). Os autores apresentam um visão crítica dos eventos que estavam por acontecer no Brasil. Além dos aspectos sociais e econômicos, outros temas são examinados, como por exemplo: a segurança nos estádios e a especulação imobiliária associada a esses eventos.

Os megaeventos esportivos foram também tema de um número especial da revista *Horizontes Antropológicos*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (24). A publicação supriu uma lacuna na pesquisa sobre o assunto, explorando, a partir de uma perspectiva antropológica, os aspectos simbólicos dos megaeventos esportivos. A obra contou com a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior.

A *Revista Princípios* realizou um levantamento da situação dos megaeventos esportivos no país. A publicação abre com uma entrevista com o ministro do Esporte, onde são apresentados os aspectos considerados positivos da realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos para o Brasil. Os demais artigos abordam temas econômicos, políticos, sociais e técnicos da preparação brasileira para esses eventos. Entre os autores encontram-se: gestores, autoridades públicas, jornalistas e pesquisadores de universidades brasileiras.

As quatro revistas, quando consideradas em conjunto, publicaram 8 editoriais e 62 artigos sobre megaeventos esportivos. Somam-se a essas publicações, artigos divulgados em outras revistas brasileiras de educação física e ciências do esporte (25). Essas, embora não tenham dedicado números especiais aos megaeventos esportivos, têm frequentemente publicado material sobre o tema.

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E JOGOS OLÍMPICOS A revista *Ciência e Cultura*, atenta à importância social, política e econômica dos megaeventos esportivos e fiel à tradição de discutir assuntos de relevância para a comunidade acadêmica, teve a iniciativa de dedicar o espaço de seu Núcleo Temático aos Jogos Olímpicos.

Em consonância com a linha editorial da revista, foram convidados pesquisadores de diferentes disciplinas acadêmicas, do país e exterior. O Núcleo Temático inicia com o artigo do antropólogo Arlei Sander Damo, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O autor examina como os relatórios, consultorias, pro-

duções científicas e dossiês elaborados por agências governamentais, comitês populares, empresas privadas e meio acadêmico exercem poder agenciando opiniões e decisões sobre a destinação de recursos públicos para os megaeventos esportivos. Esses documentos, entendidos como *dispositivos sociotécnicos*, constituem uma modalidade específica de discurso destinado a fins políticos, cuja intenção é convencer as agências governamentais e a opinião pública.

O segundo artigo trata dos Jogos Olímpicos e o direito à moradia adequada. A autora, Raquel Rolnik, arquiteta, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), atuou como relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no período de 2008 a 2014. Para a autora, os Jogos Olímpicos e outros eventos esportivos de igual magnitude fazem parte de uma estratégia de dinamização das cidades, implantada com o apoio de grandes corporações e capitais privados, cujo propósito é promover a renovação da infraestrutura urbana, o desenvolvimento imobiliário e a imagem internacional da cidade. Esses eventos têm consequências diversas e afetam de maneiras diferentes as populações das cidades anfitriãs.

A autora examina os efeitos desses eventos sobre a moradia adequada – dimensão fundamental da vida dos moradores e das comunidades mais vulneráveis da sociedade –, tema ainda negligenciado pelas autoridades públicas e organizações esportivas quando do planejamento e organização dos Jogos Olímpicos.

Em seguida, outro artigo traz um assunto de grande relevância para os profissionais da área da educação física. Em estudo conjunto, Billy Graeff, educador físico e professor da Universidade de Rio Grande, Paul Bretherton, pesquisador britânico

com atuação na área da gestão do esporte e do lazer, e Joe Piggwin, professor e diretor do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Esporte da Universidade de Loughborough, do Reino Unido, analisam o legado dos Jogos Olímpicos para a atividade física e esportiva. Os autores realizam um estudo comparativo dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, e do Rio de Janeiro, em 2016. Os resultados indicam que a realização desses eventos não aumentou, como seria esperado, os níveis de atividade física e esportiva na população dos países-sede.

O quarto artigo é resultado de um trabalho conjunto de pesquisadores brasileiros e alemães, e vem assinado pelos professores Holger Preuss, Norbert Schutte e Thomas Konecke, todos da área de gestão e economia do esporte, com atuação na Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, Alemanha, e do professor Lamartine da Costa, especialista em estudos olímpicos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Os autores apresentam os resultados de uma pesquisa sobre a estrutura e o significado dos valores que são associados aos Jogos Olímpicos por pesquisadores e profissionais que atuam ou são observadores próximos desses eventos.

OS JOGOS OLÍMPICOS FAZEM PARTE DE UMA ESTRATÉGIA DE DINAMIZAÇÃO DAS CIDADES

O artigo que fecha o Núcleo Temático é de autoria do filósofo britânico Jim Parry, professor visitante na Universidade Charles de Praga, na República Checa. O autor dedica-se a examinar a situação atual e os desafios do movimento olímpico, do olimpismo e dos Jogos Olímpicos no século XXI. Temas como universalismo, relativismo, multiculturalismo e democracia são discutidos na sua relação com o ideário olímpico e com os valores defendidos pelo movimento olímpico na contemporaneidade.

Esperamos que este Núcleo Temático seja do agrado dos leitores e fomenta reflexões e discussões sobre as múltiplas faces dos megaeventos esportivos, em especial dos Jogos Olímpicos, cuja 31ª edição em breve acontecerá na cidade do Rio de Janeiro.

Alberto Reinaldo Reppold Filho é professor associado e diretor da Escola de Educação Física e coordena o Centro de Estudos Olímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É membro da Academia Olímpica Brasileira e professor visitante da Academia Olímpica Internacional (Grécia).

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. A manifestação do presidente do COB sobre a importância dos Jogos Panamericanos de 2007 para o sucesso da candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2016 está disponível em: <http://www.cob.org.br/noticias-cob/cob-comemora-sexto-aniversario-pan-035183> (acessado em: 10/12/13).
2. Inicialmente, 22 cidades brasileiras se candidataram a sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol. Após avaliação preliminar, três foram eliminadas: João Pessoa, Teresina e Campinas. Em período posterior, Maceió decidiu por retirar a candidatura. Recife e Olinda haviam proposto candidatura conjunta mas, como o projeto do novo estádio para a Copa foi alterado, prevendo sua construção em outro local, a candidatura passou a ser apenas de Recife.
3. Ministério do Esporte. *Matriz de Responsabilidade Consolidada*. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/assessoriaEspecial-Futebol/copa2014/Matriz_consolidada_dez_2014.pdf (acessado em: 04/04/2015).
4. Fifa. *The 2014 Fifa World Cup in Numbers*. Disponível em: http://resources.fifa.com/mm/document/tournament/competition/02/44/29/89/fifaworldcupinnumbers_120714_v7_eng_neutral.pdf (acessado em: 30/03/2016).
5. Fifa. *Financial Report 2014*. Disponível em: http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf (acessado em: 30/03/2016).
6. Observatório de Favelas. *Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas/Ministério do Esporte, 2007. Ver também: Observatório de Favelas. *Legado social dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007: diagnóstico social e esportivo de 53 favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas/Ministério do Esporte, 2008, vol. 2.
7. Rubio, K. (org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
8. Dacosta, L. et al. (org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/ascom/publicacoes/Legados%20de%20Megaeventos%20Esportivos_Portugus_e_Inglis.pdf
9. Mascarenhas, G.; Bienenstein, G.; Sánchez, F. (org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
10. Oliveira, A. F. S.; Haiachi, M. C. (org.). *Megaeventos esportivos e seus impactos nos estados periféricos*. São Cristóvão: Editora UFS, 2011.
11. BID/Brasil. *Grandes eventos esportivos e planejamento de desenvolvimento urbano*. Brasília: BID, 2013.
12. Marcellino, N. C. (org.). *Legados de megaeventos esportivos*. Campinas: Papirus, 2013.
13. Flores, M. (org.). *Sustentabilidade, governança e megaeventos: estudo de caso dos Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
14. Moreira, W. W.; Bento, J. O. (org.) *Citius, altius e fortius: Brasil, esportes e Jogos Olímpicos*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.
15. Jennings, A. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014.
16. Capela, P.; Tavares, E. *Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.
17. Proni, M. W.; Faustino, R. B.; Silva, L. O. *Impactos econômicos de megaeventos esportivos*. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.
18. Damo, A. S.; Oliven, R. G. *Megaeventos esportivos no Brasil: um olhar antropológico*. Campinas: Armazém do Ipê, 2014.
19. Deslandes, A.; Dacosta, L. P.; Miragaya, A. (eds.) *O futuro dos megaeventos esportivos*. Rio de Janeiro: Engenho Arte e Cultura, 2015.
20. Santos Júnior, O. A.; Gaffney, C.; Queiroz, L. C. R. *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers/Observatório das Metrôpoles, 2015.
21. Castro, D. G. et al. *Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
22. Os artigos sobre megaeventos esportivos publicados na revista *Motrivivência* podem ser acessados em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/index>
23. Os artigos que tratam de megaeventos esportivos publicados na revista *Coletiva* estão disponíveis em: <http://www.coletiva.org/site/>
24. Os artigos sobre megaeventos esportivos publicados na revista *Horizontes Antropológicos* encontram-se em: <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/>
25. Para a elaboração desta apresentação ao Núcleo Temático da revista *Ciência e Cultura*, realizamos um levantamento dos artigos sobre megaeventos esportivos publicados nos seguintes periódicos brasileiros de educação física e ciências do esporte: *Movimento*; *Motriz*; *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*; *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*; *Revista da Educação Física*; *Pensar a Prática*; *Motrivivência*; *Arquivos em Movimento*.

DINHEIRO PÚBLICO EM MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: A EFICÁCIA DE UMA JUSTIFICATIVA INCONSISTENTE

Arlei Sander Damo

Os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol são competições que possuem histórias próprias e são agenciadas por corporações distintas – o COI e a Fifa, respectivamente. Todavia, no que concerne à parceria entre estas agências e o Estado, tendo em vista a realização das competições, há muitos aspectos em comum. Do ponto de vista das justificativas ou das críticas ao aporte de recursos públicos para a organização de megaeventos esportivos as diferenças em termos discursivos é tênue. Isto ficou evidente no caso brasileiro, em que os eventos foram organizados consecutivamente. Já o fato da Copa e da Fifa terem recebido mais destaque, nos mídias ou mesmo nos protestos de rua ocorridos em 2013, não se explica pela discrepância entre o montante de recursos públicos aportados num e noutro evento. Mas, sobretudo, à constatação de que a mobilização em torno da Copa antecedeu os Jogos, mobilizando mais amplamente a nação e pelo fato do futebol e das copas ocuparem um espaço hegemônico na crônica esportiva e no gosto dos brasileiros.

Polêmicas em torno da parceria entre as agências esportivas e os Estados nacionais não constituem novidade, mas o que se passou no Brasil constitui um capítulo importante na história política e econômica dessas competições. Afinal, jamais o COI e, sobretudo, a Fifa, foram objeto de contestação pública tão explícita. Tanto o COI quanto a Fifa, agências que detêm legalmente os direitos de organizar os megaeventos, dependem de parcerias, tanto privadas quanto estatais, para realizá-los.

Desde as primeiras competições – que datam do final do século XIX e a primeira metade do século XX – houve aporte de recursos públicos para a realização dos eventos e, sem eles, nem as Olimpíadas e tampouco as Copas teriam prosperado. A parceria acompanhou o crescimento do nacionalismo triunfante da primeira metade do século XX e contribuiu para a disseminação do gosto esportivo, especialmente na Europa e nas Américas. A simbologia nacionalista tornou-se um catalizador das competições esportivas transnacionais, um diferencial que passou a ser precificado a partir da década de 1960, sobretudo depois que a tecnologia permitiu a difusão das imagens ao vivo e a cores em escala planetária.

A Fifa primeiro, e com entusiasmo, e o COI na sequência, com certa resistência, ampliaram as parcerias privadas nas últimas décadas do século passado, consolidando o protótipo de megaevento que chegou ao Brasil (1). Na medida em que a dimensão econômica

foi adquirindo maior importância e tornou-se impossível ocultar a presença ostensiva do dinheiro – até porque ele vem com a publicidade, basicamente –, houve a necessidade de aperfeiçoar os discursos acerca da razão de ser dessas competições e, sobretudo, de incrementar a justificativa para o aporte de recursos públicos.

O discurso hegemônico do tempo do amadorismo, de que as Olimpíadas e as Copas seriam um momento de “congraçamento entre os povos”, deixou de parecer verossímil dada a presença de marcas de multinacionais por toda a parte. Com o suporte do marketing esportivo, influenciado pelo viés corporativo, emergiram novas modalidades discursivas e nelas se destacou o viés econômico. Categorias como “investimento”, “oportunidade” e “legado”, que impregnaram a divulgação dos megaeventos no Brasil, são criações do marketing e cumpriram a finalidade de auxiliar no convencimento da opinião pública, pelo menos durante a fase de escolha do Brasil como sede da Copa e dos Jogos Olímpicos.

Não se pretende aqui apresentar qualquer denúncia contra o marketing esportivo, tampouco marcar uma posição moral acerca da relação entre política, dinheiro e esporte. Pelo contrário, parte-se do princípio que o marketing esportivo é uma frente discursiva legítima, que se enuncia publicamente – portanto sujeita à contestação – e sua finalidade é justamente criar mecanismos de sedução, imaginação e justificação para o consumo. A propósito, “o marketing de mídia social tem como principal atividade performar as redes sociais, nas quais circulam os produtos, sob a forma de discursos procurando explicitá-los e qualificá-los” (2-3). Uma das estratégias de performance – no sentido de tornar crível um ponto de vista; de constituir uma verdade sobre algo – largamente utilizadas pelo marketing esportivo são os “relatórios”, “consultorias”, “dossiês” e “pesquisas” apontando as projeções grandiloquentes sobre a Copa e os Jogos. A esses diferentes artefatos dá-se o nome de “dispositivos sociotécnicos” e este artigo pretende mostrar como eles exercem seu poder, agenciando opiniões e decisões (4).

DISCURSOS COMO PRODUÇÕES SIMBÓLICAS Os dispositivos sociotécnicos não constituem novidade no espectro dos megaempresendimentos. Não se encontram parceiros comerciais nem se aprovam legalmente grandes instalações sem projetos bem detalhados. Em certos casos, como na construção de hidroelétricas, autoestradas e polos petroquímicos, por exemplo, as obras só são aprovadas depois de debates públicos tendo por base relatórios de impactos e assembleias públicas. Não há, em relação aos megaeventos esportivos, um tipo de exigência equivalente, nem no Brasil e, tampouco, em outros países. E, portanto, inexistente um espaço específico no qual os megaeventos pudessem ser confrontados, ocasião em que certamente viriam à tona, não um, mas muitos dispositivos sociotécnicos. Mas isso não impediu que a aparição desses dispositivos fosse ocorrendo no decurso da preparação das competições e, tampouco, que a confrontação ocorresse, ainda que de forma caótica.

Discursos são produções simbólicas por excelência e os dispositivos sociotécnicos poderiam ser considerados uma modalidade específica de discurso ou, para ser mais preciso, um discurso científico destinado a fins políticos, pois a verdade que tais dispositivos enunciam tem uma clara intenção de convencer as agências governamentais e a opinião pública. A noção de discurso aqui empregada tem, em parte, uma influência de Foucault (5), com uma pequena adaptação, pois utiliza o termo “frente discursiva” ao invés de “forma discursiva”, para dar mais ênfase à dimensão performática desta modalidade de discurso que visa justificar ou desmistificar a grandiloquência dos megaeventos. Certos discursos agem como dispositivos que antecipam a ação, eles criam um cenário do possível, do legítimo e até mesmo do desejável (ou do interdito, abominável etc).

Um exemplo de frente discursiva é a afirmação, repetida à exaustão e por toda a parte, de que o COI e a Fifa possuem mais filiações nacionais do que a ONU (206, 205 e 193, respectivamente). É uma afirmação verdadeira, sem dúvidas. Mas o que ela faz, os efeitos que ela produz, excede a mera enunciação da contabilidade de países membros. Ela sugere, a partir da comparação, um alinhamento em termos de importância e de propósitos entre as diferentes agências, algo muito benéfico à imagem que as entidades esportivas desejam veicular acerca de si próprias. Por que a Fifa não escreve em seu site que é uma *holding* multinacional presente em tantos ou mais países do que a Coca-Cola, o Visa ou o McDonald's? Efeito muito parecido tem a divulgação de dados sobre a audiência das Copas, em bilhões de espectadores. Eles podem ser verdadeiros (ainda que ordenados de maneira tal que o somatório seja o mais espetacular possível), mas repetidos à exaustão e em toda a parte – mídia, discursos políticos, textos acadêmicos – exercem um poder extraordinário, porque fazem crer que toda a humanidade é fanática pela Copa, então deve haver algo de errado com quem não é ou com quem não queira tê-la em sua cidade. Tanto um quanto outro exemplo, entre tantos que poderiam ser elencados, ajudam a compreender como a noção de grandiloquência das competições é construída e o quão eficiente pode ser esta construção, porque ela é realizada de forma quase imperceptível.

Entretanto, essa não é a única frente discursiva acionada pelas agências esportivas. Durante a preparação da Copa 2014, repetiu-se exaustivamente que a sua realização significava uma “oportunidade” para o país sede. O termo é originário do circuito empresarial e ocupou o espaço que o termo “honra”, associado ao universo da política e das relações públicas, ocupara em outros períodos. No ritual de anúncio do Brasil como sede, em 2007, o então presidente da Fifa, Joseph Blatter, foi peremptório ao afirmar, de dedo em riste, que aquela era uma “oportunidade” que a Fifa estava concedendo ao Brasil (6). Blatter, Jérôme Valcke, então secretário-geral da Fifa, e na esteira deles, políticos de todas as matizes, empresários, jornalistas e

tantos outros (salvo exceções) usaram, com frequência, um segundo conceito importante dessa frente discursiva: o de “investimento”. O termo não é nenhuma descoberta recente, sendo amplamente utilizado na linguagem do marketing como um eufemismo para “custo” ou “gasto”. Investimento, sugere não apenas a possibilidade de reaver o que foi empenhado, mas de fazê-lo com vantagem. A trilogia conceitual da Fifa tinha um terceiro termo, chamado “legado”, uma espécie de contrapartida ao conceito de investimento. Quem ousasse contestar o empenho de recursos públicos para a realização dos megaeventos estava sujeito a ouvir uma “ladainha” acerca dos legados. A certa altura essa noção passou por um desdobramento, de onde surgiu o conceito de “legado intangível”, um tipo de contrapartida aos investimentos impossível de ser mensurado.

Essas frentes discursivas certamente influenciam – ou influenciaram – parte da opinião pública a aceitar o empenho estatal na realização dos megaeventos. Mas elas não parecem ser suficientemente convincentes, razão pela qual proliferam as acusações – em espaços de bastidores, normalmente – de que os megaeventos são o produto de um conluio entre elites econômicas e políticas. Em outro artigo (6) ex-

pus com mais detalhes as razões pelas quais este tipo de insinuação é inconsistente. Não se quer com isso afirmar que inexistem acordos espúrios, tramas de bastidores e favorecimentos seletivos, mas se deter neste tipo de suposição é ignorar o fato de que o universo social é permeado por disputas e o fato de que algumas envolvam estratégias tidas como ilegais ou imorais não as torna menos relevantes de serem investigadas. Todavia, o que nos interessa aqui são os modos como funcionam alguns dispositivos públicos, como é o caso dos relatórios sociotécnicos.

Tendo um viés científico autoproclamado, funcionam como um conjunto de verdades sem as quais as frentes discursivas anteriormente referidas não se sustentariam.

**"LEGADO",
"OPORTUNIDADE"
E
"INVESTIMENTO"
SÃO FRENTES
DISCURSIVAS QUE
INFLUENCIAM A
OPINIÃO PÚBLICA**

DIVERSIDADE DE DISPOSITIVOS DE LEGITIMAÇÃO A “Lei Geral da Copa” (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012) (7), o “Caderno de Encargos da Fifa” (“Estádios de futebol – recomendaciones técnicas y requisitos”) (8), o dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (9), são exemplos de documentos importantes que orientaram a preparação e realização dos megaeventos no Brasil, dando aparência de consistência, seriedade e legitimidade aos empreendimentos. Como estes, poderíamos citar dezenas de outros, pois cada estado da federação e cidade sede constituiu seu próprio documento, mobilizando um verdadeira indústria de experts na produção desses dispositivos. Todavia, aqueles que gostaria de enfatizar são de natureza um pouco distinta, pois têm por objetivo produzir, ordenar, enunciar (por vezes contestar) números e circularam com desenvoltura nas mais diversas mídias. A diversidade desses dispositivos poderia ser agrupada, para os fins deste artigo, em quatro categorias.

a) Relatórios de agências governamentais Muitos órgãos estatais dispunham de documentos sociotécnicos, quase sempre encomendados de empresas de consultorias privadas. No entanto, algumas agências de governo, como foi o caso do Tribunal de Contas da União (TCU), disponibilizaram um corpo técnico de profissionais – economistas, advogados, engenheiros etc – para acompanhar o desenrolar das obras e produzir documentação. Um desses relatórios em particular, publicado no início de 2013, exerceu impacto considerável, sendo desse documento que se tirou uma cifra, de R\$27 milhões de gastos com a Copa, cuja utilização foi generalizada nos protestos de junho daquele ano.

b) Dossiês de contestação Documentos como o “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil”, organizado pela articulação dos Comitês Populares da Copa, constituem um bom exemplo de outra modalidade de dispositivo sociotécnico, pois o objetivo deles era oferecer um contraponto a uma visão ufanista dos megaeventos.

c) Produções acadêmicas Aqui podem ser incluídos os diversos produtos com o rótulo acadêmico: *papers*, dissertações, teses, monografias, dentre outros, que formam um conjunto de produções forjadas no espectro das mais diversas ciências (administração, marketing, turismo, ciências do esporte, ciências humanas etc) e que seguidamente transcenderam esses espaços.

d) Consultorias privadas Documentos produzidos por empresas privadas (especializadas em economia do esporte ou não), por vezes em parceria com universidades.

Essas quatro modalidades de dispositivos sociotécnicos, dadas as diferenças em termos de produção, propósitos, usos, redes de influência e diálogos, ilustram de maneira satisfatória, um conjunto bem mais amplo. Está fora de propósito analisar aqui os conteúdos, os itinerários ou os efeitos desses documentos. Destaca-se aqui o relatório “Brasil sustentável - impactos socioeconômicos da Copa 2014” (10), pois se trata do mais performático entre todos os documentos que circularam antes da Copa 2014. A preocupação não é com a desconstrução, no sentido de explicitar suas contradições, seus erros, mesmo que isto seja fundamental para se obter certos prognósticos. Trata-se, antes, de pensar o lugar estratégico desempenhado na construção de uma justificativa para os investimentos públicos destinados ao evento enquanto tal, neste caso servindo de suporte para atestar a grandiloquência do mesmo, dando tons espetaculares a projeções que não se realizaram.

Este relatório foi apresentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em Porto Alegre, em evento que objetivava orientar gestores públicos e privados para melhor aproveitamento da oportunidade ensejada pela Copa de 2014. O Sebrae organizou eventos em todas as cidades-sedes, com o slogan “1000 dias para a Copa”, e o seminário de Porto Alegre reuniu aproximadamente duas centenas de pessoas, em sua maioria agentes públicos vinculados ao comércio e ao turismo. As intervenções, de políticos de todas as tendências e especialistas nacionais e internacionais, reforçavam a diversidade de oportunidades com os megaeventos,

valendo-se de dados de relatórios diversos, incluindo-se o da Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (E&Y/FGV). Além de encorajar o empreendedorismo, o evento tinha por objetivo localizar, de modo mais preciso, o tipo de negócio que poderia prosperar – e os que não teriam chances – dadas as características do megaevento. Noutra ocasião, também em Porto Alegre, um evento organizado por uma grande rede de comunicação do sul do Brasil com o patrocínio de várias empresas privadas teve suas concorridas credenciais distribuídas, basicamente, entre empresários, jornalistas esportivos, gestores públicos e estudantes de marketing. Na programação do evento foi destaque, uma vez mais, o discurso do empreendedorismo, e o relatório da E&Y/FGV foi outra vez nomeado.

O relatório em questão é parte da série “Brasil sustentável”, que reúne 7 publicações realizadas pela parceria entre a E&Y/FGV, tratando de projeções de negócios para setores fundamentais da economia brasileira – petróleo, etanol e gás; Copa do Mundo; agroindústria; competitividade industrial; energia; consumo; mercado habitacional. Diz o anúncio que apresenta a série: “A abordagem dos temas leva em conta as potencialidades do país em sua interação com o mercado mundial, delineando cenários até o ano de 2030. O resultado é um conjunto de informações estratégicas indispensáveis para o planejamento das empresas e seu crescimento sustentável” (11).

O artefato da E&Y/FGV sobre os impactos da Copa 2014 foi publicado em junho de 2010 com pouco mais de 50 páginas, e segue o padrão dos relatórios da série, não destoando de outros documentos do gênero: apresentação sóbria, textos e argumentos diretos, abundância de gráficos e organogramas, e muitos números. No layout da parte superior direita na página 7 uma projeção animadora, daquelas que faria qualquer cético desejar sediar não uma, mas todas as copas no Brasil: “A Copa deverá gerar 3,63 milhões de empregos/ano e R\$63,48 bilhões de renda para a população no período 2010-2014, além de uma arrecadação tributária adicional de R\$ 18,13 bilhões” (10).

Próximo ao início da Copa 2014 outros prognósticos, bem menos alvissareiros daqueles da E&Y/FGV, passaram a ser divulgados. Um deles, cujos dados foram compilados pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (Fipe), sob encomenda do Ministério do Turismo, dava conta de que a Copa geraria um aporte de R\$30 bilhões à economia brasileira (0,5% do PIB). Quanto ao número de empregos, a Fipe estimou em 710 mil fixos e 200 temporários, a partir de dados do Cadastro Geral de Empregos (Caged), entre 2011 e 2014. Não há estimativas precisas de quantos empregos foram efetivamente gerados pela Copa 2014 – um cálculo deveras complexo. Em todo o caso, é possível tomar como parâmetro os dados do Caged, pelo menos para uma projeção imaginativa. O número de empregos gerados pela Copa prognosticados pela E&Y/FGV (3,63 milhões/ano) é superior ao total de novos empregos gerados no Brasil durante os anos de 2011 e 2012 – 3,4 milhões, aproximadamente (12). O relatório não explicita como fez a projeção de empregos, mas ela não parece ser o produto de uma metodologia consistente. Certo

mesmo é que eles não passaram da projeção, como tantos outros prognósticos alvissareiros, dessa e de várias consultorias.

Conforme Wladimir Andreff (13), um dos mais respeitados economistas do esporte, não existe no presente uma metodologia confiável capaz de projetar os impactos econômicos dos megaeventos esportivos, dada a quantidade de variáveis implicadas e a efemeridade dos mesmos. Os argumentos de Andreff são consistentes e, talvez por isso, não tenhamos dado a importância devida ao relatório da E&Y/FGV ao longo das suas inúmeras aparições. A mudança de perspectiva, que nos fez pensar nos efeitos desses artefatos para além da coerência dos seus conteúdos, se deu, em boa medida, pelo fato de que o relatório da E&Y/FGV continuou sendo citada até as vésperas da Copa 2014. Uma pesquisa mais detalhada a propósito das referências ao relatório na mídia mostrou que elas decresceram depois dos protestos de junho de 2013, quando os megaeventos passaram a ser criticados e poucos se atreviam a justificá-los publicamente (14). Ainda assim, o “número mágico” (e não caberia outro adjetivo) de R\$142 bilhões, a serem supostamente gerados adicionalmente pela economia (incluindo-se os aportes diretos e os efeitos indiretos), seguiu sendo citado em discursos oficiais, embora alguns jornalistas já tivessem embarcado em outro discurso, de que o Brasil havia perdido a oportunidade – este era também o discurso velado dos dirigentes da Fifa tentando se eximir de qualquer justificação diante das críticas avassaladoras (15).

HEGEMONIA DISCURSIVA FAVORÁVEL AOS MEGAEVENTOS O anúncio da realização da Copa 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil coincidiu com um momento singular no cenário político e econômico nacional. A Copa foi definida em tratativas de bastidores, iniciadas em 2004 e finalizadas em 2006, embora a celebração pública tenha ocorrido em novembro de 2007. Na ocasião, o Brasil passava por uma fase de crescimento econômico destacado e buscava afirmar-se internacionalmente como um ator político relevante. Sediara uma Copa não parecia despropositado, embora não houvesse tanta clareza entre os brasileiros da diferença entre jogar e organizar o evento futebolístico – até porque entre as bravatas de Ricardo Teixeira, então presidente da CBF, constava que essa seria “a Copa da iniciativa privada” (16). O circuito empresarial tinha bons motivos para assimilar o discurso da oportunidade e boa parte daqueles que usualmente fazem o contraponto – partidos, organizações civis e intelectuais de esquerda – estavam comprometidos com a defesa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, salvo exceção.

O cenário deixava pouco espaço para o contraditório e tudo parecia se encaminhar para uma grande festa. A crise que afetou quase todas as principais economias mundiais em 2008 foi assimilada sem maiores percalços pelo Brasil, de tal forma que a disputa vitoriosa pela sede dos Jogos Olímpicos de 2016, em 2009, constituiu o ponto mais elevado da euforia. O então presidente Lula estava no auge da sua popularidade, nacional e internacional, e aproveitou a ocasião para exaltar a grandeza do Brasil e criticar todos quantos

subestimassem a competência da nação quaisquer que fossem os desafios. Realizar a Copa e as Olimpíadas constituía uma oportunidade merecida, ainda que tardia.

A hipótese – e o termo não pode ser outro – é que tais eventos teriam vindo para o Brasil independente de quem estivesse no governo. Os argumentos em favor da candidatura pareciam inquestionáveis ou, quando eram, careciam de consistência. Toda a verdade aparentava estar do lado dos realizadores e da legião de entusiastas, dispersos na crônica esportiva, no mundo dos negócios, na política, entre outros. Havia uma hegemonia discursiva favorável aos megaeventos, para a qual os dispositivos sociotécnicos haviam contribuído, atualizando para a ocasião a verdade do tripé oportunidade-investimento-legado.

De todas as polêmicas em torno da realização dos megaeventos no Brasil a mais empolgante foi sobre o questionamento público sobre o uso de aportes públicos, que efetivamente saiu das mídias e foi para as ruas. Em todo o caso, foi uma manifestação tardia, capaz de minar a reputação das agências esportivas e dos políticos locais, mas não de impedir mudanças substantivas – exceto em obras que estavam atrasadas, quase todas relacionadas à mobilidade urbana. Essa mobilização tardia não pode ser explicada por uma única variável, porque as Jornadas de Junho têm várias frentes discursivas, incluindo-se a contrariedade com os “gastos com a Copa”. No entanto, o questionamento público veio à tona com tanta efervescência que minou os discursos apologeticos em torno dos megaeventos. Essa distância entre uma posição francamente favorável e outra hostil tem muito a ver com a disparidade entre o prometido e o realizado. O descompasso não foi produzido apenas pela empolgação de políticos e de dirigentes esportivos, mas também deve-se aos excessos cometidos pelos dispositivos de creditação, avalizados por empresas de consultoria que disseminaram prognósticos retratando um cenário muito diferente daquele que haveria de se concretizar.

Arlei Sander Damo é antropólogo e professor do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

REFERÊNCIAS E NOTAS

1. Sobre as diferenças de posicionamento da Fifa e do COI em relação à presença do dinheiro no esporte, seja através da participação de atletas remunerados (primeiro foco de conflito, década de 1930), seja de patrocinadores (1960/70), conferir Giglio, S. “COI x Fifa: A história política do futebol nos Jogos Olímpicos”. Tese de doutorado. Escola de Educação Física e Esporte, USP, São Paulo, 2013.
2. Callon, M. “Qu'est-ce qu'un agencement marchand?”. In: Callon, M. et al. *Sociologie des agencements marchands - Textes choisis*. Paris: Presses des Mines, 2013, p. 325-440. p.368.
3. No original: “Le *social media marketing* a pour principale activité de performer des réseaux sociaux dans lesquels circulent les produits sous la forme de discours cherchant à les expliciter et à les qualifier” (tradução do autor).

4. Os dados aqui utilizados são resultado do projeto de pesquisa “Megaeventos esportivos no Brasil - uma perspectiva antropológica” realizado entre 2010 e 2016. Durante o biênio 2013-2014 o referido projeto contou com o financiamento do CNPq, através do edital MCTI/CNPq/MEC/Capes nº18/2012. Este projeto resultou em diversas publicações, incluindo-se o livro *Megaeventos no Brasil - um olhar antropológico*, de Arlei Damo e Ruben Oliven (autores associados, 2014), no qual constam, de forma mais detalhada e documentada, alguns dos argumentos aqui utilizados.
5. Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
6. Damo, A. “O desejo, o direito e o dever - A trama que trouxe a Copa ao Brasil”. In: *Revista Movimento*, vol. 18, no. 2, abr/jun 2012, p. 41-81.
7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm. Acesso em 20/2/2016.
8. Disponível em: <http://es.slideshare.net/marcelogreuel/caderno-de-encargos-fifa>. Acesso em 20/2/2016.
9. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf. Acesso em 20/2/2016.
10. “Brasil sustentável: impactos econômicos da Copa do Mundo 2014”. Ernest & Young Terco. Disponível online em PDF.
11. Série de documentos disponíveis em: <http://www.ey.com/BR/pt/Issues/Driving-growth>. Acesso em 15/2/2016.
12. Evolução de Emprego do CAGED - EEC. Disponível no site do Ministério do Trabalho e Trabalho em: <http://bi.mte.gov.br/eec>
13. Andreff, W. *Économie internationale du sport*. Grenoble: PUG, 2010.
14. Esta pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Megaeventos esportivos no Brasil - uma perspectiva antropológica”, referido na nota 4.
15. “Coupe du Monde, Sepp Blatter: Le Brésil s'est préparé “trop tard””. 06/01/2014. Eurosport. AFP.
16. “Verba pública financiará 94% dos estádios da Copa-2014”. Por Mariana Bastos e Paulo Cobos. 04/02/2010. Copa do Mundo 2010. Uol Notícias.

JOGOS OLÍMPICOS E DIREITO À MORADIA ADEQUADA*

Raquel Rolnik



A té os anos 1930, os Jogos Olímpicos e outros eventos esportivos deixavam poucas marcas na paisagem urbana. Em 1932, pela primeira vez, a cidade de Los Angeles associou os Jogos Olímpicos a uma estratégia de dinamização da economia local, imersa em recessão econômica, e foi a primeira vez que uma “vila olímpica” com características de moradia permanente foi construída (1). Depois da Segunda Guerra Mundial, o movimento olímpico ganhou uma força sem precedentes, atraindo o apoio dos governos para a área do esporte como parte de políticas de bem-estar social, que incluíram em seus projetos olímpicos a construção de infraestrutura pública permanente para a prática de atividades esportivas. Nos anos 1970 ficou mais evidente a articulação da organização de eventos esportivos internacionais com os processos de transformação urbana, particularmente como estratégia de renovação de áreas centrais das cidades (2).

Desde os anos 1980, o Comitê Olímpico Internacional adotou uma filosofia de incorporar progressivamente o setor privado na promoção dos Jogos. Nos anos 1990, tornou-se hegemônica a prática de organização de megaeventos esportivos como um dos componentes do planejamento urbano estratégico, com vistas ao reposicionamento das cidades numa economia globalizada, numa espécie de lançamento midiático da imagem da cidade associado à renovação de algumas de suas infraestruturas, através de processos com forte protagonismo da indústria imobiliária e do setor de construção de forma geral. A esse processo de transformação, os promotores dos Jogos Olímpicos passaram a denominar “o legado dos jogos” (2a). A realização de jogos internacionais como estratégia de dinamização econômica, implantada através de parcerias com grandes corporações e capitais privados locais e globais, incluindo a renovação da infraestrutura urbana e desenvolvimento imobiliário, se converteu no enfoque contemporâneo dos megaeventos esportivos por parte das cidades e dos países (3).

Os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, consolidaram esse novo enfoque. Foram utilizados pelo governo da cidade catalã como estratégia para promover a renovação da infraestrutura da cidade e, ao mesmo tempo, lançar uma nova imagem pública internacional da cidade, associada a um ou mais grandes projetos urbanos (4). Ambos os elementos estão presentes, com maior ou menor intensidade, nas relações contemporâneas entre os megaeventos esportivos e as cidades anfitriãs, com importantes impactos significativos na reestruturação de bairros ou cidades e na vida dos que ali vivem ou viviam. Este artigo se concentra em um desses impactos: sobre as comunidades urbanas, qual seja, sobre seu direito à moradia adequada.

OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E SEUS IMPACTOS NO DIREITO À MORADIA ADEQUADA

A realização de megaeventos esportivos poderiam, em tese, ser uma oportunidade para ampliar o direito à moradia adequada. Os processos de reabilitação que se põem em marcha para preparar os megaeventos seriam capazes de promover melhorias infraestruturais e ambientais nas cidades anfitriãs. Isto inclui o aumento da mobilidade, a limpeza de zonas contaminadas, o desenvolvimento da gestão de resíduos e o saneamento, a administração de infraestrutura social e cultural e a construção de novas moradias ou a reabilitação de unidades habitacionais. Não é, no entanto, o que tem ocorrido.

Uma vasta experiência demonstrou que os projetos de reabilitação adotados para os Jogos Olímpicos, frequentemente, dão lugar a violações generalizadas dos direitos humanos, particularmente do direito à moradia adequada. Nas cidades que organizam os eventos, são frequentes as denúncias de massivas remoções forçadas para ceder espaço aos grandes projetos de ampliação de infraestrutura e renovação urbana, muitas vezes reduzindo – e não ampliando – o acesso à moradia, como resultado de aumento de preços de imóveis e aluguéis e consequente tomada da área por grupos sociais de maior renda, de operações de grande envergadura contra as pessoas sem teto, e de discriminação dos grupos marginalizados. Os que mais sofrem as consequências dessas práticas são os setores mais desfavorecidos e vulneráveis da sociedade, tais como os segmentos de baixa renda, minorias étnicas, imigrantes, idosos, pessoas com deficiência e grupos marginalizados (como vendedores ambulantes e trabalhadores sexuais).

A. Consequências positivas para a cidade e a moradia

A realização dos Jogos Olímpicos, e de outros megaeventos esportivos, serve habitualmente como catalisador para o início e aplicação de planos de desenvolvimento de moradia nas cidades anfitriãs. Uma vez designada uma cidade como anfitriã, se destinam maiores investimentos públicos e privados ao setor de construção. Assim, as cidades anfitriãs registram normalmente atividades de construção sem precedentes, que se traduzem em uma maior disponibilidade de empregos e de unidades habitacionais. Dado o número de moradias necessárias para alojar o grande número de visitantes, a cidade enfrenta uma reabilitação e urbanização em grande escala. O desenvolvimento urbano também inclui, com frequência, planos públicos de revitalização urbana, que geralmente consistem no “embelezamento” e na “modernização” de certas áreas, mas tanto nas áreas centrais como nas periféricas das cidades anfitriãs ocorrem transformações. Uma vez finalizado o evento, as novas moradias podem estar à disposição dos residentes locais, que encontrarão transformada sua cidade.

Entre os exemplos de utilização de áreas com fins de moradia após os eventos, figuram: a) em Moscou, onde os Jogos Olímpicos de 1980 marcaram a culminação de uma política de construção de moradias sociais com a transformação da vila olímpica em 18 edifícios de apartamentos com 16 andares, ampliando o estoque de moradia social na cidade; b) em Atenas, onde a vila olímpica erigida para os Jogos Olímpicos de 2004 deixou 3 mil novas unidades habi-

tacionais subsidiadas em benefício de 10 mil residentes (5); e c) em Londres, em 2008, o plano era converter metade das 2,8 mil unidades da vila olímpica em moradias acessíveis após os Jogos, e a área do parque olímpico previa ao redor de 10 mil novas moradias, 35% das quais poderiam ser adquiridas passado o evento (6).

A realização de megaeventos esportivos habitualmente supõe a reabilitação dos sistemas de circulação e de transporte público, melhoras ambientais e aumento da disponibilidade de instalações culturais e esportivas, bem como de espaços públicos abertos para os habitantes das cidades. Todos esses investimentos, se forem formulados com uma perspectiva incluyente e em benefício da maioria, podem ter um efeito positivo no direito à moradia adequada.

Para oferecer alternativas de circulação diversas e de boa qualidade durante o megaevento, e incorporá-las às estratégias de mobilidade urbana, a maioria das cidades anfitriãs constroem novas autoestradas e anéis rodoviários, recuperam ruas do centro urbano, melhoram as redes ferroviárias, ampliam os sistemas de trens subterrâneos e bondes, e constroem novos aeroportos ou ampliam os já existentes. São intervenções que – se dirigidas para as demandas de melhoria de mobilidade pensadas a partir de planejamento incluyente da cidade, em longo prazo e não a partir única e exclusivamente do novo grande projeto urbano que pretendem promover –, podem melhorar as condições de moradia, brindando os moradores com um maior acesso às oportunidades econômicas, sociais e culturais.

Em Atenas, por exemplo, foi construída uma nova linha de bondes e se ampliou o sistema de transporte subterrâneo como preparativos para os Jogos Olímpicos de 2004; e em Pequim foram construídas novas linhas de trens de superfície e subterrâneos para os Jogos Olímpicos de 2008 (7).

As preocupações em matéria ambiental também são um importante componente dos preparativos para receber um megaevento esportivo. Este aspecto se tornou mais evidente em consequência dos Jogos Olímpicos de Sydney, em 2000. Submetido às pressões de organizações ambientais e aos novos parâmetros propostos pelo Comitê Olímpico Internacional, o comitê organizador incorporou as preocupações ambientais na organização do evento. Desde então, as autoridades anfitriãs locais incluem estratégias de recuperação ambiental no seu planejamento e aproveitam a oportunidade para melhorar os serviços de gestão de lixo, reorganizar a coleta de resíduos, limpar áreas contaminadas, criar parques públicos e adotar outras iniciativas na esfera ambiental. Também empreendem campanhas mais complexas, frequentemente para retomar planos atrasados de melhoramento ambiental, tais como limpeza de rios e lagos contaminados, a renovação ou ampliação do sistema de esgoto, e o reassentamento de indústrias contaminantes.

Em Tóquio, três estações de tratamento de águas residuais foram construídas pouco antes dos Jogos Olímpicos de 1964; em Seul, o rio Hang foi descontaminado e foram criados novos sistemas de gestão da contaminação atmosférica e de coleta de resíduos na preparação para os Jogos; em Pequim, 640 quilôme-

tros de tubulações de esgoto foram renovadas no período prévio aos Jogos de 2008 (8).

Receber eventos olímpicos tem consequências positivas para a disponibilidade de instalações esportivas para a população local. Durante esses períodos, são construídos estádios, centros de treinamento, campos de esporte e outras instalações que podem – se planejados para esse fim e localizados junto as áreas carentes desse tipo de equipamentos e posteriormente abertos para o usufruto dos moradores desses locais – ampliar suas oportunidades de convivência, prática esportiva e de lazer. As disposições que são adotadas para os eventos também podem aumentar o número de espaços públicos abertos e de áreas verdes e de lazer. Além das instalações esportivas construídas para abrigar os Jogos e posteriormente postas à disposição do público, pode-se mencionar os seguintes exemplos de aumento da disponibilidade de instalações culturais e esportivas: a) em Seul foram construídas novas casas de cultura antes dos Jogos Olímpicos; b) em Barcelona foram renovados teatros, museus e galerias de arte como preparação para os Jogos; e c) em Atenas foi realizado um trabalho de preservação de sítios arqueológicos antes dos Jogos Olímpicos (9).

B. Consequências negativas para a moradia

No período que transcorre entre a designação da cidade anfitriã e a realização do evento, as cidades normalmente sofrem uma série de transformações que não só afetam sua infraestrutura urbana como também produzem mudanças econômicas, sociais e demográficas com consequências de longo prazo para a população local. Como a análise sobre a repercussão desses eventos geralmente se concentra nos benefícios econômicos para a cidade anfitriã, presta-se menos atenção à avaliação dos efeitos na vida dos moradores, especialmente os grupos mais vulneráveis da sociedade. Lamentavelmente, o legado desses eventos no contexto dessas pessoas está longe de ser positivo. Os supostos benefícios econômicos decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos não se distribuem equitativamente entre toda a população local. Ao contrário, parecem exacerbar-se as disparidades existentes, dado que os processos de regeneração e embelezamento da cidade geralmente se concentram em áreas habitadas principalmente por grupos pobres e vulneráveis. As consequências duradouras dos megaeventos esportivos frequentemente incluem características inquietantes, que são descritas a seguir.

B.1. Remoções Os despejos e remoções forçadas são características comuns dos preparativos dos Jogos Olímpicos. Grandes projetos de reabilitação urbana – associados aos projetos de sede dos Jogos, assim como aos meios de acesso a hotéis/equipamentos esportivos e aeroportos – frequentemente tornam necessária a demolição de moradias existentes e a abertura de espaços para novas obras. A importância que se concede à criação de uma nova imagem internacional da cidade, como parte integrante da preparação dos Jogos, supõe a eliminação de manifestações de pobreza e subdesenvolvimento, por meio de projetos

de reurbanização que dão prioridade ao embelezamento urbano em detrimento às necessidades dos moradores locais. Posto que as autoridades públicas utilizam a organização dos megaeventos como catalizador para a regeneração da cidade, os moradores de áreas afetadas podem enfrentar deslocamentos massivos, remoções forçadas e a demolição de suas casas. Também podem ocorrer remoções em razão das medidas adotadas pelas autoridades para eliminar rapidamente assentamentos populares, considerados esteticamente negativos, das áreas frequentadas pelos visitantes, ainda que essas áreas não sejam necessárias para nenhuma construção ou ampliação de equipamento público.

Na maioria dos casos, as alternativas às remoções não são suficientemente exploradas, não são realizadas consultas prévias com as comunidades afetadas e não se garante às vítimas uma indenização adequada e nem outra moradia. Além disso, as remoções quase nunca permitem o regresso dos habitantes anteriores às moradias recém construídas. O certo é que os proprietários, os locatários e os ocupantes sem título se veem frequentemente submetidos à pressão de autoridades públicas, ou de agentes imobiliários privados, para que abandonem a área, não recebem garantias de poder regressar ao lugar reabilitado e só raramente

seus direitos de compensação são reconhecidos. Em muitas ocasiões, os despejos são levados a cabo acompanhados de violência, ameaças e agressões contra os moradores. A urgência dos prazos de entrega das obras é usada como justificativa para essas remoções violentas e para a inobservância dos direitos das comunidades afetadas.

São vários os exemplos de remoções devidos à construção de áreas esportivas e de alojamento para os visitantes e às melhorias na infraestrutura. Em Seul, 15% da população sofreu despejos forçados, e foram demolidos 48 mil edifícios antes dos Jogos Olímpicos de 1988 (10); em Barcelona, 200 famílias foram desalojadas para dar lugar à construção de novos anéis viários antes dos Jogos Olímpicos de 1992 (11); em Pequim, nove projetos relativos à construção do local para os Jogos, de superfície de mais de 1 milhão de metros quadrados, exigiram o reassentamento dos moradores (12); houve denúncias de despejos massivos, realizados às vezes por homens não identificados no meio da noite e sem aviso prévio, e durante os quais os moradores e ativistas por moradia foram submetidos à repressão, a ameaças e a detenções arbitrárias (13); em Londres, a ordem de expropriação emitida para a organização dos Jogos Olímpicos de 2012, que outorga atribuições às autoridades locais para reunir a terra necessária para importantes projetos de regeneração, obrigou os residentes a abandonar os distritos olímpicos (14).

B.2. Deslocamentos indiretos devido à gentrificação Mesmo em contextos em que não ocorrem remoções para a construção de instalações esportivas ou projetos de urbanização destinados a melhorar a imagem da cidade anfitriã, deslocamentos massivos em razão de processos indiretos, como a gentrificação e o aumento dos custos da moradia,

**SÃO VÁRIOS
OS EXEMPLOS
DE REMOÇÕES
DEVIDOS À
CONSTRUÇÃO
DE ÁREAS
ESPORTIVAS**

também ameaçam o direito à moradia adequada. A gentrificação pode ter como origem os projetos de revitalização que se empreendem vinculados aos eventos. Uma vez submetidos a processos de revitalização, vizinhanças antes populares passam a atrair pessoas de mais alta renda, que começam a se mudar para essas áreas. O repentino interesse dos investidores imobiliários em áreas que anteriormente se considerava de baixo valor aumenta os preços de compra e aluguel, o que repercute na acessibilidade da moradia para os moradores locais, e com frequência tem como resultado sua expulsão de fato dessas regiões. Em particular os inquilinos, quando não têm meios de alugar as novas unidades, se veem obrigados a se mudar para outras regiões e frequentemente não recebem indenização ou outra moradia. Raramente os antigos moradores são incluídos em projetos mistos de habitação (mercado/social) empreendidos por promotores privados, que lhes garantem o acesso a novas residências; na maior parte dos casos, se veem obrigados a vender seus imóveis e abandonar a área, seja como resultado do aumento dos custos ou do assédio das incorporadoras.

Desta maneira, o bairro sofre uma profunda mudança em sua composição demográfica. Ao mesmo tempo que uma população de renda média e alta se muda para regiões anteriormente populares e encontra uma maior disponibilidade de moradias, os moradores anteriores se veem empurrados para áreas externas à cidade, perdem seus vínculos comunitários e sofrem um maior empobrecimento devido à diminuição das oportunidades de emprego e escolaridade, assim como pelo aumento dos gastos com transporte utilizado para trabalho e lazer.

Entre os exemplos de deslocamento devidos à gentrificação e aumento de custos de moradia, figuram: a) em Seul, o preço dos apartamentos aumentou em 20,4% nos primeiros oito meses de 1988, e os preços da terra se incrementaram em 27% durante o ano, no que foi o maior aumento desde 1978 (15); b) em Barcelona, o aumento dos preços de moradia num período de cinco anos em torno dos Jogos alcançou 131%, enquanto no resto do país foi de 83% (16); em 1993, um ano depois dos Jogos Olímpicos, esses preços se elevaram apenas 2% (17); c) em Atlanta, cerca de 15 mil residentes de baixa renda se viram obrigados a abandonar a cidade devido ao fato de que o aumento dos aluguéis passou de 0,4% em 1991 para 7,9% em 1996, antes dos Jogos Olímpicos daquele ano (18); d) em Sydney, o aumento dos preços de moradia nos cinco anos precedentes aos Jogos Olímpicos foi de 50%, enquanto no resto do país ficou em 39% (19); e) em Pequim, aproximadamente 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas de seus lares para permitir a renovação urbana antes dos Jogos Olímpicos de 2008 (20); f) em Londres, os preços imobiliários nas zonas ao redor do sítio olímpico se elevaram entre 1,4% e 4,6% depois do anúncio de que a cidade seria sede dos jogos, enquanto no restante da cidade os preços caíram 0,2% (21).

B.3. Redução da disponibilidade de moradia social e de baixo custo A repercussão dos processos de revitalização e embelezamento no acesso à moradia é ainda maior quando afeta bairros populares. As moradias sociais, frequentemente situadas em zonas urbanas pobres, dão a seus residentes uma oportunidade de habitação de baixo custo, às vezes subsidiada pelo Estado. Por serem projetos públicos – e

habitados por uma população marcada por pouca renda e poder – muitas dessas moradias sociais são demolidas. Dado que muitos conjuntos habitacionais são propriedade do Estado, os projetos de revitalização geralmente procedem sua demolição para abrir espaço a novos empreendimentos. Diminuí assim, consideravelmente, a disponibilidade de moradia de baixo custo, tornando esses setores da população ainda mais vulneráveis à violação de seus direitos.

Em Atlanta, 1,2 mil unidades de moradia social foram destruídas antes dos Jogos Olímpicos (22); em Sydney, os informes disponíveis indicam que cerca de 6 mil pessoas ficaram sem casa antes dos Jogos (23); em Londres, a Clays Lane State, uma moradia social histórica que ficava na área olímpica e era habitada por cerca de 400 pessoas, foi demolida. Segundo a London Development Agency, o imóvel não satisfazia as normas do governo em matéria de moradias decentes (24).

B.4. As consequências nos assentamentos improvisados A situação das pessoas que vivem em assentamentos informais é particularmente preocupante no contexto da preparação dos megaeventos. Como símbolo de pobreza e precariedade, essas construções arruinam a imagem que a cidade procura promover com a organização dos Jogos Olímpicos. Considerados antiestéticos e sem segurança de posse, os assentamentos informais são os primeiros a ser demolidos quando se organiza um megaevento na cidade. As zonas onde eles ficam são frequentemente utilizadas, seja para construção de locais esportivos e alojamentos para os visitantes, seja para erigir novas moradias para os residentes locais. Em muitos casos, os assentamentos improvisados são removidos para dar lugar a novas vias, equipamentos ou simplesmente porque não se adequam à nova paisagem urbana. As administrações locais habitualmente não oferecem indenização ou alternativa habitacional aos moradores removidos. Comunidades inteiras se veem obrigadas a reassentar-se, geralmente nas partes mais externas da cidade ou em zonas rurais, onde não encontram meios de sustento e as oportunidades de emprego e de acesso a mercados informais são exíguas, e onde já não existem seus vínculos com a comunidade. Os moradores de assentamentos precários são quase sempre minorias étnicas, migrantes, segmentos de baixa renda e outros grupos vulneráveis.

Um exemplo do efeito dos megaeventos em assentamentos improvisados é, no Rio de Janeiro, a Vila Autódromo (25). Surgida nos anos 1960 para abrigar os operários que trabalhavam na construção do antigo autódromo do Rio, a comunidade começou a sofrer ameaças de remoção no início dos anos 1990. Na preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 novas tentativas foram feitas. Mas foi com a confirmação do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 que o projeto da prefeitura ganhou força e as pressões pela saída dos moradores aumentaram. Ainda que boa parte dos moradores possuísse concessão do direito real de uso dos terrenos, concedida na época pelo governo do estado, a prefeitura insistiu na remoção e conseguiu que parte dos moradores deixasse a comunidade nos últimos anos, aceitando a oferta de compensação financeira ou de realocação em um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida. Só que essa mesma

prefeitura começou a demolir as casas dos moradores que deixaram a vila, sem recolher o entulho, sem limpar o local, deixando os escombros no meio das ruas e junto às moradias dos que ficaram, tornando aquele lugar completamente inóspito. Há relatos de que algumas casas estão isoladas e seus moradores não conseguem ter acesso a elas. A ação da prefeitura é evidentemente estratégica, no intuito de forçar a saída dos moradores que resistem, ao tornar a vida naquele lugar insustentável.

B.5. Criminalização da pobreza, da informalidade e da população de rua A situação das pessoas sem teto também pode ser agravada no contexto dos Jogos Olímpicos, considerando os relatos de situações em que autoridades locais adotaram medidas para retirar moradores de rua das áreas frequentadas pelos visitantes durante o período dos Jogos. Em alguns casos foram oferecidas alternativas de abrigo para que os moradores de rua deixassem as áreas, mas na maioria das vezes os moradores foram removidos à força. Legislações especiais são produzidas de modo a tipificar como delitos atos como dormir nas ruas e pedir esmola. Da mesma forma, se promulgam leis que proíbem os vendedores ambulantes e as trabalhadoras sexuais de levar a cabo suas atividades durante o evento. Recebemos comunicados de casos de utilização de acampamentos com instalações de grande capacidade, fora da cidade, para alojar pessoas sem teto e outros grupos “antiestéticos” enquanto se desenvolvia o evento. Trata-se de uma tendência inquietante das cidades anfitriãs de introduzir uma “lógica de exceção” na gestão da vida pública enquanto se prepara o evento, que permite restrições dos direitos e das garantias processuais, quando considerado necessário para assegurar a realização do evento (26). Além disso, como aumenta o número de despejos e diminui a oferta de moradia social, assentamentos improvisados e residências temporárias, normalmente, incrementa o número de pessoas sem teto.

Nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988, e de Barcelona, em 1992, moradores de rua foram retirados ou detidos em instalações fora da cidade durante os Jogos; em Atlanta, a carência de moradia e atividades conexas foram declaradas ilegais e foram expedidos mais de 9 mil indiciamentos contra pessoas sem teto (29).

B.6. Consequências desproporcionais para os grupos particularmente vulneráveis à discriminação O legado negativo dos megaeventos esportivos incide particularmente nos setores mais vulneráveis da sociedade. Estes grupos se veem afetados desproporcionalmente por remoções forçadas, por despejos, pela diminuição da disponibilidade de moradia social, pela redução da acessibilidade à moradia, pela própria carência de moradias, pelo isolamento em relação à comunidade e às redes sociais existentes, pela restrição às liberdades civis e pela criminalização de suas atividades. Os despejos e remoções forçadas que têm como origem os grandes projetos afetam comumente a população de baixa renda, as minorias étnicas, os imigrantes e os idosos, os quais se obriga que abandonem seus lares para reassentar-se em zonas distantes do centro da cidade. Igualmente, as políticas e leis especiais adotadas para “limpar” a cidade resultam na remoção de pessoas sem teto, moradores de rua, vendedores ambulantes, trabalhadores sexuais

e outros grupos marginalizados das zonas cêntricas e seu reassentamento em áreas especiais ou fora da cidade.

Em Atenas, as comunidades ciganas foram o principal objeto de remoções (30); em Atlanta, as comunidades negras (31); em Sydney, foram removidas comunidades indígenas de áreas próximas aos sítios olímpicos, com o fim de embelezar a cidade (32); e em Pequim, a maioria das vítimas de remoções foi de trabalhadores imigrantes (33).

C. Tensões em torno dos megaeventos: mobilização e negociações

Em muitos casos, as comunidades e grupos afetados se dão conta de que a proposta inicial das autoridades para a organização de um megaevento pode trazer consigo violações do direito à moradia adequada, tais como remoções forçadas de moradores locais, a criminalização de pessoas sem teto e outras práticas similares. Para fazer frente a essas ameaças, a população afetada e as organizações sociais se mobilizam para resistir à proposta, exigindo que se modifique sua formulação. Em alguns casos, a resistência social conduziu a negociações com as partes interessadas, à adoção de uma estratégia diferente e a uma nova concepção do plano para incorporar os pedidos da população afetada e proteger os direitos da população local.

Alguns exemplos de mobilização social e renegociação dos megaeventos: a) para os Jogos Olímpicos de Atenas, em 1996, as autoridades previam demolir um complexo habitacional situado defronte a uma das principais rotas olímpicas, mas devido à firme resistência dos moradores e dos ativistas de moradia, os edifícios não foram demolidos (34); b) no período prévio aos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, em 2007, o Comitê Social do Pan interveio ante às autoridades locais para pedir a modificação de vários planos relativos ao evento, incluída a suspensão do despejo da Vila Autódromo (35); c) em 2002, como resposta aos planos oficiais para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2010, em Vancouver, a organização Coalizão sobre o Impacto dos Jogos Olímpicos nas Comunidades defendeu a realização de um referendo sobre os Jogos e formulou uma série de recomendações à Vancouver 2010 Bid Corporation (empresa responsável) que ao final resultou no compromisso das autoridades de que os Jogos beneficiariam à comunidade e às zonas urbanas pobres, promessa que foi incorporada nos documentos de oferta para 2010 (36), não tendo sido, entretanto, completamente implementada.

CONCLUSÕES Tendo presentes as consequências dos megaeventos esportivos, é fundamental que todos os envolvidos adotem uma atitude responsável no que diz respeito aos impactos dos Jogos Olímpicos em relação ao direito à moradia adequada. Todos os participantes devem, em todas as fases, levar devidamente em consideração as consequências da realização do evento em relação à garantia da manutenção dos direitos humanos. As recomendações para os Estados participantes, assim como para o Comitê Olímpico Internacional e Federação Internacional de Futebol, podem ser acessadas no documento disponível online (37) e contém um rol de condições para o respeito à moradia adequada durante a preparação de cidades e países que sediarão os Jogos.

Raquel Rolnik é urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) e foi relatora internacional do direito à moradia adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2008-2014).

(*) Este artigo é uma versão do relatório anual apresentado pela autora ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, na qualidade de relatora especial para o direito à moradia adequada, durante seu mandato (2008-2014), abordando o tema dos megaeventos esportivos e o direito à moradia.

REFERÊNCIAS E NOTAS

1. As 126 casas de Baldwin Hills, a vila olímpica que foi construída para abrigar os atletas de sexo masculino, foi posteriormente desfeita e as casas, construídas de forma que poderiam ser desmontadas depois, vendidas individualmente após os Jogos. Muñoz, F. "Evolución histórica y tipología de planificación urbana de las Villas Olímpicas", Centre d'Estudis Olímpic i de l'Esport, Barcelona, 1996.
2. Mascarenhas, G. "Globalização e governo urbano nos megaeventos olímpicos: os Jogos Panamericanos de Santo Domingo, 2003. Diez años de cambio en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008", Universidad de Barcelona, 2008.
- 2a. Ver Oliveira, N. G. de. "O poder dos jogos e os jogos do poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo", tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012; e Novaes, P. "Urbanismo na cidade desigual: o Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.16, nº.1, p.11-33, / maio 2014.
3. Ver "Labor, economy, and transparency in large urban projects", Alberto de Oliveira (UFRJ), 2009, Congresso da LASA, Brasil, 2009; e "From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism", e Harvey D., 1989, *Geografiska Annaler*, série B 71 (1) 3.
4. Stavrides, S., "Urban identities: beyond the regional and the global. The case of Athens". In: Al-Qawasmí, J.; Mahmoud, A. e Djerbi, A. (Eds.), 2008. *Regional Architecture and Identity in the Age of Globalization*, Atas da Segunda Conferência Internacional da CSAAR, Tunísia, p. 577 a 588, 2005.
5. "Fair play for housing rights. Mega-events, Olympic Games and evictions", *COHRE*, 2007, p.142.
6. Informação fornecida pelo Comitê Olímpico Internacional.
7. "Fair play and housing rights", *op. cit.*, p. 74.
8. *Ibid.*, p.74.
9. *Ibid.*
10. Solomon J. Greene; "Staged cities; mega events, slum clearance, and global capital" em *Yale Human Rights and Development Law Journal*, v. 6, 2003, p. 171 y 179.
11. "Fair play for housing rights", *op. cit.*, p. 197.
12. Informação fornecida pelo Comitê Olímpico Internacional, com dados provenientes do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Pequim.
13. "Beijing 2008. Human rights and the Olympics in China" (2004); e "Demolished: forced evictions and the tenant's rights movement in China", *Human Rights Watch*, v.16, nº. 4; 2004.
14. Ver a página web da London Development Agency, www.lda.gov.uk; e "Hosting the 2012 Olympic Games: London's Olympic preparations and housing rights concerns", 2001, *COHRE*, p. 26.
15. Solomon J. Greene; *op. cit.*, p. 172 y 179.
16. "2012 Home Games: a study of the housing and regeneration legacies of recent Olympic and Paralympic Games and the implications for residents of east London", *East Thames Group*, p. 14.
17. "Barcelona. International events and housing rights: a focus on the Olympic Games", *COHRE*, 2007.
18. "2012 Home Games", *op. cit.*, p. 14.
19. *Ibid.*
20. "One world, whose dream? Housing rights violations and the Beijing Olympic Games", *COHRE*, 2008, p.6.
21. "Hosting the 2012 Olympic Games: London's Olympic preparations and housing rights concerns". *COHRE*, 2001, p.31.
22. "2012 Home Games", *op. cit.*, p.13.
23. *Ibid.*, p.16.
24. Informação fornecida pelo Comitê Olímpico Internacional.
25. "Plano olímpico para Rio-2016 prevê a remoção de favela", *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 2009.
26. "Fair play for housing rights", *op. cit.*
27. *Ibid.*, p. 198.
28. "2012 Home Games", *op. cit.*, p. 15.
29. "Fair play for housing rights", *op. cit.*, p. 198.
30. *Ibid.*
31. *Ibid*, p.14.
32. "2012 Home Games", *op. cit.*, p. 14.
33. "Fair play for housing rights", *op. cit.*, p. 199.
34. Stavrides, S. "Urban identities: beyond the regional and the global. The case of Athens". In: Al-Qawasmí, J.; Mahmoud, A. e Djerbi, A. (eds.), 2008, *Regional Architecture and Identity in the Age of Globalization*, Atas da Segunda Conferência Internacional da Tunísia, 2005.
35. Ver Lemos Marques, A.; Barros de Moura, B., "Pan Rio 2007: manifestações e manifestantes", XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Brasil, maio de 2009.
36. Elby D., "Still waiting at the altar: Vancouver 2010's on-again, off-again, relationship with social sustainability", *Pivot Legal Society*, junho de 2007.
37. O relatório completo está disponível em: <http://www.un.org/wcm/webdav/site/sport/shared/sport/pdfs/Resolutions/A-HRC-13-20/A-HRC-13-20_EN.pdf>.

ATIVIDADE FÍSICA E JOGOS OLÍMPICOS: REFLEXÕES A PARTIR DE LONDRES 2012 E RIO 2016*

Billy Graeff, Paul Bretherton e Joe Piggin
Tradução de Gilberto Stam

Após a inclusão do conceito de “legado” na Carta Olímpica em 2002 (1), os países anfitriões dos Jogos Olímpicos passaram a demonstrar uma expectativa crescente de que o evento deixasse um legado social positivo para a comunidade que o recebe. Cada vez mais, a resposta a tal expectativa baseia-se, pelo menos em parte, no entendimento de que o evento tem a capacidade de aumentar a prática de atividade física junto à população do país anfitrião. Isso se deve à suposição de que as disputas esportivas de alto rendimento, exibidas durante os Jogos, irão incentivar – ou “inspirar” – mais pessoas a ter uma prática regular de atividades físicas e esportivas.

Este artigo faz uma análise da política e da retórica de legado para a prática de atividade física, empregada em relação aos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, e do Rio de Janeiro, em 2016 – as duas primeiras cidades anfitriãs dos Jogos Olímpicos de Verão a serem selecionadas após a incorporação formal do conceito “legado” na Carta Olímpica de 2002. A interação entre os fatores colocados acima e os respectivos contextos sociais e culturais no Reino Unido e no Brasil oferecem uma perspectiva útil para analisar um aspecto cada vez mais proeminente das razões contemporâneas para sediar os Jogos Olímpicos –, bem como as implicações mais amplas que o caso do legado de prática de atividade física pode ter para todas as formas de legado que são enfatizadas pelos anfitriões desses eventos.

JOGOS OLÍMPICOS DE LONDRES 2012: “INSPIRAR UMA GERAÇÃO”

Citando Londres 2012 como a “melhor oportunidade em uma geração para encorajar as pessoas a serem mais ativas fisicamente” (2), os planos oficiais do governo do Reino Unido para o legado dos Jogos Olímpicos afirmavam que:

A primeira prioridade dos Jogos é fazer do Reino Unido um líder mundial nos esportes. Esperamos que as pessoas se tornem cada vez mais ativas, com o objetivo de vermos dois milhões de pessoas se tornarem mais ativas até 2012, através de investimentos focados em nossa infraestrutura esportiva e melhor apoio e informação para os que querem praticar atividade física (3).

No entanto, Girginov e Hills alertam que para obter um aumento de participação nessa escala seria necessário lidar de maneira bem sucedida com “estruturas sociais profundamente enraizadas” (4) e,

de fato, evidências acadêmicas indicam, cada vez mais, que essas metas são pouco realistas. Vários autores, por exemplo, concluíram que não há evidências suficientes para corroborar que Londres 2012 tenha sido um meio de promover a prática esportiva ou atividade física (5-7), e que qualquer tentativa de atingir esse objetivo deveria passar por um esforço coordenado maior em que os Jogos representassem parte de uma estratégia mais ampla de prática esportiva e atividade física (7). Mesmo para chegar perto do aumento pretendido de dois milhões de pessoas mais ativas em 2012, seria necessário um esforço coletivo fenomenal, tanto por parte dos organizadores do evento quanto por uma gama considerável de organizações locais, esportivas e de saúde.

Tal esforço não se concretizou, e a diretora executiva de Esportes da Inglaterra, Jennie Price, anunciou, em 2011, o abandono das metas de participação estabelecidas em 2008:

Estou muito decepcionada porque temos somente 111.000 pessoas a mais praticando esportes quando contávamos com 1 milhão, mas temos de ser realistas sobre o clima em que estamos trabalhando. Jeremy Hunt [o secretário da Cultura] já disse que não acredita que a meta de 1 milhão seja a medida certa de participação imediatamente após os Jogos Olímpicos, mas acho que teremos uma boa medida de participação após um ano ou dois, e teremos um salto por causa dos Jogos Olímpicos (8).

O argumento de Price toca em dois fatores importantes, citados acima, para o fracasso do legado da participação em massa da população. Em primeiro lugar, a menção ao “clima” se refere à crise financeira no final dos anos 2000, com o pressuposto de que ela teve um impacto direto sobre o acesso ao esporte e à atividade física. Em segundo lugar, o questionamento da escala de tempo na qual as metas de participação de 2008 foram estabelecidas destaca uma questão mais ampla da avaliação do legado olímpico, que para alguns autores requer um período de 15 a 20 anos para ser medido satisfatoriamente (9).

Com o abandono oficial dos objetivos de participação em massa de 2008, o foco da proposta de legado esportivo foi restringido aos jovens. Mais uma vez, o contexto econômico mais amplo teve um papel central na explicação dada pelo então secretário de Cultura Jeremy Hunt:

Eu acho que é razoável perguntar se, com recursos tão limitados, focar na participação de adultos seria um uso adequado do dinheiro dos contribuintes, quando na verdade o que queremos é fazer com que jovens adquiram um hábito para a vida toda (10).

Esse raciocínio logo foi formalizado em janeiro de 2012, quando o Departamento de Cultura, Mídia e Esporte (DCMS, na sigla em inglês) publicou seus novos planos para o legado esportivo. O objetivo era usar Londres 2012 para “inspirar a nação e ajudar os jovens,

particularmente, a começar um hábito esportivo para a vida” e assim “fazer cumprir a promessa original” (10) que Lord Coe e a equipe de candidatura haviam estabelecido em 2005. Essa promessa deveria ter sido cumprida por meio de uma abordagem que promovesse ligações na base esportiva entre escolas e clubes e um sistema de cooperação com as organizações esportivas nacionais. Embora esse foco na juventude e no futuro possa parecer louvável, uma abordagem de longo prazo dessa natureza coloca problemas significativos para a prestação de contas, responsabilização e avaliação frente aos compromissos assumidos. Como observado por Wellings, Datta, Wilkinson e Petticrew (11), determinar que medidas políticas baseadas nos Jogos Olímpicos podem ser avaliadas como tendo feito uma diferença mensurável é algo complexo, e qualquer avaliação conclusiva se revelará excepcionalmente difícil.

A confusão se torna ainda mais evidente quando se contrasta essa ênfase da política do DCMS com as declarações públicas sobre os dados do governo. Por exemplo, no mesmo mês em que esse foco no esporte juvenil foi formalizado, o primeiro-ministro britânico David Cameron afirmou que:

O país inteiro pode se beneficiar do legado dos Jogos por causa da inspiração que esses jogos trazem para jovens e idosos em todo o país para que se envolvam, façam exercício, aprendam a nadar, aprendam a mergulhar, e tudo o mais (12).

O fato de que Cameron contradisse a estratégia desenvolvida pela DCMS demonstra que é difícil ver a estratégia global de legado de participação sem suspeita. De forma mais ampla, a necessidade de que o legado olímpico seja coordenado entre todas as entidades organizadoras do evento, bem como um governo anfitrião inerentemente caprichoso, demonstra a natureza problemática de todo o processo.

Além dessas preocupações, é importante reconhecer que o governo anfitrião pode mudar ao longo do período de preparação para sediar os Jogos. Em 2010, o governo do Partido Trabalhista, que tinha dirigido as etapas iniciais de candidatura e planejamento, foi substituído por uma coalizão conservadora. Embora a abordagem do governo para os Jogos tenha sido, em muitos aspectos, consistente com a de seu antecessor, uma diferença notável foi sua ênfase na redução da despesa pública, procurando transferir responsabilidades para os setores privado e de voluntariado. Em termos do legado de prática esportiva e atividade física isso ficou claro, de forma mais direta, pela intenção do então secretário de Educação, Michael Gove, de reduzir o financiamento para parcerias esportivas com escolas – embora, eventualmente, isso não tenha sido cumprido (13). Mais amplamente, a defesa feita pela coalizão conservadora do papel dos negócios na sociedade teve implicações importantes para os serviços de saúde:

A força de um acordo reside na diversidade de organizações que ele reúne – setor público, comercial, não-governamental e acadêmico – para determinar as coisas que os negócios podem fazer para acelerar o progresso em direção às metas de saúde pública (...) Simplificando, organizações comerciais podem alcançar os indivíduos de uma forma que outras organizações, governo incluso, não conseguem (14).

Esta atitude em relação ao papel dos negócios na promoção da saúde é consistente com a convicção crescente de que o potencial social do esporte deveria ser explorado por projetos de responsabilidade social empresarial (RSE) (15). Em relação ao legado de prática esportiva e atividade física de Londres 2012, vários patrocinadores olímpicos – sob a supervisão do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres (Locog, na sigla em inglês) – coordenaram iniciativas sociais envolvendo esporte, saúde ou atividade física em várias formas. A National School Sport Week do banco Lloyds TSB, o Spots vs Stripes da Cadbury (marca de chocolate), e a parceria da Coca-Cola com os StreetGames são exemplos de eventos locais que priorizaram a participação de populações específicas, como crianças em idade escolar ou comunidades carentes. Outras iniciativas, como Champions of Play do McDonald’s e Design my Break da GE também pretendiam contribuir para a saúde ou a consciência sobre atividade física, incentivando os jovens a se envolverem mais com esses problemas, enquanto a Adidas instalou aparelhos para exercícios chamados adiZones em parques locais para os residentes da região usarem de graça.

Após a conclusão dos Jogos em agosto de 2012, o prefeito de Londres, Boris Johnson, declarou:

Dirão que não haverá aumento da participação esportiva e nenhum benefício econômico, e que não teremos sucesso na recuperação do leste de Londres. Bem, que todos se lembrem apenas de uma coisa. Foi provado que esses céticos olímpicos estavam redondamente enganados sobre os Jogos. Será provado que eles estão errados também sobre o legado (16).

O entusiasmo de Johnson tipificava tanto o discurso da mídia dominante durante e logo após os Jogos, quanto a maneira com que esse tom de celebração era tomado, frequentemente, como evidência de que os resultados “positivos” do legado, como o aumento da participação no esporte e atividade física seria um resultado natural. No entanto, em 2013, o então ministro do esporte Hugh Robertson já adotara uma postura mais cautelosa:

Acho que vamos precisar de pelo menos cinco anos e, mais provavelmente, uma década, antes que possamos fazer um julgamento definitivo sobre o sucesso do legado esportivo de Londres 2012, mas os fundamentos são fortíssimos. A reputação da Grã-Bretanha no esporte mundial certamente se transformou. Em todo lugar que passei, desde Londres 2012, as pessoas felicitaram este país por ter hospedado jogos maravilhosos (17).

**É NECESSÁRIA
UMA AVALIAÇÃO
DE LONGO PRAZO
PARA TORNAR
CONSISTENTE AS
RECOMENDAÇÕES
SOBRE O LEGADO
OLÍMPICO**

Embora o reconhecimento de Robertson de que é necessária uma avaliação de mais longo prazo para tornar consistente as recomendações acadêmicas para a avaliação do legado olímpico (9), nota-se que ele confunde aqui essa questão com o reconhecimento internacional recebido pelo Reino Unido para a realização dos Jogos. No mesmo documento é observado que, apesar de uma diminuição recente, o número de pessoas que praticavam esporte pelo menos uma vez por semana aumentou em 1,4 milhão em relação a 2005, quando Londres foi escolhida como sede para 2012 (18). “Tendências subjacentes positivas” (19) também são notadas na participação de grupos como jovens, mulheres e deficientes. Embora essas estatísticas possam parecer positivas, deve-se notar, em primeiro lugar, que a comparação com 2005 é limitada, dado que nenhuma tentativa formal para aumentar a participação foi anunciada até 2008. Em segundo lugar, o foco singular na prática esportiva aqui contradiz o compromisso assumido anteriormente de incentivar, simultaneamente, a prática mais ampla de atividade física. Em terceiro lugar, finalmente, qualquer aumento medido até 2013 teria de ser comprovadamente mais sustentável do que os aumentos de curto prazo na participação que têm sido observados em eventos anteriores (7).

Ainda que a discussão atual retrate um objetivo de legado que foi defendido entusiasticamente por representantes do governo e do Locog a partir da fase de candidatura, evidências empíricas mostram que, até agora, o progresso genuíno tem sido insignificante, e que as primeiras projeções não serão cumpridas. Além disso, a natureza pontual dos Jogos, com a rápida dissolução do Locog e troca subsequente de importantes ministros governamentais, sugere que a responsabilidade por seu fracasso, em última análise, nunca será estabelecida. Isso não significa que um aumento sustentado e tangível de participação no esporte e atividade física através dos Jogos Olímpicos não seja possível, mas que qualquer tentativa de provar o contrário vai exigir um esforço muito mais abrangente e coordenado do que foi comentado aqui em relação a Londres 2012.

RIO 2016: É A VEZ DO BRASIL Em contraste com os objetivos estabelecidos para Londres 2012, a atividade física não era, em geral, uma prioridade para os governos brasileiros (as esferas federal, estadual e municipal estavam envolvidas com candidatura e organização) em relação aos Jogos Olímpicos de 2016 e seu processo de candidatura – uma vez que a ênfase foi colocada, desde o início, no potencial dos Jogos para melhorar o desenvolvimento socioeconômico. Antes da votação final, em que o Rio foi finalmente escolhido como sede dos Jogos de 2016, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ao Comitê Olímpico Internacional que os Jogos Olímpicos deveriam ser trazidos para a América do Sul pela primeira vez (20). Ele ressaltou que tal decisão iria corrigir uma distorção histórica e que ajudaria no desenvolvimento econômico do país e até mesmo do continente (21). Assim, para aqueles que seguem a economia política do esporte internacional, não foi surpresa que um país menos desenvolvido (conforme a definição da Organização das Nações Unidas) tenha

sido escolhido como sede de um megaevento esportivo, após edições da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos serem alocadas no chamado Global South e em países pobres, por um período que parece ter começado antes dos Jogos Olímpicos de Atenas em 2004, e que se estende, pelo menos, até Qatar 2022. Além disso, pode-se argumentar que a candidatura do Brasil ajustou-se bem à narrativa dos Jogos Olímpicos como catalisadores para o desenvolvimento, e pode ter ajudado a candidatura a ser vitoriosa (22) num contexto em que isso havia se tornado parte do discurso oficial (1).

Em 2010, a candidata presidencial Dilma Rousseff enfatizou os aspectos que faziam parte de seus planos em relação ao esporte e aos Jogos Olímpicos – sem mencionar atividade física:

O compromisso que gostaria de reiterar aqui hoje é de fazer das Olimpíadas um instrumento para transformar o Brasil numa das maiores e melhores potências esportivas do mundo. Queremos um país com alto desempenho esportivo e social, que forme e treine atletas e ao mesmo tempo forme cidadãos com boa educação, formação, e emprego de qualidade (23).

Após sua eleição como presidente, Dilma Rousseff assinou uma medida provisória para liberar R\$1 bilhão para o Plano Brasil Medalhas 2016 (24). O site do governo brasileiro mostra que não apenas R\$1 bilhão seria gasto na tentativa de garantir que o Brasil terminasse entre as 10 melhores nações na tabela de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre as 5 melhores dos Jogos Paralímpicos do Rio 2016, mas que R\$2,5 bilhões seriam alocados para outros investimentos em esportes de alto rendimento (25).

Por sua vez, o dossiê de candidatura (26) salientou o fato de que o Brasil iria investir bilhões de dólares em um programa de aceleração de desenvolvimento, bem como na criação da Autoridade Pública Olímpica com uma Divisão de Transporte e Tráfego Olímpico e uma Divisão Olímpica para a Sustentabilidade. Assim, pode-se dizer que as questões relacionadas com o déficit histórico em termos de desenvolvimento econômico e urbano, bem como em termos de aprimoramento da democracia, eram os mais importantes para o projeto Rio 2016.

O documento também acentua os aspectos comemorativos dos Jogos e se concentra na participação dos jovens e no potencial de transformação social através do esporte. Além disso, o documento revela que a estratégia seria investir na escola e esportes de alto rendimento, a fim de produzir um legado esportivo. Uma série de artigos publicados no site oficial do evento descreve como tal política seria desenvolvida (27-28). Reuniões com professores das redes municipais e estaduais foram as principais estratégias utilizadas pela Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (Cojo). No entanto, um estudo com os professores de educação física que vivem no Rio de Janeiro mostrou que eles “não tiveram quase nenhum conhecimento do Dossiê da Candidatura Rio 2016” ou de “legados *soft*” como os possíveis legados de atividade física (29). Além disso, os professores afirmaram que “nunca tinham sido informados de

qualquer tentativa de aproveitar os Jogos Olímpicos para aumentar a prática esportiva ou em atividade física” (30). Outra estratégia para esse fim seria a realização de olimpíadas escolares (31).

Por outro lado, recursos consideráveis foram investidos na aquisição de equipamentos de alta tecnologia e na contratação de pessoal técnico na preparação de atletas brasileiros a fim de melhorar seus desempenhos nos Jogos realizados no Brasil (32). Essa foi uma forte tendência na área de financiamento do esporte, o que significa que ela foi especificamente orientada para esportes de alto rendimento, com ênfase em esportes olímpicos. Assim, pode-se dizer que, apesar da retórica, saúde e atividade física não são a maior prioridade de financiamento na área de esportes em geral e parece ocorrer o mesmo quando se trata de megaeventos esportivos (33) e que, aparentemente, o evento Rio 2016 foi consistente com essa tendência.

Juntamente com o discurso sobre o desenvolvimento econômico, social e urbano, alguma atenção foi dada pelos investidores para o potencial esportivo em termos de mobilidade social. Embora isso tenha sido parte do discurso oficial em relação a questões mais amplas (34), com referência à atividade física e à possibilidade de promovê-la em estratos mais desfavorecidos da população, o discurso, aparentemente, não foi repetido.

Por exemplo, os resultados de Reis e Sousa-Mast indicam que:

As iniciativas (...) propostas e executadas pelos diferentes níveis do governo brasileiro, assim como o Cojo, não têm sido percebidas mais amplamente ou tido sucesso em alcançar as pessoas com mais necessidades: as crianças e jovens que vivem em comunidades de baixa renda e, portanto, mais vulneráveis e em situação de risco (35).

No entanto, como dito anteriormente, estudos recentes focados no legado na área de saúde deixados por megaeventos esportivos foram inconclusivos (5). Corroborando essa evidência, um estudo específico realizado em relação a Rio 2016 confirmou a “atual falta de evidências sobre o legado olímpico na promoção da saúde” (36). Apesar disso, o tema da atividade física está presente no relatório inicial para medir os impactos e o legado dos Jogos produzidos pelo Estudo de Impacto dos Jogos Olímpicos - Rio 2016 (37), localizado na parte do relatório sobre a esfera sociocultural, entre outros 22 subtemas. No entanto, atividade física não é um dos principais focos na área de saúde dentro do relatório, que são:

(...) natalidade, expectativa de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, percentual de leitos hospitalares per capita, percentual de profissionais de saúde per capita e taxa de incidência de dengue no estado do Rio de Janeiro; as despesas do Ministério da Saúde com serviços de saúde per capita em nível federal; e a prevalência do tabagismo em nível municipal (38).

O relatório inclui uma nota que afirma que “a prática de atividade física de pelo menos 150 minutos por semana, de intensidade

leve ou moderada; ou, pelo menos 75 minutos de atividade física por semana de intensidade vigorosa” (39) seria o alvo da investigação. Essas orientações seriam usadas pelos autores do relatório, a fim de “monitorar a atividade física, através de um ‘índice de atividade física’” (39). O relatório destaca uma iniciativa (40) chamada:

Rio em Forma Olímpico, um programa municipal criado em 2009, [que] visa melhorar o acesso à prática esportiva oferecendo atividade física gratuita e de alta qualidade, com apoio de profissionais qualificados, de segunda a sexta-feira, nas áreas urbanas da cidade de Rio de Janeiro. Atualmente, existem mais de 24.000 pessoas que estão sendo atendidas em 436 unidades (41).

No entanto, pouca informação disponível publicamente foi encontrada sobre os efeitos práticos da iniciativa e os instrumentos a serem utilizados a fim de “recomendar práticas” dentro do contexto sugerido pelo relatório. Além disso, o relatório também dá importância à educação física e ao esporte escolar e apresenta uma lista de indicadores a serem observados quando a área é focada:

Carga horária semanal destinada ao esporte nas escolas; percentagem de estudantes que se dedicam à atividade física no contra-turno; número de escolas com instalações esportivas; investimento em equipamento esportivo; relação entre o orçamento e a construção/manutenção de instalações esportivas e equipamentos nas escolas; profissionais de educação física (42).

Não obstante essa ser apenas a primeira versão (o grupo de pesquisa tem como objetivo publicar mais 3 relatórios), o relatório não conseguiu apresentar resultados quanto aos indicadores devido a dificuldades na coleta de dados na esfera federal. Ademais, tem-se apenas uma expectativa de que a parte de monitoramento do relatório realmente se sustente. Além disso, mesmo que esse seja considerado o estudo mais ambicioso no contexto da Rio 2016, sua função principal é somente monitorar estudos a serem realizados por outras instituições. Tal atitude parece ignorar o fato de que “há atualmente uma escassez de estudos bem delineados que sustentem a noção de que sediar os Jogos Olímpicos leve a melhorias na saúde ou um aumento na prática de atividade física e esportiva” (43). Além do que, deixa de considerar a declaração de consenso do Comitê Olímpico Internacional sobre a saúde e aptidão dos jovens através da atividade física e do esporte (44).

Ademais, a literatura sugere que os Jogos em geral “geraram uma percepção negativa na população”, por razões políticas ou administrativas, que também podem ter, “por sua vez, (...) um efeito negativo sobre a atividade física e, possivelmente, nos níveis de saúde da população” (5; 45). Além disso, muitas evidências poderiam estar relacionadas à percepção negativa dos megaeventos esportivos realizados no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro (46-49). Consequentemente, pode-se dizer que, além da tendência geral que os

megaeventos esportivos apresentam de não aumentar os níveis de atividade física, o contexto brasileiro poderia ter tido essa situação agravada pela dimensão, relevância e impacto social das Jornadas de Junho e manifestações posteriores (50).

Ademais, a Rio 2016 parece ser mais uma oportunidade perdida pelos investidores em geral, que insistem em assumir que, pelo simples fato de realizarem um megaevento esportivo (51), a prática esportiva, a atividade física e a saúde melhorariam, e gerariam melhorias de condições de vida, relegando planejamento específico, financiamento e avaliação da área específica para outras partes, ao setor privado ou simplesmente ignorando essa necessidade.

Recentemente, os governos envolvidos nas iniciativas descritas acima e o Cojo aparentemente reduziram seus investimentos na parte de atividade física dos programas e decidiram usar as oportunidades apresentadas para reforçar valores olímpicos e paralímpicos, que são definidos como “excelência, amizade, respeito, coragem, determinação, inspiração e igualdade” (52).

Além disso, o momento não poderia ser mais dramático para o país deixar de aproveitar uma oportunidade com grande potencial que os proponentes de tal ideia sugerem. Em junho de 2015, o Ministério do Esporte brasileiro revelou parte de um ambicioso projeto chamado Diagnóstico Nacional do Esporte. A pesquisa tem como objetivo analisar uma série de fatores relevantes no contexto da prática esportiva, e sua primeira parte trata dos níveis de atividade física da população nacional. No entanto, os resultados não são tão bons quanto se esperava: “Ele revela que quase metade da população entre 14 e 75 anos, cerca de 45,9%, não pratica qualquer atividade física” (53).

Entretanto, outra indicação de como questões relacionadas com a saúde pública foram abordadas no contexto dos Jogos Olímpicos Rio 2016 diz respeito, por exemplo, ao tratamento dado às águas que vão acolher as competições de remo. Depois de participar no Campeonato Mundial Júnior de Remo na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, um evento de preparação para os Jogos Olímpicos, 13 dos 40 remadores da equipe dos Estados Unidos voltou para casa com problemas de estômago. Os norte-americanos tiveram vômitos e diarreia. A médica Kathryn Ackerman, que foi responsável pela delegação, sugeriu que a contaminação aconteceu devido à poluição da água, que será local das provas da modalidade nos Jogos Olímpicos Rio 2016 (54).

CONCLUSÃO Os dois casos apresentados neste artigo demonstram que, embora o legado de aumento de atividade física seja considerado como uma parte cada vez mais importante dos Jogos Olímpicos, a sua tradução para a prática (ou políticas) ainda é um desafio para os governos, comitês de candidatura, investidores corporativos, organizadores dos Jogos Olímpicos e para o próprio movimento olímpico. Além disso, eles desafiam pesquisadores que procuram estabelecer protocolos, a fim de avaliar as iniciativas de atividade física dentro do contexto dos legados olímpicos.

Uma das primeiras questões a ser considerada é que a atividade física pode receber, e (nos casos estudados) de fato tem recebido, diferentes níveis de ênfase pelos diferentes comitês organizadores dos Jogos, no contexto do papel político mais amplo desempenhado pelo processo de candidatura, planejamento e organização do evento. Além disso, os antecedentes históricos e político-econômicos dos anfitriões também são cruciais para determinar os resultados desejados de eventos de tal magnitude, incluindo a quantidade de recursos destinados às políticas de aumento de atividade física, seja prática ou retoricamente. Referindo-se ao caso do Brasil, por exemplo, o país também sediou a Copa do Mundo da Fifa 2014, o que certamente teve alguma influência no processo de planejamento do legado olímpico para os Jogos de 2016.

Quanto a esse último, é importante destacar que, enquanto o Reino Unido é uma nação altamente desenvolvida, o Brasil vem lutando para superar dificuldades na maioria das áreas básicas de desenvolvimento humano. Os casos apresentados neste artigo poderiam ser interpretados a partir das diferenças com que a atividade física foi tratada dentro do discurso político. Enquanto para o Reino Unido, com um dos sistemas de saúde mais desenvolvidos do mundo, a atividade física foi central no discurso do legado olímpico e planejamento, para o Brasil não foi dada qualquer atenção séria, uma vez que necessidades mais fundamentais foram enfatizadas em seu lugar.

Considerando especificamente a área de pesquisa, um dos principais desafios a ser superado talvez seja a elaboração de projetos de investigação capazes de medir, avaliar e melhorar a prática de atividade física, chegando a uma boa compreensão dos contornos complexos e mutáveis desses processos enquanto fenômeno social. Também a falta de projetos mais abrangentes e consensuais, a fim de avaliar o legado dos Jogos Olímpicos para o aumento dos níveis de atividade física, pode ser considerado um dos poucos consensos entre os pesquisadores. Isso talvez pudesse ser feito de forma mais conveniente se a promoção da atividade física assumisse um papel mais integrado e proeminente nas propostas de candidatura, planejamento e hospedagem de megaeventos esportivos

Isso leva a pelo menos duas preocupações principais: responsabilização e recursos. Embora o legado tenha se tornado uma constante nos recursos discursivos de megaeventos esportivos e nos Jogos Olímpicos, a promoção da atividade física não é nem unificada nem consolidada dentro dele. Consequentemente, os papéis ainda não são claros e a responsabilidade e prestação de contas é feita de forma difusa entre diversos atores. A implicação prática aqui é que planejamento, promoção, avaliação e financiamento de atividade física também são feitos de forma difusa entre numerosos atores e esse, certamente, é um fator que pode ser considerado como central para o fracasso dos casos analisados aqui. Além disso, parece necessário considerar, a fim de aumentar a eficácia dos legados de atividade física em futuras edições dos Jogos, o desequilíbrio histórico e, aparentemente, onipresente em favor dos esportes de alto rendimento.

Billy Graeff é professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e doutorando na Universidade de Loughborough, Inglaterra. Atualmente suas pesquisas estão focadas em megaeventos esportivos e no esporte internacional.

Joe Piggitt é professor da Universidade de Loughborough, leciona sobre políticas de esporte e coordena o mestrado em gestão esportiva.

Paul Bretherton defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Loughborough sobre a responsabilidade social corporativa e sua relação com os Jogos Olímpicos de 2012, em Londres. Atualmente suas pesquisas estão focadas nas relações entre as Olimpíadas e aspectos ligados à saúde.

(*) Artigo traduzido por Gilberto Stam do original em inglês.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- International Olympic Committee. Olympic Charter. 2013a. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/olympic_charter_en.pdf
- DCMS - Department for Culture, Media and Sport. *Before, during and after: Making the most of the London 2012 Games*. London. 2008.
- Idem, p.3.
- Girginov, V.; Hills, L. "A sustainable sports legacy: creating a link between the London Olympics and sports participation". *International Journal of the History of Sport*, 25(14), 20910-2116. 2008.
- Mahtani, K.; Protheroe, J.; Slight, S.; Demarzo, M.; Blakeman, T.; Barton, C.; Brijnath, B.; Roberts, N. "Can the London 2012 Olympics 'inspire a generation' to do more physical or sporting activities? An overview of systematic reviews". *BMJ Open*, 3(1), pp.e002058. 2013.
- McCartney, G.; Thomas, S.; Thomson, H.; Scott, J.; Hamilton, V.; Hanlon, P.; Morrison, D.S.; Bond, L. "The health and socioeconomic impacts of major multi-sport events: systematic review (1978-2008)". *British Medical Journal*, 340, c2369. 2010.
- Department for Health. "A systematic review of the evidence base for developing a physical activity and health legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games". London: DH. 2009b.
- Kelso, P. "London 2012: Sport England to miss legacy target as games fail to inspire youngsters". *The Telegraph*. pp.9-10. 2011, dec 8.
- Gratton, C.; Preuss, H. "Maximizing Olympic impacts by building up legacies". *The International Journal of the History of Sport*, 25, 1922-1938. 2008.
- Gibson, O. "Jeremy Hunt admits London 2012 legacy targets will be scrapped". *The Guardian*. Disponível em: <http://www.theguardian.com/sport/2011/mar/28/jeremy-hunt-london2012-legacy>. 2011, march 29.
- Wellings, K.; Datta, J.; Wilkinson, P.; Petticrew, M. "The 2012 Olympics: assessing the public health effect". *The Lancet*, 378 (9797), 1193-1195. 2011.
- Cameron, D. Cameron hails Olympics legacy as cabinet meets at site. Online vídeo, 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/uk-politics-16460572> Acessado em: 9/1/2012.
- Helm, T. "School sports: Half a million pupils protest against Michael Gove's cuts". *The Guardian*, 2010, December 5. Disponível em: <http://www.theguardian.com/education/2010/dec/05/school-sport-partnerships-protests-michael-gove>
- Department for Health. *The public health responsibility deal*. London: DH. 2011.
- Smith, A.C.T.; Westerbeek, H.M. "Sport as a vehicle for deploying corporate social responsibility". *Journal of Corporate Citizenship*, 25, 43-54. 2007.
- Johnson, B. "London 2012 Olympics: London and Team GB - take a bow. You've dazzled the world". *The Telegraph*. 2012, Aug 12.
- UK Government & Mayor of London. "Inspire by 2012: The legacy from the London 2012 Olympic and Paralympic Games". London: UK Government & Mayor of London. p.22. 2013.
- UK Government & Mayor of London, 2013, *Op. Cit.*
- Idem, p.25.
- Maranhão, R. "Com reforço de Lula, 'seleção' brasileira usa a emoção na cartada final por 2016". 2 de outubro de 2009, *Globo Esporte.com*. 2009.
- Aquino, Y. "Lula: Olimpíadas serão oportunidade única para o Brasil". 2 de outubro de 2009. *Rede Brasil Atual*. 2009.
- Darnell, S. C. "Mega sport for all? Assessing the development promises of Rio 2016". In: *Rethinking matters Olympic: investigations into the socio-cultural study of the modern Olympic movement*, 10th International Symposium for Olympic Research (pp. 498-507). 2010.
- Viga, R.; Bulcão Pinheiro, L. "Dilma visita COB e ganha agasalho de equipe brasileira". 2 de agosto de 2010. 13 de setembro de 2009. *Portal Terra*, especial Jogos Olímpicos 2016. 2010.
- Previdelli, A. "O plano do Brasil para ganhar medalhas nas Olimpíadas". *Exame online*. 2012.
- Ministério do Esporte Plano Brasil Medalhas 2016. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/alto-rendimento/plano-brasil-medalhas> [Acessado em 19 outubro 2015]. 2012.
- Brasil. Dossiê de candidatura. Disponível em: http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf [Acessado em 9 outubro 2015]. 2009.
- Rio 2016. "Rio 2016™ comemora marco de três anos para os Jogos de olho na educação". 6 de agosto de 2015. Site do Comitê Olímpico Rio 2016. 2013.
- Rio 2016. "Transforma, programa de educação Rio 2016, é ampliado e vai chegar a 19 municípios do Rio". 4 de março de 2015. Site do Comitê Olímpico Rio 2016. 2015.
- Reis, A.; de Sousa-Mast, F.; Gurgel, L. "Rio 2016 and the sport participation legacies". *Leisure Studies*, 33(5), pp.437-453. 2013.
- Idem, p.449.
- Rio 2016. "Projeto das Olimpíadas Escolares é apresentado em congresso mundial". 31 de agosto de 2012. Site do Comitê Olímpico Rio 2016. 2015.
- Brum, A. "Sonho do top 10 no Rio faz Brasil se curvar a gringos". *Gazeta do Povo*. 4 de janeiro de 2014.
- Hogan, K.; Norton, K. "The 'price' of Olympic gold". *Journal of Science and Medicine in Sport* 3 (2): 203-218. 2000.
- Chahad, A. "Sim, nós podemos e vamos realizar essa Olimpíada", diz Lula. *Portal Terra: Esportes*. 1 de outubro de 2009.

35. Reis, A. C.; Sousa-Mast, F. R. "Rio 2016 and sport legacies. The legacies of the Olympic Games for youth at-risk in Rio de Janeiro". (IOC Olympic Studies Centre Postgraduate. Research Grant Programme 2012). 2012.
36. Demarzo, M. M. P.; Mahtani, K. R.; Slight, S. P.; Barton, C. A.; Blakeman, T.; Protheroe, J. "The Olympic legacy for Brazil: is it a public health issue?". *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30 (1): 8-10, jan, 2014.
37. OGI 2016, The OGI - Sage/Coppe/UFRJ Research team for: the organising committee for the Rio 2016 Olympic and Paralympic Games (Rio 2016™). *Olympic Games Impact (OGI) Study – Rio 2016 Initial report to measure the impacts and the legacy of the Rio 2016 Games*. 2014.
38. Idem, p.124.
39. OGI 2016, 2014. *Op.cit.* p.137.
40. <http://www.rioemformaolimpico.com.br>
41. OGI 2016, 2014. *Op.cit.* p.139.
42. Idem, p.140.
43. Demarzo et al, 2014. *Op.Cit.* p.9.
44. Mountjoy, M. et al. "International Olympic Committee consensus statement on the health and fitness of young people through physical activity and sport". *British Journal of Sports Medicine*, 45(11), pp.839-848. 2011.
45. Demarzo et al, 2014. *Op.Cit.* p.8.
46. Saad-Filho, A.. "Mass protests under 'left neoliberalism': Brazil, June-July 2013". *Critical Sociology*, 39 (5), pp.657-669. 2013.
47. Saad-Filho, A.; Morais, L. "Mass protests: Brazilian spring or Brazilian malaise?". *Socialist Register*, v.50. 2014.
48. Braga, R.. "As jornadas de junho no Brasil: crônica de um mês inesquecível". Observatório Social de América Latina (Osal), año XIV nº.34. Clacso. 2013.
49. Ruediger, M.; de Souza, R.; Grassi, A.; Ventura, T.; Ruediger, T. "June Journeys in Brazil: from the networks to the streets". *Social Science Research Network (SSRN)*. 2014.
50. Harvey, D.; Vainer, C.; Zizek, S. et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.
51. Murphy, N. M.; Bauman, A. "Mass sporting and physical activity events: are they bread and circuses or public health interventions to increase population levels of physical activity?" *Journal of Physical Activity and Health*, 4. pp.193-202. 2007.
52. Rio 2016. Rio 2016 video festival spreads Olympic and Paralympic values in city's schools. 2013b. Disponível em: <<http://www.rio2016.com/en/news/news/rio-2016-video-festival-spreads-olympic-and-paralympic-values-in-citys-schools>>. [Acessado 17 outubro 2015].
53. Portal Brasil. Diagnóstico Nacional do Esporte mapeia atividade física. 2015. Disponível online.
54. *Zero Hora*. "Treze atletas americanos adoecem após evento-teste de remo no Rio". 10 de agosto de 2015, jornal *Zero Hora* online: ZH Olimpíada 2016. 2015.

VALORES ASSOCIADOS AOS JOGOS OLÍMPICOS*

Holger Preuss
Norbert Schütte
Thomas Könecke
Lamartine DaCosta
Tradução de Gilberto Stam

O movimento olímpico vem passando por transformações ao longo dos anos. Essas ocorrem de maneira lenta, porém constante. O ambiente social e cultural muda com o tempo e, dessa forma, a percepção dos valores olímpicos não é estável (1). A entidade principal do movimento olímpico são os Jogos Olímpicos. Há alguns anos, discutimos se os valores associados aos Jogos Olímpicos estão se alterando. Os Jogos devem ser atraentes aos jovens para que sejam vistos como mágicos e despertem o interesse geral. No entanto, em muitas cidades europeias, nos últimos anos, os referendos públicos sobre sediar os Jogos Olímpicos demonstraram que as populações locais não querem receber esses eventos em suas cidades. O presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, percebeu isso e começou uma reforma, chamada Agenda 2020.

No início do milênio, Milton-Smith (2) reconheceu uma crítica aos Jogos Olímpicos que refletia o fracasso das principais instituições globais em lidar com as consequências sociais e éticas da globalização, muitas vezes incluindo questões ambientais e o terrorismo. Isso levou a uma desilusão generalizada com os Jogos Olímpicos. Atualmente, os Jogos parecem espelhar o desencanto com os valores "modernos" da globalização, incluindo vencer a qualquer preço (uso do *doping*), comercialização, intensa rivalidade entre países, nepotismo (na preparação dos Jogos), trapaça (arranjo de resultados), corrupção e vantagem competitiva das nações altamente desenvolvidas e recém-industrializadas sobre as demais (3).

O objetivo deste artigo é lançar luz sobre a estrutura e o significado dos valores que são associados aos Jogos Olímpicos por meio de uma pesquisa com pesquisadores e profissionais que, embora especialistas nesses eventos, não dependem do sistema olímpico para desenvolverem suas atividades.

A INVESTIGAÇÃO SOBRE OS VALORES OLÍMPICOS Um dos estudos básicos sobre os valores olímpicos foi conduzida pelo filósofo alemão Hans Lenk (4). Ele identificou muitos dos valores que hoje aparecem na Carta Olímpica (5). Outras pesquisas importantes foram realizadas por Parry (6), que não só identificou os dez valores que caracterizam os Jogos Olímpicos, mas também comparou-os com os valores dos Jogos da Grécia Antiga. A fazer isso, ele identificou o

núcleo comum desses valores e constatou que seis deles atravessaram os séculos. Parry demonstrou, assim, que existem valores associados aos Jogos que não mudam ao longo do tempo. Milton-Smith retomou as ideias de Parry e, analisando os valores globais, sugeriu que os valores olímpicos sejam revitalizados (3).

Clarke (7) afirma que alguns valores olímpicos são indispensáveis, enquanto outros estão desatualizados e alguns chegam até mesmo a criar problemas. Diferente de Parry, esse autor mostra que os valores podem se tornar desatualizados. Seppänen (8) inclui em seu estudo a perspectiva cultural. Para ele, é óbvio que os jogos e a ênfase colocada na competição variam muito ao longo do tempo e de sociedade para sociedade. A conclusão relevante aqui é que a diferença nos valores e percepções relacionadas ao esporte podem ser atribuídas a diferenças de época e de sociedade.

No estudo de Preuss (9), o autor apresentou os resultados da pesquisa empírica que realizou nos anos de 1992, 1996 e 2000, na Alemanha e Áustria, sobre a percepção dos estudantes de educação física a respeito dos valores olímpicos, do futuro dos Jogos Olímpicos e de seus conhecimentos sobre Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos.

O estudo central sobre valores olímpicos foi realizada por Chatziefstathiou (1). A autora avaliou a natureza mutável da ideologia do olimpismo dentro dos contextos histórico, sociopolítico e econômico contemporâneos. Seu estudo demonstrou como os valores associados com a ideologia do olimpismo mudaram durante o século passado. Ela destacou a diversidade cultural dos valores e significados associados ao esporte olímpico no mundo contemporâneo. Uma consideração importante dessa pesquisa é que o olimpismo não pode se basear em um conjunto de valores imutáveis, mas em um processo de construção de consenso em termos de valores no mundo do esporte global (10).

Mais recentemente, outros estudos foram levados a efeito para identificar os valores olímpicos da atualidade (11-12). Assim, pode-se observar que, nos últimos tempos, muito tem sido escrito sobre a mudança nos valores olímpicos. Questiona-se se são relativamente estáveis ou se mudam (13), se precisam de uma nova base ideológica (14) ou se são apenas uma outra utopia (15).

OLIMPISMO E VALORES OLÍMPICOS Parry (16) afirma que o olimpismo é uma “filosofia universal” que se aplica a todas as culturas. De acordo com Parry, o olimpismo se baseia num certo número de valores com os quais cada cultura pode se comprometer. Independentemente disso, podem existir diferenças culturais na forma como o ideal olímpico é expresso. Em trabalhos posteriores, Parry (17) escreve que “olimpismo é uma filosofia social que enfatiza o papel do esporte no desenvolvimento mundial, a compreensão internacional, a coexistência pacífica e a educação social e moral.”

Pierre de Coubertin escreveu em suas *Memórias olímpicas* (18), que o olimpismo é uma “escola de nobreza e de pureza moral, bem como de resistência e energia física – mas só se (...) a honestidade e a

abnegação do esportista forem desenvolvidas de forma tão acentuada quanto a força dos músculos”. Assim, para ele, o olimpismo visa o desenvolvimento harmonioso dos aspectos morais, físicos e intelectuais através da competição esportiva. Os valores atribuídos por Coubertin ao movimento olímpico foram: igualdade, equidade, justiça, respeito pelas pessoas, racionalidade, compreensão, autonomia e excelência.

Loland (19) argumentou que o olimpismo tem quatro objetivos principais: a) educar e cultivar o indivíduo através do esporte; b) cultivar as relações humanas em sociedade; c) promover paz e compreensão internacional; e d) venerar a grandeza humana e suas possibilidades.

Em 1999, o departamento de marketing do COI divulgou o resultado de uma pesquisa realizada com 5.500 pessoas em onze países e reuniu quatro proposições para resumir o sistema de valores olímpicos (20): alegria do esforço, amizade/jogo limpo, esperança e sonho/inspiração. Na atualidade, o COI promove três valores centrais: excelência, amizade e respeito, que são uma redução dos valores mencionados nos princípios fundamentais da Carta Olímpica (21). No entanto, espetacularização, profissionalismo, nacionalismo e sectarismo são fatores que têm desempenhado um papel histórico no enfraquecimento dos valores humanísticos do esporte (22).

MÉTODO DE PESQUISA Para investigar a percepção dos valores olímpicos na atualidade, utilizamos um questionário *online* com 25 perguntas (disponibilizado no período de 27 de janeiro a 7 de fevereiro de 2014) para um grupo de cerca de 1.500 pesquisadores e profissionais especialistas em Jogos Olímpicos de diferentes países. A data de 7 de fevereiro foi escolhida para encerramento da coleta de informações por tratar-se do dia imediatamente anterior ao início dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sóchi, na Rússia, de modo que evitamos uma visão tendenciosa dos respondentes por causa da cobertura dos Jogos pela mídia. Para atingir uma ampla variedade de pesquisadores e profissionais em termos de nacionalidade, usamos as seguintes redes de contato: centros de estudos olímpicos, Academia Olímpica Internacional (IOA, na sigla em inglês), academias olímpicas nacionais, universidades, associações científicas (por exemplo, Associação Europeia para Gestão do Esporte e Sociedade Internacional de Historiadores Olímpicos, respectivamente EASM e ISOH, nas siglas em inglês) e Plataforma Internacional para Esporte e Desenvolvimento (ISDPA, na sigla em inglês). Foram retornados 190 questionários preenchidos de 46 países. As questões relacionadas com valores olímpicos contemplavam três aspectos:

- **Sociodemografia:** Desejávamos saber se a percepção de valores dos participantes se baseava na área profissional/acadêmica.
- **Emoções:** Nem todos os pesquisadores e profissionais especialistas em Jogos Olímpicos têm uma visão positiva desses eventos. Consequentemente, desejávamos saber se esse ponto de vista pessoal dava origem à percepção dos valores olímpicos.

■ *Valores olímpicos:* Solicitamos aos participantes que fizessem declarações sobre os valores explicitamente associados aos Jogos Olímpicos. Independentemente da importância atribuída, pedimos que indicassem os valores mais lembrados (lembança espontânea). A seguir, pedimos que identificassem o(s) valor(es) mais importante(s) a partir de uma lista de valores retirados dos princípios fundamentais da Carta Olímpica (lembança assistida).

A ideia da pesquisa era fazer um levantamento dos valores associados aos Jogos Olímpicos e não dos atributos negativos associados ao movimento olímpico. Dessa forma, um participante da pesquisa que não visse nenhum valor nos Jogos poderia deixar as perguntas abertas sem resposta ou listar termos negativos. As perguntas fechadas também poderiam ser deixadas sem resposta ou o participante poderia selecionar “sem importância”, indicando que o valor fornecido não é importante para os Jogos. Para a análise da lembrança espontânea dos valores olímpicos, as respostas foram classificadas em 25 categorias. Essa parte foi realizada por dois pesquisadores trabalhando de forma independente. As interpretações divergentes foram recodificadas.

RESULTADOS Os dados sociodemográficos da população total de pesquisadores e profissionais especialistas em Jogos Olímpicos, que não dependem do sistema olímpico, não são conhecidos. Acreditamos que as redes profissionais e acadêmicas utilizadas no estudo permitiram contatar a maioria dos pesquisadores e profissionais relevantes e com experiência em todo o mundo. A amostra foi composta por 70% de pessoas do sexo masculino. A média de idade foi de 49 anos. Do total de questionários recebidos, 46,6% vieram da Europa, 7,3% da Ásia, 5,8% da Austrália/Oceania, 3,1% da África, 21,5% da América do Norte, 8,4% da América do Sul, e 7,3% sem resposta para esse quesito. Em média, os participantes do estudo publicaram 13,7 trabalhos relacionados com os Jogos Olímpicos.

Os pesquisadores e profissionais que participaram do estudo conhecem o movimento olímpico há bastante tempo. A amostra contou com 73,3% de participantes que trabalham em universidades. Dos respondentes, 44,5% eram professores no nível mais alto da carreira, 19,6% eram acadêmicos trabalhando como pesquisadores, e 15,2% eram de professores em outros níveis da carreira. Os participantes que não se encontravam em posições acadêmicas (28,8%) estavam de alguma forma relacionados com o esporte olímpico.

Os participantes eram bastante ambiciosos em suas carreiras esportivas, sendo que 8% foram membros de equipes nacionais, 29% foram atletas de alta performance, e apenas 6% não praticavam nenhum esporte. Em relação ao interesse de pesquisa nos Jogos Olímpicos, uma variedade de tópicos foi mencionada. A maioria dos participantes mencionou: economia (19%), gestão (19%), história (18%), marketing (16%), educação olímpica (14%) e legado (14%). Por fim, perguntamos em quais edições dos Jogos Olímpicos o entrevistado esteve presente. Várias respostas surgiram. A maioria

das participações foram em Londres, Atenas e Sydney. Em momento posterior, dividimos o grupo de respondentes em antes e depois dos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984, porque foi quando começou a comercialização mais acentuada desses eventos.

Em outra parte, perguntamos sobre a percepção geral com relação aos Jogos Olímpicos, sendo que os participantes deveriam levar em conta todos os aspectos do movimento olímpico. Apenas 61,6% percebiam os Jogos de forma positiva, enquanto 23,3% percebiam de forma neutra e 15,1% percebiam de forma bastante negativa. Procuramos encontrar um padrão para explicar essas percepções. Mas nem sexo ($t=0,763$; $p>0,5$), nem idade (correlação não significativa), nem presença nos Jogos Olímpicos antes de 1984 (não comercialização) ou depois de 1984 ($t=0,879$; $p>0,05$), nem número de publicações pessoais (correlação não significativa), nem carreira esportiva (correlação não significativa) explicam as percepções. Esperava-se que a área principal de interesse de pesquisa pudesse ter uma influência. No entanto, todos os testes estatísticos de uma área de pesquisa contra todas as outras áreas de pesquisa não apresentaram significância. Assim, nenhum dos fatores pessoais mencionados aparentemente influencia o julgamento geral.

LEMBANÇA ESPONTÂNEA DOS VALORES No estudo, foi verificada a lembrança espontânea dos valores de todos os participantes. Assim, podemos listar os valores “mais lembrados” associados aos Jogos Olímpicos (Tabela 1, primeira coluna). Analisando a lembrança espontânea dos valores tomados em conjunto a situação é bastante semelhante (Tabela 1, absoluto). Em média, cinco valores por pessoa foram lembrados espontaneamente (13 entrevistados não mencionaram nenhum valor). Em seguida, pediu-se aos participantes que classificassem os valores por importância. A importância foi ponderada por pontos. O valor recebia cinco pontos quando era classificado como o mais importante, quatro pontos quando era classificado como o segundo mais importante e assim por diante. Somando-se todos os pontos atribuídos, o número total era de 1.348 pontos (Tabela 1, ponderado).

Os valores fundamentais mais lembrados associados com os Jogos, bem como o geral (todas as menções) foram “jogo limpo”, seguido por “respeito”, “excelência” e “amizade”. No entanto, quatro pessoas escolheram nenhum valor e 2,5% mencionaram termos negativos (por exemplo, “comércio” ou “corrupção”).

Ponderada pela importância, a ordem de valores não se alterou de forma dramática. Apenas os valores de “compreensão mútua” e “igualdade” eram mais importantes quando solicitadas espontaneamente.

LEMBANÇA ASSISTIDA DE VALORES A fim de especificar a importância atribuída pelos participantes aos valores olímpicos, foi usado um conjunto de valores mencionados nos Princípios Fundamentais do Comitê Olímpico Internacional. Perguntamos: “Em sua opinião, quão importantes são esses valores para os Jogos Olímpicos da era moderna?” Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 1 - “Mais lembrados” e todas as menções (absoluto e ponderado) dos valores olímpicos (lembrança espontânea)

Valor	Mais lembrados		Todas as menções / absoluto		Todas as menções / ponderado*	
	n	%	n	%	peso	%
Jogo limpo	31	16.2	104	11.7	182	13.50
Respeito/tolerância	23	12.0	78	8.8	200	14.84
Excelência	21	11.0	77	8.7	130	9.64
Amizade	18	9.4	77	8.7	84	6.23
Paz	11	5.8	61	6.9	81	6.01
Internacionalismo/universalidade	10	5.2	62	7.0	74	5.49
Competição	7	3.7	15	1.7	13	0.96
Lema: <i>citius, altius, fortius</i>	5	2.6	14	1.6	27	2.00
Educação / juventude	4	2.1	15	1.7	15	1.11
Honestidade	3	1.6	10	1.1	23	1.71
Igualdade	3	1.6	26	2.9	48	3.56
Solidariedade	3	1.6	17	1.9	31	2.30
Alegria no esforço	2	1.0	27	3.0	10	0.74
Compreensão mútua	2	1.0	34	3.8	79	5.86
Disciplina/determinação	2	1.0	24	2.7	32	2.37
Participação	2	1.0	6	0.7	5	0.37
Equilíbrio mente-corpo	1	0.5	9	1.0	21	1.56
Inclusão	1	0.5	12	1.3	27	2.00
Coragem	—	—	14	1.6	8	0.59
Sustentabilidade/meio ambiente/legado	—	—	9	1.0	16	1.19
Mistura de esporte e cultura	—	—	2	0.2	—	—
Amadorismo	—	—	1	0.1	—	—
nenhum valor - mas termo positivo	15	7.9	105	11.8	133	9.87
nenhum valor - termo neutro	6	3.1	65	7.3	64	4.75
nenhum valor - mas termo negativo	3	1.6	22	2.5	25	1.85
nenhum valor nos Jogos Olímpicos	4	2.1	4	0.4	20	1.48
Total	177	100	890	100	1348	100

* Ponderado pela ordem de importância (a mais importante = 5 pontos, em segundo lugar = 4 pontos; ...; quinto = 1 ponto)

O desvio padrão (DP) fornece algumas informações sobre a unidade de opiniões. “Jogo limpo” é o valor em relação ao qual a maioria dos participantes concorda. Já “igualdade” está na posição 3, quase tão importante quanto “excelência”. Quando a pergunta era aberta, “igualdade” só foi mencionado por 2,8%. Outra diferença é que “mistura de esporte com a cultura” quase não foi mencionado espontaneamente (0,1%), mas aparece aqui como bastante importante. “Mistura de esporte com educação” (1,7%) foi mencionado algumas vezes.

A última coluna na Tabela 2 compara a importância da lembrança espontânea e assistida dos valores associados aos Jogos Olímpicos. O peso foi dividido pelo número de menções, o que leva a um máximo de 5,0 e é, conseqüentemente, comparável com a média. Apesar de algumas diferenças, o conjunto de menções é bastante robusto.

CARACTERÍSTICAS DOS JOGOS OLÍMPICOS QUE REPRESENTAM VALORES OLÍMPICOS

Existem várias características dos Jogos Olímpicos (revezamento da tocha olímpica, hino, lema, símbolo, bandeira etc) que estão, de certa forma, relacionadas com os valores olímpicos. Por exemplo, o revezamento da tocha pode ser visto como relacionado com “compreensão mútua” ou “universalidade”, o lema olímpico “*citius, altius, fortius*” pode ser visto como referência à “busca pelo melhor de si” ou excelência.

Quando fizemos a pergunta aberta: “Quão importantes são essas características para os Jogos Olímpicos da era moderna?” a intenção era testar indiretamente percepções pessoais dos valores olímpicos. Acharmos que, se uma característica do que representa um valor olímpico não é importante para os Jogos, o valor por trás dele também pode não ser importante.

Tabela 2: A importância dos valores olímpicos para os Jogos Olímpicos modernos

Valor olímpico	Com assistência / Likert 1-5*			Sem assistência / peso**/menções (cf. acima)	
	N	Valor (média)	DP	peso**/n	Valor
Jogo limpo	183	4.58	0.807	182/43	4.23
Buscando a excelência pessoal	184	4.43	0.921	130/29	4.48
Igualdade (praticar esporte sem qualquer tipo de discriminação; preservação da dignidade humana)	185	4.42	1.045	48/12	4.00
Amizade	184	4.18	1.039	84/21	4.00
Compreensão mútua	183	4.17	1.034	79/18	4.39
Paz	185	4.05	1.222	81/19	4.26
Solidariedade	184	3.94	1.160	31/9	3.44
Esporte como um direito humano	183	3.94	1.154	—	—
Alegria do esforço	184	3.93	1.119	10/4	2.50
Misturando o esporte com a cultura, educação e meio ambiente	184	3.79	1.198	26***/9	2.89
Harmonia	184	3.71	1.197	—	—
Atingindo um todo equilibrado em termos de corpo, mente e determinação	184	3.64	1.264	21/5	4.20

* Escala de Likert 1 = sem importância / 5 = muito importante

** Ponderada pela ordem de importância (a mais importante = 5 pontos, em segundo lugar = 4 pontos; ...; quinto = 1 ponto)

*** Mistura de juventude/educação e sustentabilidade/ambiente/legado

O desvio padrão (DP) mostra que para esta questão a opinião dos participantes não era tão uniforme como foi com os valores olímpicos. A contagem de medalhas (altamente promovida pelos meios de comunicação) mostra a maior ambivalência nas respostas (ver tabela 3).

O FUTURO DOS JOGOS OLÍMPICOS Estudos realizados com pesquisadores e profissionais especialistas em Jogos Olímpicos são muito valiosos porque ambos os grupos observam esses eventos intensamente. Pedimos aos participantes da pesquisa que pensassem sobre o desenvolvimento do movimento olímpico em geral e respondessem a seguinte questão: “Qual é a sua opinião sobre o desenvolvimento atual dos Jogos Olímpicos?”. A categorização de respostas possíveis estava relacionada com a teoria do ciclo de vida do produto (23). Assim, a determinação do estado de desenvolvimento atual dos Jogos fornece um olhar para o futuro.

Para evitar qualquer mal entendido a esse respeito, esclarecemos que os Jogos Olímpicos não são um produto único. Os Jogos são, em realidade, um conjunto de peças mais ou menos atrativas, que podem estar em diferentes fases de desenvolvimento. O programa dos Jogos, por exemplo, passa por mudanças constantes, os festivais culturais foram adicionados e têm uma importância diferente em cada edição do evento. Além disso, os patrocinadores aparecem de forma diferente ao longo dos anos.

Os resultados demonstraram uma visão claramente diversa so-

bre o estado de desenvolvimento dos Jogos Olímpicos. Nem sexo ($t=1,235$; $p>0,5$), nem idade (correlação não significativa), nem presença nos Jogos Olímpicos antes de 1984 (não comercialização) ou depois de 1984 (comercialização) ($t=1,527$; $p>0,05$), nem número de publicações (correlação não significativa), nem carreira esportiva (correlação não significativa) explicam a classificação. Pode-se pensar que aqueles que têm uma percepção positiva sobre os Jogos também podem acreditar que eles ainda estão em alta, enquanto aqueles que, em geral, têm uma percepção negativa podem acreditar que os Jogos estão em baixa. Um teste t para amostras pareadas mostrou que, em geral, percepções negativas ou positivas sobre os Jogos Olímpicos não estão relacionadas com a opinião dos Jogos terem ganhado ou perdido importância ($t=-4,472$; $P<0,001$).

Aqueles que percebem os Jogos Olímpicos como estando em alta, com frequência mencionam diferentes valores olímpicos do que aqueles que percebem os Jogos como estando em baixa. Os últimos mencionaram “internacionalismo/universalidade” (15,6%), “amizade” (10,8%) e “*citius, altius, fortius*” (7,7%), com menos frequência, mas “concorrência” (8,5%), “compreensão mútua” (6,6%) e “disciplina/determinação” (6,6%), com mais frequência do que aqueles que percebem os Jogos como estando em alta. Os participantes com uma percepção negativa dos Jogos mencionaram “paz” (20%), “amizade” (17%) e “igualdade” (10,5%) com menos frequência, mas “inclusão” (9,5%), com mais frequência do que aqueles participantes com uma percepção positiva dos Jogos.

Tabela 3: Importância de características dos Jogos Olímpicos para os Jogos Olímpicos modernos

Característica	Valor representado	N	média*	DP
Internacionalismo	União, compreensão mútua	181	4.35	0.860
Luta contra o <i>doping</i>	Jogo limpo	181	4.28	1.207
Anéis olímpicos como símbolo	União	181	3.97	1.090
Chama olímpica	Paz	178	3.56	1.179
Trégua olímpica	Paz	179	3.55	1.295
Lema: <i>citius altius fortius</i>	Busca pelo melhor de si	181	3.54	1.254
Olimpismo como filosofia de vida	Alcançar um equilíbrio em termos de corpo, mente e determinação	180	3.52	1.301
Olimpíada culturais e festivais	Mistura de esporte com cultura, educação e meio ambiente	182	3.37	1.258
Cerimônias de medalhas	—	180	3.36	1.112
Bandeira olímpica	União (indiretamente, devido aos anéis)	181	3.36	1.246
Revezamento da tocha	Compreensão multicultural	182	3.34	1.191
Acampamento olímpico da juventude	Mistura de esporte com cultura, educação e meio ambiente e compreensão multicultural	182	3.27	1.300
Contagem de medalhas	—	181	2.75	1.415

* Escala de Likert 1 = sem importância / 5 = muito importante

CONCLUSÃO Como mencionado anteriormente, para este estudo foram coletados dados de 190 pesquisadores e profissionais especialistas em Jogos Olímpicos que não dependem do sistema olímpico, de 46 países. Assim, tem-se por pressuposto que estes especialistas são capazes de analisar o movimento olímpico de forma independente. As principais conclusões do estudo foram as seguintes:

1. Na atualidade, 15% dos pesquisadores e profissionais têm percepções negativas sobre os Jogos Olímpicos em geral, quando levam em consideração todos os aspectos do movimento olímpico. Esse grupo não pode ser especificado por sexo, frequência de publicação, carreira no esporte, idade ou continente de origem.

2. Muitos dos pesquisadores e profissionais que percebem os Jogos Olímpicos de forma positiva ou que acreditam que seu desenvolvimento está em alta, mencionam como valores olímpicos importantes: a) paz, b) amizade, c) internacionalismo, e d) igualdade. Aqueles que percebem os Jogos de forma negativa e/ou acreditam que estejam em baixa, mencionam com mais frequência: a) compreensão mútua, b) disciplina/determinação, c) inclusão, e d) competição.

3. Seja a lembrança dos valores olímpicos espontânea ou assistida, o padrão de menções parece ser bastante robusto. A lista de valores resultante da lembrança assistida, por ordem de importância, foi: a) jogo limpo, b) buscar o melhor de si, c) igualdade, d) amizade, e) compreensão mútua, e f) paz. A lista de valores que resultou da lembrança espontânea, por número de menções, foi: a) jogo limpo, b) respeito/tolerância, c) excelência, d) amizade, e) internacionalismo/universalidade, e f) paz. A principal diferença é que na lembrança assistida

o valor “igualdade” foi muito mais importante, enquanto “respeito/tolerância” foi mencionado com frequência surpreendente na lembrança espontânea. Ao avaliar a importância dos valores, obtivemos resultados semelhantes. Nesse caso, “atingir um equilíbrio em termos de corpo, mente e determinação” entrou no topo da lista, na posição 4 para lembrança espontânea, enquanto “igualdade” não apareceu.

Holger Preuss é professor da Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, Alemanha, e da Molde University College, Noruega. É também professor adjunto da Universidade de Ottawa, Canadá, e pesquisador convidado da Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY, Estados Unidos).

Norbert Schütte é professor da Universidade Johannes Gutenberg de Mainz e professor visitante na Universidade de Esportes de Colônia e na Universidade Carl von Ossietzky de Oldenburgo, Alemanha.

Thomas Könecke é professor da Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, Alemanha, atuou como pesquisador na Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-EAESP).

Lamartine DaCosta é professor visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professor visitante na Universidade East London, no Reino Unido, e membro do conselho consultivo da Universidade Olímpica Internacional da Rússia.

(*) Este artigo foi traduzido por Gilberto Stam a partir do original em inglês.

REFERÊNCIAS

- Chatziefstathiou, D. “The changing nature of the ideology of olympism in the modern olympic era”. Theses published at <http://library.la84.org/SportsLibrary/Books/IdeologyOfOlympism.pdf>. 2005.
- Milton-Smith, J. “Ethics, the olympics and the search for global values”. *Journal of Business Ethics*, 35, 2002, pp. 131-142.

3. Idem, p. 131.
4. Lenk, H. *Werte, ziele, wirklichkeit der modernen olympischen spiele*. Schorndorf: Hofmann. 1964.
5. Lenk, H. "Toward a social philosophy of the olympics: values, aims and reality of the modern olympic movement". In: Graham, P.J.; Ueberhorst, H. (eds.) *The Modern Olympics*. West Point: Leisure Press, 1976.
6. Parry, J. "Olympism at the beginning and end of the twentieth century - immutable values and principles and outdated factors". *28th Young Participants Session*. Ancient Olympia: International Olympic Academy, 1988. pp. 81-94.
7. Clarke, K. "Immutable values and principles and outdated factors". *28th Young Participants Session*. Ancient Olympia: International Olympic Academy, 1988. pp. 99-104. Citação em pp.101-103.
8. Seppänen, P. "Competitive sport and sport success in the Olympic Games: a cross-cultural analysis of value systems". *Internationals Review for the Sociology of Sport*, 24(4) 275-282, 1989.
9. Preuss, H. "Coubertin und die olympischen ideale - Zehn Jahre Erhebungen unter deutschsprachigen sportstudenten". In: Carl und Liselott Diem-Archiv (org.) *Tempel und ringe*. Zwischen hochschule und Olympischer bewegung, 2002, (pp. 291-302). Köln: Diem Archiv.
10. Ver também: Parry, J. "Ethical aspects of the olympic idea". *Proceedings of the 3rd International Session for Educationists*. Ancient Olympia: IOA, 1997.
11. Chatziefstathiou, D.; Ramon, X.; Miragaya, A. *Olympic idea nowadays: perceptions and insights*. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport de la UAB, 2015.
12. Preuss, H.; Schütte, N.; DaCosta, L.P.; Königstorfer, J. (2015). "Olympic values nowadays". Lausanne: Olympic Studies Centre, 2015. Disponível em: <http://doc.ero.ch/record/257591?ln=en>
13. Tavares, O. *Olympic values in the 21st century: between continuity and change*. Bellaterra: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2006.
14. Buss, W.; Guldenpfennig, S.; Krüger, A. *Zur Neubegründung der olympischen idee*. Denkanstöße. Wiesbaden: Stumm. 2006.
15. Gebauer, G. *Olympische Spiele - die andere utopie der moderne*. Olympia zwischen kult und droge. Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1996.
16. Parry, 1997. Op. cit, p.1.
17. Brownell, S.; Parry, J. *Olympic values and ethics in contemporary society*, 2012. p.15.
18. Coubertin, P. de. *Olympic Memoires*, Lausanne: IOC, 1997. p. 208.
19. Loland, S. "Pierre de Coubertin's ideology of olympism from the perspective of the history of ideas". *Second International Symposium for Olympic Research*. London/Ontario. 1994. pp.36-38.
20. Edgar, Dunn & Company, IOC. "Quantitative brand assessment". *Olympic Global brand assessment and marketing plan*. Lausanne: IOC. 1999.
21. IOC. *Olympic Charter*. Lausanne. 2013, p.12.
22. DaCosta, L. *Olympic studies: current intellectual crossroads*. Rio de Janeiro: Gama Filho, 2002. p.32.
23. Vernon, R. "International investment and international trade in the product life cycle". *Quarterly Journal of Economics*, 80, 1966, pp.190-207.

OLIMPISMO PARA O SÉCULO XXI*

Jim Parry
Tradução de Gilberto Stam

Suponho que, para a maioria das pessoas, a palavra "olímpico" evoque imagens dos Jogos Olímpicos, antigos ou modernos. As pessoas comumente associam esta palavra ao festival esportivo de duas semanas, realizado uma vez a cada quatro anos, entre atletas de elite que representam seus países em competições internacionais ou, em se tratando dos Jogos Olímpicos da Grécia Antiga, entre atletas que representavam suas cidades-Estados.

Poucos, entretanto, terão ouvido falar de "olimpismo", a filosofia desenvolvida pelo fundador do movimento olímpico moderno, o barão Pierre de Coubertin, um aristocrata francês muito influenciado pela tradição das escolas públicas britânicas de usar o esporte na educação. Essa filosofia abarca não apenas o atleta de elite, mas todo mundo; não apenas um período curto de tempo, mas a vida toda; não apenas a competição e a vitória, mas também os valores de participação e cooperação; não apenas o esporte enquanto atividade, mas também enquanto influência formativa, contribuindo para o desenvolvimento de características desejáveis de personalidade individual e da vida social.

OLIMPISMO: UMA FILOSOFIA SOCIAL UNIVERSAL O olimpismo, dessa maneira, é uma filosofia social que enfatiza o papel do esporte no desenvolvimento mundial, na compreensão internacional, na coexistência pacífica e na educação social e moral. De Coubertin compreendeu, no final do século XIX, que o esporte estava prestes a se tornar um importante fator de crescimento na cultura popular – e que, como atividade física, tinha o potencial de ser universalizável, proporcionando um meio de contato e comunicação entre culturas.

Uma filosofia universal, por definição, entende-se como relevante a todos, independentemente de nação, gênero, classe social, etnia, religião ou ideologia e, assim, o movimento olímpico tem buscado uma representação universal e coerente de si mesmo – um conceito de olimpismo que identifique uma gama de valores com que cada nação possa sinceramente se comprometer, ao mesmo tempo em que possa encontrar nessa ideia geral uma forma de expressão singular, gerada por sua própria cultura, localização, história, tradição e futuro almejado.

De Coubertin, sendo um produto do liberalismo no final do século XIX, enfatizou os valores de igualdade, equidade, justiça, respeito pelas pessoas, racionalidade e compreensão, autonomia e excelência (1). Esses são valores que abrangem cerca de 3.000 anos de história olímpica, embora alguns deles possam ser interpretados de maneiras diferentes em momentos diferentes. Eles são, basicamente, os principais valores do humanismo liberal – ou talvez devêssemos

dizer simplesmente humanismo, uma vez que as sociedades socialistas não tiveram dificuldades de incluir os ideais olímpicos em sua postura ideológica em relação ao esporte.

A tarefa contemporânea do movimento olímpico é promover este projeto: tentar entender mais claramente o que os Jogos Olímpicos (e o esporte na sociedade em geral) poderá vir a significar. Essa tarefa será realizada tanto no plano das ideias quanto das ações. Se a prática do esporte deve ser buscada e desenvolvida de acordo com os valores olímpicos, a teoria deve se esforçar para desenvolver uma concepção de olimpismo que suporte essa prática. O ideal seria buscar, ao mesmo tempo, sustentar a prática esportiva e conduzir o esporte para uma visão do olimpismo que ajude a lidar com os desafios que estão por vir.

A ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA DO OLIMPISMO Baseado em sua herança e tradição, cada sociedade (e cada ideologia) tem uma antropologia política e filosófica – uma concepção idealizada do tipo de pessoa que aquela sociedade (ou ideologia) valoriza, e tenta produzir e reproduzir através de suas instituições formais e informais. Olimpismo é uma dessas antropologias filosóficas, incluindo uma teoria da educação física (2). O ideal olímpico se traduz em algumas frases simples que capturam a essência do que um ser humano ideal deve ser e aspirar. Ele promove os ideais de:

- desenvolvimento harmonioso e integral do ser humano;
- para excelência e realização;
- através do esforço na atividade esportiva competitiva;
- em condições de respeito mútuo, justiça, equidade e igualdade;
- com vistas à criação de relacionamentos duradouros de amizade entre as pessoas;
- relações internacionais de paz, tolerância e compreensão;
- e alianças culturais com as artes.

ESPORTE E UNIVERSALISMO No entanto, o olimpismo realiza seus objetivos por meio do esporte, e por isso não pode escapar à exigência de fornecer uma visão do esporte que revele tanto sua natureza quanto seu potencial ético. Podemos sugerir brevemente um conjunto de critérios que indicam a natureza fundamentalmente ética do esporte.

- *humano* (enquanto os animais podem brincar, o esporte é exclusivamente *humano*);
- *físico* (por este motivo, é necessário *esforço*);
- *habilidade* (esforço, portanto, não é suficiente – temos de *desenvolver habilidades*);
- *disputa* (exige *contrato para disputa – competição e excelência*);
- *controlado por regras* (*obrigação* de respeitar as regras, *jogo limpo, igualdade e justiça*);
- *institucionalizado* (requer *autoridade legal*);
- *valores e compromissos compartilhados* (os adversários devem ser tratados com o *devido respeito* como co-facilitadores).

Chega a ser difícil elencar as características do esporte sem nos apoiarmos em termos que carregam significado ético e tais significados devem ser aplicados em todo o universo de participação esportiva. Sem acordo de adesão às regras, a autoridade do árbitro e valores comuns centrais da atividade, não poderia haver esporte. A primeira tarefa de uma federação internacional é esclarecer regras e harmonizar entendimentos de modo a facilitar a prática universal do seu esporte.

OLIMPISMO: VALORES IMUTÁVEIS? Os princípios do olimpismo, para serem universais, devem ser imutáveis e, ainda, aparentemente, serem diferentes em toda parte. Eles não devem mudar ao longo do tempo mas, em todos os tempos, observamos mudanças nos princípios do olimpismo que refletem mudanças sociais. Como esses paradoxos podem ser resolvidos?

Tais diferenças, ao longo do tempo e do espaço, são inevitáveis. Ideias sociais, ou ideias inscritas em práticas sociais, dependem de uma ordem social específica ou um determinado conjunto de relações sociais para que seu significado pleno seja exemplificado. Isso parece sugerir que esses significados são culturalmente relativos e que, portanto, não poderia haver tal coisa como uma ideia universal do olimpismo. Será, então, que estamos condenados ao relativismo?

A distinção de Rawls (3) entre conceitos e concepções é útil aqui. O *conceito* do olimpismo, sendo uma abstração, situa-se em um alto nível de generalidade, embora isso não signifique que ele não seja claro. O que isso significa é que as ideias gerais que formam o seu significado admitem possivelmente disputas de interpretação. Assim, o conceito do olimpismo vai encontrar expressões diferentes, dependendo de tempo e lugar, história e geografia – assim como acontece com os conceitos de democracia, arte e religião. Haverá diferentes *concepções* de olimpismo, que irão interpretar o conceito geral de forma a trazê-lo para a realidade de um contexto particular.

Tomados em conjunto, a promoção desses valores será vista como tarefa educativa, e o esporte será visto como meio. Esses valores, sendo articulados em elevado nível de generalidade, admitirão uma vasta gama de interpretações. Mas, apesar disso, fornecem uma base para o acordo entre grupos sociais com compromissos muito distintos. Isso levanta a questão das relações entre essas diferentes formações culturais e nossas próprias atitudes em relação à diferença cultural. Uma forma de abordar essa questão é pela consideração do importante conceito de multiculturalismo.

LIBERALISMO E MULTICULTURALISMO A importância da ideia de multiculturalismo para o liberalismo (5) na contemporaneidade já foi tratada em artigo anterior (4). O Estado liberal entende-se como não escolhendo, deliberadamente, qualquer concepção particular do que seja uma *vida boa* para seus cidadãos seguirem. Ao invés disso, se vê como uma posição neutra frente às concepções alternativas do bem que são encontradas nas democracias liberais mais modernas.

Nesse ponto, distingue-se acentuadamente dos Estados não liberais, que incorporam e impõe um entendimento específico de *vida boa*. Ao invés de promover uma cultura sobre outra, entende-se como multicultural. Os cidadãos podem escolher a sua própria versão do bem e adotar os seus próprios objetivos e valores, independentemente do Estado. Em tal Estado, a atenção aos ideais multiculturais como reconhecimento, respeito e igualdade de status para todas as culturas se tornará cada vez mais importante.

O multiculturalismo é um fato atual para a maioria das sociedades ocidentais, e requer que uma sociedade política reconheça a igualdade de posições de todas as comunidades estáveis e viáveis existentes na sociedade, proibindo, assim, a discriminação contra grupos e indivíduos em razão da etnia, raça, nacionalidade, religião, classe, gênero ou preferência sexual. No entanto, algumas dessas comunidades podem ser autoritárias, não liberais e opressivas – de modo que cabe perguntar se “multiculturalismo” se aplica igualmente a todas as comunidades, ou apenas àquelas que são liberais?

Rawls (6) procura traçar diretrizes para um direito dos povos aceitável para os membros de ambas culturas, liberais e não liberais, através da introdução do conceito de *sociedades razoáveis*. Essas sociedades seguem certos princípios fundamentais:

- paz (busca dos seus fins através da diplomacia e do comércio);
- bem comum (uma concepção de justiça);
- consulta (uma hierarquia razoável das mesmas);
- responsabilidade (cidadãos reconhecem suas obrigações e desempenham seu papel na vida social);
- liberdade (alguma liberdade de consciência/pensamento).

Sociedades razoáveis, mesmo as não liberais, poderiam concordar com um direito dos povos com base em um “liberalismo raso” como esse – e isso pode ser visto de forma muito positiva, por oferecer experiências de aprendizagem em ambos os sentidos, já que cada cultura aprende com a outra. Mas o multiculturalismo tem seus limites, e esses limites são delineados pelas pretensões universalistas do “liberalismo raso”, apoiadas por alguma forma de teoria dos direitos humanos. Como diz Hollis (7), sociedades liberais: “(...) devem lutar por ao menos uma tese minimalista e processual sobre a liberdade, a justiça, a igualdade e os direitos individuais.”

No curto prazo, no interesse da paz e do desenvolvimento (ou do ganho político ou econômico), esses compromissos morais básicos podem ser temporariamente diluídos ou arquivados – mas eles são a base inalienável da possibilidade de um multiculturalismo global. Há limites para a tolerância. A democracia liberal (ainda) é um sistema excludente – algumas culturas estão além da fronteira.

Por que devemos ser multiculturalistas? Porque queremos honrar e respeitar a mais ampla variedade da cultura humana. Por quê? Porque isso enriquece a todos nós. Valorizamos a diversidade, porque cada cultura expressa uma forma de vida humana e nos ajuda a apreciar toda a gama de diferença e escolha. É pela mesma razão que valorizamos o conhecimento da história da evolução social humana: para nos ajudar a entender melhor a nossa identidade como seres humanos.

Mas isso significa que temos de tolerar as diferenças e temos que aceitar que, por vezes, pontos de vista de outras pessoas vão influenciar o nosso. O cidadão liberal permite que a democracia aconteça – as pessoas podem entender a razão para (e, portanto, aceitar) as decisões, mesmo que não concordem com elas. Tal “pluralismo racional” é característico do liberalismo, mas doutrinas “não razoáveis” não aceitarão tal pluralismo. Os liberais entendem que o problema está naqueles que se opõem à valorização de qualquer coisa que não seja sua própria cultura.

O que fazer, então? Internamente, procurar, pelo menos em alguma pequena extensão, liberalizar essas culturas (por exemplo,

fazendo valer os direitos liberais básicos dos Estados liberais). Assim, em culturas minoritárias, não permitir escravos, mutilação, casamento forçado, prostituição infantil etc – ou permitir que os indivíduos escapem de tais circunstâncias se quiserem; negar aos outros o direito de colocar “cabresto” em indivíduos para seus próprios fins. Externamente, buscar políticas internacionais que visem conter sociedades não liberais hostis de forma a minimizar sua ameaça para as liberais.

**OS CIDADÃOS
PODEM ESCOLHER
A SUA PRÓPRIA
VERSÃO DO BEM E
ADOTAR OS SEUS
PRÓPRIOS
OBJETIVOS E
VALORES**

O UNIVERSALISMO É ETNOCÊNTRICO?

Críticos do projeto liberal afirmam que a ideia de democracia liberal é um produto histórico, uma espécie de etnocentrismo ocidental, uma espécie de imperialismo pós-colonial, impingindo valores ocidentais locais ao resto do mundo. O tipo de “universalismo” que tanto o liberalismo quanto o olimpismo defendem seria apenas uma cortina de fumaça etnocêntrica. Não há base para tal universalismo dos valores, porque todos os valores surgem dentro das culturas e, portanto, perdem a validade quando atravessam fronteiras culturais – são culturalmente relativos.

Podemos chamar essa tese de “a heresia do antropólogo”: liberalismo para os liberais! Canibalismo para os canibais! (8). Esta tese sustenta que todas as culturas são igualmente válidas, porque elas só podem ser julgadas internamente, em seus próprios termos – por normas e princípios que se aplicam somente a elas mesmas.

OBJEÇÕES AO RELATIVISMO:

1. Esta tese não explica a crítica moral entre culturas – pois como podemos criticar as práticas injustas se isso é tudo que elas são – práticas dos outros?

2. Seria o próprio relativismo um tipo de etnocentrismo dissimulado? É verdade que respeitar outras culturas é abster-se de criticá-las? Ou este é um tipo de desrespeito – não aplicar a outros (negando a outros) os padrões de justificativa e argumento que aplicamos a nós mesmos?

3. O relativismo é autorrefutável. É uma teoria que afirma que não existem verdades interculturais. Mas será que o relativismo se aplica a si próprio? Se assim for, o relativismo não é verdade (porque diz que não existem verdades interculturais, de modo que o próprio relativismo é apenas uma prática cultural de antropólogos, sem a pretensão de verdade, e, portanto, nada tem a dizer a quem está de fora, como eu). Assim, mesmo que o relativismo seja verdadeiro, ele se torna falso. Mas o relativismo não pode ser “verdadeiro”, uma vez que afirma que não existe tal coisa como “verdade”.

4. O conceito de cultura também é assunto complicado. O relativismo, diz Lukes (2002), flerta com a noção de “cultura da pobreza”, segundo a qual as culturas são conjuntos coerentes e homogêneos. Mas as culturas não são “caixas fechadas”. Conflitos surgem dentro das culturas, bem como entre elas, mas o relativismo não nos oferece nenhum modo de progredir nessa área.

5. Finalmente, a adesão à “heresia do antropólogo” significa uma rejeição de todas as organizações que pretendem valores universalistas, incluindo Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e Anistia Internacional. Isso significa que não existe tal coisa como direitos humanos, uma ideia que, é claro, está enraizada em noções de nossa humanidade universal comum.

Dessa forma, Lukes (2002) e Hollis (1999) rejeitam o relativismo como uma forma sensata de lidar com a diversidade. Evidentemente, há uma diversidade considerável, e o trabalho do antropólogo é procurá-la e descrevê-la para nós. Mas o antropólogo excede sua competência profissional, quando procura converter suas experiências em uma teoria ética. A importância de tal pesquisa não pode ser subestimada. Ela nos lembra continuamente que devemos reconhecer o valor da modéstia ou reserva no julgamento moral e crítico, e evitar os perigos da moralização abstrata. Mas a experiência antropológica não é uma base suficiente para uma teoria ética. Os fatos da diversidade exigem explicação teórica – mas os fatos, por si só, não a explicam.

A DEMOCRACIA LIBERAL, UM PRODUTO HISTÓRICO? Não devemos aceitar o liberalismo simplesmente por ser o ponto de vista da nossa própria tribo, porque qualquer perspectiva política exige uma justificativa, e teremos sempre argumentos a favor e contra determinados sistemas.

“A democracia liberal é um produto histórico”. Bem, é verdade que os benefícios de sociedades liberais resultam de uma série de invenções europeias:

- a constituição do indivíduo como sujeito legal;
- ceticismo quanto à verdade;

- autocrítica;
- separação entre igreja e política (e o surgimento do Estado laico);
- separação de igreja e conhecimento (e desenvolvimento da visão científica de mundo).

No entanto, o fato de que o liberalismo aconteceu pela primeira vez no Ocidente não nos confere maior virtude. Talvez ele apenas *aconteceu* aqui – por assim dizer, contingencialmente. Na Europa, historicamente, as pessoas ficaram simplesmente exaustas das guerras religiosas, e o pluralismo surgiu como uma forma pragmática de levar a vida adiante sem a presença permanente de uma guerra debilitante e destrutiva como pano de fundo. Esse desenvolvimento foi longo e doloroso no Ocidente – através de perseguição religiosa e social (havia julgamentos de acusados de “feiticeira” em toda Europa, católicos na Inglaterra ainda não tinham direitos políticos em meados do século XIX, o mesmo valendo para as mulheres até depois da Primeira Guerra Mundial e os afroamericanos até depois da Segunda Guerra Mundial etc). As mudanças precisaram de centenas de anos para acontecer, e ainda não estamos satisfeitos com nossos sistemas políticos. É uma longa e dolorosa luta para alcançar estabilidade com liberdade e desenvolvimento, e talvez as condições prévias ainda não existam em todos os lugares.

“A democracia liberal é um produto histórico”. A frase faz parecer que não há nenhum argumento que justifique o liberalismo, embora um elemento muito importante do pensamento liberal, que é parte do projeto liberal, é a afirmação de que o liberalismo expressa uma espécie de “verdade” sobre os seres humanos e a condição humana; que é o melhor modo de organização social para o benefício de todos os cidadãos do mundo. Os argumentos que apresentamos em favor do liberalismo afirmam que é o sistema dentro do qual as pessoas podem encontrar a liberdade máxima para o autodesenvolvimento e a máxima possibilidade de escolha de estilo de vida, e através do qual as comunidades podem progredir ao longo do caminho de desenvolvimento escolhido por elas mesmas, em paz e concórdia com outras comunidades. É um fato marcante que nenhuma democracia liberal jamais declarou guerra à outra.

Mas temos de permanecer autoconscientes e autocríticos. Só porque uma comunidade reivindica o status de democracia liberal isso não significa automaticamente que eles são os “mocinhos”. Assim, esperamos ver democracias liberais críticas, esforçando-se na direção de ideais expressos em termos de direitos humanos e coexistência pacífica. Uma vez que são criações humanas, elas serão imperfeitas e cometerão erros. Diz-se frequentemente que a democracia não é um bom sistema de governo – é ineficiente, pesada, conduzida por meio de compromissos desarrumados e insatisfatórios, e com muitas outras falhas e desvantagens –, mas todos os outros sistemas de governo concebidos pela humanidade são piores!

OLIMPISMO DE NOVO Estão delineados, acima, a distinção entre conceitos e concepções, e o argumento de que o conceito do olimpismo

tem um alto grau de generalidade. De fato, ele estabelece uma gama de valores liberais “rasos”, aliados aos valores superficiais subjacentes ao conceito de esporte. No entanto, os valores que compõem o seu significado admitem interpretações conflitantes, exibindo uma gama de valores “profundos”, conforme o conceito do olimpismo encontra diferentes expressões de acordo com o tempo e o lugar, a história e a geografia.

No que diz respeito à promoção de seus objetivos de compreensão internacional e multiculturalismo, é da maior importância que o movimento olímpico continue trabalhando para uma representação universal e coerente de si mesmo – um conceito de olimpismo com o qual cada nação possa sinceramente se comprometer, ao mesmo tempo em que encontre para essa ideia geral uma forma de expressão (uma concepção) que seja exclusiva para si, gerada por sua própria cultura, localização, história, tradição e futuro almejado.

Oferecer educação multicultural na e para as democracias modernas é uma tarefa nova e urgente, que deve se colocar para funcionar se quisermos garantir uma herança política viável para as gerações futuras. No presente contexto político global, isso significa promover a compreensão internacional e respeito mútuo; e um compromisso com a resolução pacífica de conflitos.

No caso do olimpismo, os valores “rasos” subjacentes à estrutura de regras do esporte, cuja aceitação por todos os participantes é uma pré-condição para a existência permanente da competição esportiva, apoiam tais esforços políticos nos níveis educacional e cultural. As crianças que são trazidas para as práticas esportivas, e que estão informadas sobre as competições internacionais como os Jogos Olímpicos, estão se tornando conscientes das possibilidades de cooperação internacional, respeito e valorização mútua.

Hoje em dia a própria ideia de uma “sociedade fechada” está sob ameaça em toda parte – as pessoas já não dependem mais de formas restritas e controladas de informações. A internet, televisão por satélite e formas globais de comunicação estão contribuindo para a democratização da informação, e a extensa migração de pessoas em todos os continentes está produzindo um novo cosmopolitismo.

Será necessário níveis cada vez mais altos de dogmatismo, autoritarismo, isolacionismo e extremismo para sustentar sociedades fechadas e exclusivistas. As vidas dessas sociedades estão limitadas. Isso, de qualquer forma, deve ser a nossa esperança, e a esperança de qualquer tipo de internacionalismo pacífico baseado nas ideias de liberdade individual e de direitos humanos.

Jim Parry é professor visitante da Universidade Charles em Praga, da Universidade Olímpica Internacional da Rússia, e da Academia Olímpica Internacional (Grécia). Foi professor e chefe do Departamento de Filosofia da Universidade de Leeds, no Reino Unido.

(*) Este artigo foi traduzido por Gilberto Stam a partir do original em inglês.

NOTAS E REFERÊNCIAS

1. De Coubertin, P. “Forty years of olympism”, (1894/1934). In: Carl-Diem-Institut (ed). *The Olympic Idea: Pierre de Coubertin - discourses and essays*. Stuttgart: Olympischer Sportverlag, 1966, pp.126-130.
2. Parry, J. “Physical education as olympic education”. *European Physical Education Review*, v. 4, nº. 2, pp. 153-167, 1998a. Parry, J. “The justification of physical education”. In: Green, K.; Hardman, K. (eds), *Physical education - a reader*. Aachen: Meyer and Meyer, 1998b, pp. 36-68,
3. Rawls, J. “The law of peoples”. In: Shute, S.; Hurley, S. (eds). *On human rights*. New York: Basic Books, 1993, pp. 41-82.
4. Parry, J. “Sport and olympism: universals and multiculturalism”. *Journal of the Philosophy of Sport*, v. 33, nº. 2, 2006, pp. 188-204.
5. Neste artigo, os termos “liberal” e “liberalismo” referem-se ao liberalismo clássico e devem ser claramente distinguidos da ideologia neo-liberal (principalmente norte-americana), que enfatiza os princípios econômicos, especialmente a primazia das forças de mercado na economia global. O liberalismo clássico, ideologia política desenvolvida no século XIX na Europa e nos Estados Unidos, enfatiza os princípios políticos de igualdade, liberdade, reciprocidade e justiça.
6. Na obra *The law of peoples*, o filósofo político norte-americano John Rawls, se refere ao direito dos povos como: “uma concepção política particular de direito e justiça que se aplica aos princípios e normas do direito e da prática internacional.”
7. Hollis, M. “Is universalism ethnocentric?”. In: Joppke, C.; Lukes, S. (eds), *Multicultural questions*, Oxford: OUP, 1999, pp. 27-43.
8. Lukes, S. *Liberals and cannibals*. London: Verso, 2002. Ver também: Hollis, M. “Is universalism ethnocentric?”. In: Joppke, C.; Lukes, S. (eds), *Multicultural questions*, Oxford: OUP, 1999, pp. 27-43.

NOME DO GRUPO

ARETE - CENTRO DE ESTUDOS OLÍMPICOS

LÍDERES

OTÁVIO GUIMARÃES TAVARES DA SILVA; WAGNER DOS SANTOS

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Estudos olímpicos; Estudos socioculturais da educação física, esporte e lazer

INSTITUIÇÃO

UFES

EMAIL

otavares@uol.com.br

NOME DO GRUPO

CENTRO DE ESTUDOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS

LÍDERES

ALBERTO REINALDO REPPOLD FILHO; SELDA ENGELMAN

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Gestão e política de esporte; Impacto e legado de megaeventos esportivos; Olimpismo e filosofia do esporte

INSTITUIÇÃO

UFRGS

WEBSITE

<http://www.ufrgs.br/ceo/>

NOME DO GRUPO

CENTRO DE PESQUISA EM ESPORTE, LAZER E SOCIEDADE

LÍDER

WANDERLEY MARCHI JÚNIOR

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

História e sociologia do esporte; Políticas públicas de esporte

INSTITUIÇÃO

UFPR

EMAIL

marchijr@ufpr.br

NOME DO GRUPO

CENTRO DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E ESPORTES ADAPTADOS DO ESTADO DE SERGIPE

LÍDER

AILTON FERNANDO SANTANA DE OLIVEIRA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Análises de cenário referentes às políticas públicas na educação física, no esporte e no lazer

INSTITUIÇÃO

UFS

EMAIL

ailtonufs@gmail.com

NOME DO GRUPO

ESTUDOS SOBRE LEGADOS DE EVENTOS E MEGAEVENTOS

LÍDERES

FRANCISCO PAULO DE MELO NETO; JOSÉ FERNANDES FILHO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS; ADMINISTRAÇÃO

LINHAS DE PESQUISA

Legado social e cultural de eventos e megaeventos

INSTITUIÇÃO

UFRJ

WEBSITE

<https://carnivalprojectufrj.wordpress.com>

NOME DO GRUPO

GESTÃO E MARKETING DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, SAÚDE E LAZER

LÍDERES

PAULO HENRIQUE AZEVÊDO; ANTONIO CARLOS BRAMANTE

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE; EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Gestão pública e empresarial da educação física, esporte e lazer; Gestão de experiências no lazer

INSTITUIÇÃO

UNB

WEBSITE

<http://gesporte.blogspot.com.br>

NOME DO GRUPO

GRANDES PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO URBANO

LÍDERES

GLAUCO BIENENSTEIN; FERNANDA
ESTER SÁNCHEZ GARCÍA

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;
ARQUITETURA E URBANISMO

LINHAS DE PESQUISA

Arquitetura dos megaeventos;
Megaeventos esportivos e
metrópoles

INSTITUIÇÃO

UFF

WEBSITE

[https://www.facebook.com/
GPDU-Uff-142044969259539/](https://www.facebook.com/GPDU-Uff-142044969259539/)

NOME DO GRUPO

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS
E CIDADES

LÍDER

GILMAR MASCARENHAS DE JESUS

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; GEOGRAFIA

LINHAS DE PESQUISA

Megaeventos esportivos
e gestão urbana;
Paisagens, legados e
significados dos grandes
eventos esportivos

INSTITUIÇÃO

UERJ

EMAIL

gil.mascarenhas@globo.com

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE ESPORTE,
CULTURA E HISTÓRIA

LÍDER

SILVANA VILODRE GOELLNER

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Esporte, gênero e sexualidade;
Informação e documentação em
educação física e esportes; História
do esporte e da educação física

INSTITUIÇÃO

UFRGS

WEBSITE

<http://www.ufrgs.br/grecco/site/>

NOME DO GRUPO

GRUPO DE PESQUISA E ESTUDOS
SOCIOLÓGICOS EM EDUCAÇÃO FÍSICA
E ESPORTE

LÍDERES

ADRIANA SCHÜLER CAVALLI;
MARCELO OLIVERA CAVALLI

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Estudos olímpicos;
Educação física e sociedade

INSTITUIÇÃO

UFPEL

EMAIL

adriscavalli@gmail.com

NOME DO GRUPO

GRUPO DE ESTUDOS OLÍMPICOS

LÍDER

KATIA RUBIO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS HUMANAS; PSICOLOGIA

LINHAS DE PESQUISA

Gênero, movimento olímpico e
corporeidade; Olimpismo,
imaginário esportivo e cultura;
Psicologia social do esporte e
estudos socioculturais do
movimento humano

INSTITUIÇÃO

USP

EMAIL

katrubio@usp.br

NOME DO GRUPO

GRUPO DE PESQUISAS EM
ESTUDOS OLÍMPICOS

LÍDERES

NELSON SCHNEIDER TODT;
LUCIANO CASTRO

ÁREA PREDOMINANTE

CIÊNCIAS DA SAÚDE;
EDUCAÇÃO FÍSICA

LINHAS DE PESQUISA

Educação olímpica;
Memória e representações sociais
do esporte

INSTITUIÇÃO

PUCRS

WEBSITE

[http://www3.pucrs.br/portal/page/
portal/fefiduni/fefidCapa](http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fefiduni/fefidCapa)

A PESCA DO CAMARÃO-DA-AMAZÔNIA, PERSPECTIVAS FUTURAS NO LITORAL PARAENSE

*Bianca Bentes, Jussara M. Martinelli-Lemos,
Camila Araújo e Victoria Isaac*

Os camarões Palaemonidae são conhecidos popularmente como camarões-de-água-doce (1). Os gêneros *Palaemon*, *Palaemonetes* e *Macrobrachium* são os mais representativos no Brasil, sendo este último o que mais se destaca por abranger 19 espécies (2), dentre as quais o camarão-da-Amazônia, *Macrobrachium amazonicum*, desperta interesse comercial principalmente nos estados do Pará, Amapá e Maranhão.

Embora já se tenha um pacote tecnológico desenvolvido especialmente para o cultivo de *M. amazonicum*, há uma carência muito grande de estudos voltados para a compreensão da dinâmica populacional e das relações ecológicas deste camarão em ambiente natural (3).

O crescente esforço das capturas de *M. amazonicum* na região Norte do Brasil já foi alertado por Lucena-Frédou e colegas (4), onde os autores chamam atenção para a falta de manejo de pesca para a espécie, bem como para o estabelecimento mínimo de tamanho para sua comercialização. Para haver um manejo dos recursos pesqueiros é fundamental que esse processo ocorra de forma colaborativa e integrando todos os atores e setores de interesse, isto é, tanto o governo, como o setor produtivo. Nesse contexto o presente artigo traz algumas abordagens a respeito da pesca do camarão-da-Amazônia, levando em consideração os aspectos biológicos, econômicos e sociais, a fim de discutir as questões sobre o futuro do estoque desse importante recurso pesqueiro.

PESCA E ESTUDOS SOBRE A ESPÉCIE O camarão-da-Amazônia é capturado de várias maneiras na zona costeira e águas interiores do estado do Pará. Entretanto, a utilização de armadilhas popularmente conhecidas como matapis parecem ser as mais utilizadas. Este petrecho é confeccionado com varetas finas de talas das palmeiras juba (*Astrocaryum* spp. e *Arix* spp.) ou jupati (*Raphia vinifer*), amarradas com um traçado de cipó, formando uma armação cilíndrica que é fechada em cada extremidade em forma de funil (5). A isca utilizada para a pesca é o fruto da palmeira babaçu (*Orbignya speciosa*), vendida na forma de farinha nos mercados regionais (6).

É importante que haja um manejo adequado quanto à utilização dessa armadilha, uma vez que, em função da distância entre as talas, os matapis podem ser pouco seletivos dado que capturam camarões de diferentes tamanhos e faixas etárias, além do impacto da extração da palmeira nativa da floresta.

A reprodução de *M. amazonicum* é do tipo contínua ou periódica, com um aumento gradativo nos meses mais chuvosos. Os locais mais abrigados, como por exemplo as cabeceiras de canais-de-maré ou furos (comuns no estuário amazônico), são os locais preferencialmente procurados por fêmeas maduras para a desova e crescimento dos juvenis (7; 8).

Estudos de crescimento e de avaliação do *status* de exploração na área mostraram que esses camarões crescem rapidamente, embora não atinjam grandes tamanhos. As taxas de mortalidade e exploração obtidas apontam para um estado de sobreexploração do recurso, ou seja, em muito, já foi superada a taxa máxima de exploração sustentável (9).

PESCADORES E MANEJO PESQUEIRO A situação socioeconômica dos pescadores não é diferente dos demais sistemas pesqueiros do litoral do Pará (3). Bentes e colegas (10), ao entrevistarem 25 pescadores na Ilha de Mosqueiro em 2009,

observaram a falta de níveis adequados de escolaridade; um manejo inexistente; dificuldade de obtenção e/ou administração dos financiamentos obtidos para a compra de petrechos e/ou embarcações; atuação deficiente das entidades de classe em representar a categoria; a existência de uma cadeia de comercialização difusa e pouco eficiente, uma vez que não valoriza os seus principais atores - os pescadores; e, por último, a falta de recolhimento de impostos oriundos da atividade de captura de *M. amazonicum*.

Ainda não existem políticas públicas voltadas ao ordenamento pesqueiro do camarão-da-Amazônia, entretanto, algumas iniciativas, com algum sucesso, têm sido realizadas. O camarão-da-Amazônia é, acima de tudo, mais um recurso tratado com descaso que tem mostrado sinais de sobreexploração. A atividade de captura descontrolada, mesmo por pescadores artesanais, já está comprometendo os estoques pesqueiros (14).

Neste sentido, o que se observa são problemáticas de ordem social, ecológica e econômica que deveriam ser tratadas com maior cuidado. O problema social advém da introdução de mão de obra infantil na atividade, pois os filhos de pescadores, muitas vezes, diante da ausência de recursos, são obrigados a trabalhar na pesca cada vez mais cedo, seja na captura ou num primeiro "beneficiamento" - como é chamada a atividade de separação dos espécimes em "classes" (grandes, médios e pequenos) e a limpeza da produção. A questão ecológica se coloca dado o pouco conhecimento sobre a biologia dessa espécie e ainda pelo hábito do consumidor em comprar produtos com tamanho abaixo do estabelecido por lei, o que vem garantindo a sustentação desse mercado ilegal (venda de camarões jovens a menores preços). E a problemática econômica está no fato da atividade gerar rendimentos que são desconhecidos quanto à parte exportada para outros locais do Brasil, pois não são gerados impostos nem para o município, nem para o estado (3).

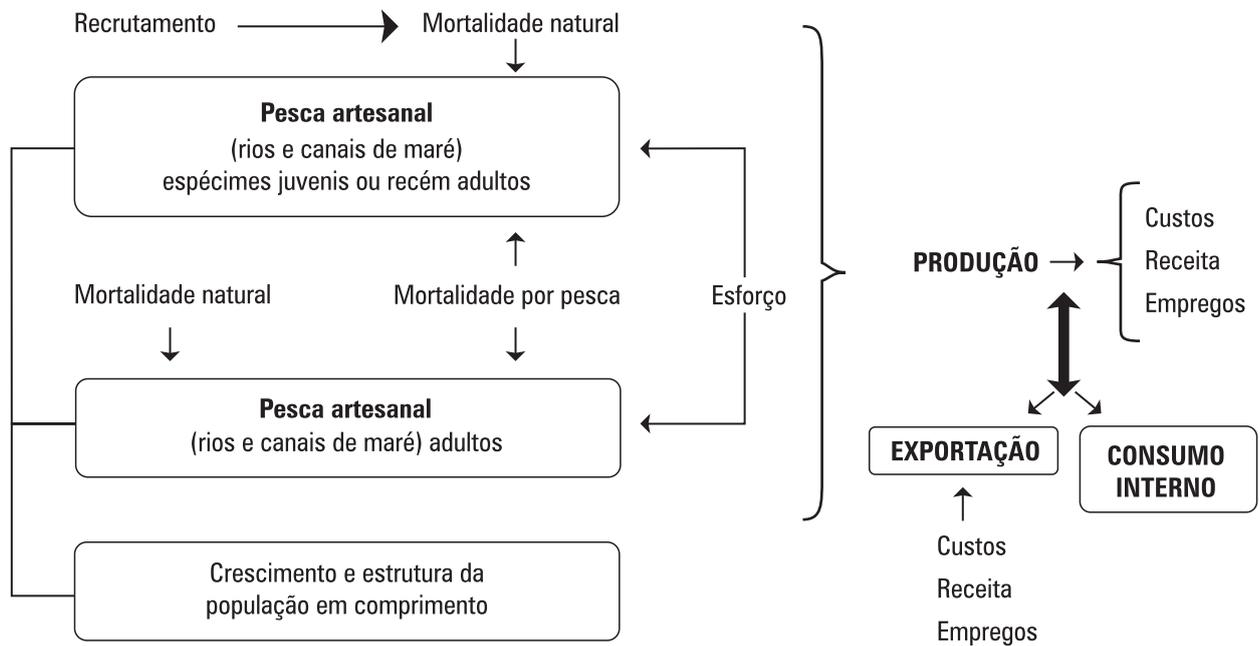
Essa situação é comum entre a maioria dos recursos pesqueiros do Pará e gera, também, um outro problema econômico, pois, normalmente, esses recursos são exportados para outros locais (do Brasil e do mundo) como matéria-prima, sem nenhum tipo de beneficiamento que vise à agregação de valor ao produto como forma de converter rendimentos para todos os envolvidos na cadeia produtiva. Desta forma, o Pará permanece como mero exportador de matéria bruta e, além dos impostos não serem recolhidos no estado, o lucro jamais chega ao fornecedor primário - o pescador.

Trabalhos científicos contribuem para a geração de conhecimento sobre a espécie, porém é sabido que os recursos públicos para esse fim são de difícil acesso ou demandam tempo para a divulgação dos resultados. Adicionalmente, a coleta de informações de produção de camarão é deficiente, face aos inúmeros gargalos de sua cadeia de comercialização. Essa dificuldade se vale da grande quantidade de portos pesqueiros e dos volumes desembarcados. Esse fato, aliado à utilização de metodologias de extrapolação da produção cuja aplicabilidade não condiz aos sistemas pesqueiros paraenses, ainda culminam em dados pouco precisos da atividade pesqueira local. Desta forma, parece evidente a necessidade de um controle mais coerente da produção do camarão-da-Amazônia.

DIRETRIZES PARA UM MODELO BIOECONÔMICO Atualmente, vêm sendo utilizadas técnicas sofisticadas com excelente aplicabilidade no manejo pesqueiro. Essas ferramentas, conhecidas como modelos bioeconômicos ou análise de coortes, permitem delinear formas mais acuradas de manejo e delimitar possíveis cenários futuros, mediante a introdução de dados biológicos e/ou econômicos (3).

Para que um ideal de manejo seja atingido, a elaboração de um modelo bioeconômico precisa ser necessariamente validada. Esta validação, em se tratando do camarão-da-Amazônia, deve ser baseada nas consequências econômicas e biológicas da variação no esforço de pesca. Esses modelos são considerados instrumentos analíticos e vêm sendo utilizados no ordenamento de algumas espécies de peixes capturadas em países como o Chile e o Peru (12). Para o camarão-da-Amazônia, assim como para as demais espécies nas quais se pretende utilizar essa ferramenta, o modelo bioeconômico elaborado deve ser relativamente fácil de compreender e manejar e, ao mesmo tempo, ser bastante flexível, podendo adaptar-se facilmente ao volume de dados disponíveis. É importante, também, que todos os parâmetros possam mudar para que sejam mostrados os cenários/condições desse sistema pesqueiro, de modo que possam ser previstos cenários futuros das pescarias. Esse modelo - baseado em submodelos ecológicos, econômicos, tecnológicos e sociais - seria elaborado como mapa conceitual para o entendimento global do sistema pesqueiro. Para o camarão-da-Amazônia, um modelo bioeconômico deveria pelo menos compreender os aspectos mostrados na Figura I.

Figura 1: Modelo conceitual de ferramenta bioeconômica de pescarias artesanais do camarão-da-Amazônia (*Macrobrachium amazonicum*) para a baía do Guajará, Pará. Fonte: Bianca Bentes



A avaliação dos efeitos econômicos, por exemplo, de um aumento ou diminuição da produção em um determinado setor, uma expansão ou contração da pescaria, poderia ser realizada mediante uma análise de insumo/produto (IP), que não se aplicaria somente à atividade de captura, mas a todas as outras etapas, uma vez que todas estariam conectadas. Por conseguinte, todos os demais efeitos poderiam ser previstos. O principal desfecho da análise seria, então, avaliar a eficácia de uma pescaria. Certamente, essas análises são muito pertinentes ao setor pesqueiro, onde os recursos são de uso comum e tendem a causar uma distribuição desigual (ou sub-ótima) dos fatores.

O modelo permitiria avaliar um nível ótimo de atuação do esforço para aumentar ao máximo os benefícios totais das capturas. Entretanto, para que isso aconteça é preciso, necessariamente, ter os dados claramente definidos. Outro importante papel para a otimização das pescarias e, conseqüentemente, de todo o sistema pesqueiro, é o da administração de todo o processo que, segundo Bossier e Wolff (16), deve se apoiar primeiramente a) na conservação, em longo prazo, dos recursos; b) na maximização da produção e da receita total das capturas ou da entrada de divisas; c) na maximização do lucro; d) na diminuição dos custos de produção; e) na melhoria da condição econômica e social

da mão de obra, para uma melhor oportunidade de emprego e redistribuição dos benefícios.

Certamente, esses seriam os princípios básicos para uma administração pesqueira ideal, entretanto, é sabido que, no caso específico de camarões, como ressaltam Isaac e colegas (17), existem peculiaridades que dificultam esse processo, em particular o fato de que os camarões apresentam elevados valores na comercialização - o que já pode ser observado também para *M. amazonicum* nas feiras de mercados populares de Belém (PA) - fato que aumenta extraordinariamente o incentivo para aumento de esforço de pesca. Assim, a falta de uma adequada administração da atividade, desde seu princípio, pode vir a possibilitar esse incremento demasiadamente elevado do esforço de pesca, conduzindo à rentabilidade nula e até a uma redução dos valores de capturas totais. Fortalece-se a necessidade da administração dessas pescarias, o que pode ser viabilizado utilizando-se os modelos bioeconômicos supracitados, que convergem para a visualização desses possíveis cenários futuros mediante a introdução de dados biológicos ou da geração de divisas no modelo, por exemplo.

A baía do Guajará é um ambiente de fácil acesso à fiscalização e monitoramento da atividade, tendo vista a proximidade desta com a capital e a temporalidade dos desembarques

que seguem o ritmo das marés. Sendo assim, a normalização das capturas de camarão-da-Amazônia certamente teria sucesso, porém, a limitação do acesso para a pescaria como, por exemplo, um licenciamento dos pescadores artesanais que pudessem atuar na área, tenderia a provocar a transferência do excesso do esforço para as pescarias ou estoques de áreas vizinhas e, provavelmente, teria que ser limitado também o acesso em todas as pescarias próximas, com o objetivo de controlar essa transferência. Esta problemática já havia sido discutida por Garcia e Le Reste (18). Além disso, para essa baía em particular, a falta de um cadastro de pescadores, que viabilizasse um monitoramento das pescarias, é um impedimento significativo para se implantar as tentativas de controle direto do esforço.

Uma alternativa favorável à diminuição da pressão dos estoques naturais seria o incentivo ao cultivo da espécie, o que já vem sendo observado entre os próprios pescadores que fazem um certo “controle” do pescado, mantendo os menores espécimes em viveiros, sendo um indicativo de que, se fossem orientados corretamente, poderiam ajudar no manejo do recurso.

Uma necessidade imediata é o financiamento para a realização de pesquisas que contemplem estudos básicos da biologia dessa espécie em outras áreas do estado ou da Amazônia como um todo, como forma de integrar conhecimentos e avaliar a repercussão de investimentos no manejo *in situ* e *ex situ*. Como um primeiro passo, a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (Sepaq/PA) aprovou, em 2009, uma rede de pesquisa com algumas instituições de todo o Brasil, com temáticas voltadas à pesquisa em ambiente natural e no cultivo de *M. amazonicum*, denotando novamente a importância do recurso. Os trabalhos consistem no desenvolvimento de pesquisas para otimizar a produção da larvicultura, pois essa é a fase mais complexa do cultivo. As expectativas, até então, são positivas uma vez que os avanços alcançados objetivam viabilizar a interação entre a pesquisa e o setor produtivo.

Bianca Bentes é professora adjunta do Instituto de Estudos Costeiros da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: bianca_bl@yahoo.com.br

Jussara Martinelli-Lemos é professora associada do Instituto de Ciências Biológicas e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca da UFPA.

Camila Araújo é mestranda do curso de pós-graduação em biologia ambiental do Instituto de Estudos Costeiros da UFPA e membro do Grupo de Pesquisas em Ecologia de Crustáceos da Amazônia.

Victoria Isaac é professora associada do Instituto de Ciências Biológicas e coordenadora do Laboratório de Biologia Pesqueira e Manejo de Recursos Aquáticos da UFPA.

REFERÊNCIAS

- Holthuis, L.B. “A general revision of the Palaemonidae (Crustacea Decapoda Natantia) of the Americas.” Allan Hancock Foundation Publications. Occasional Paper. *The subfamily Palaemoninae*. University of Southern California, p 1-395. 1952.
- Bauer, R.T. *Remarkable shrimps: adaptations and natural history of the Carideans*. University of Oklahoma Press, Norman, 316p. 2004.
- Bentes, B. S. “Ecologia, pesca e dinâmica populacional do camarão-da-Amazônia – *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda: Palaemonidae) – capturado na região das ilhas de Belém – Pará – Brasil”. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém. 256p. 2011.
- Lucena-Frédou, F.; Rosa, J. S.; Silva, M. C. N & Azevedo E.F. “Population dynamics of the River Prawn, *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda, Palaemonidae) on Combu island (Amazon estuary)”. *Crustaceana*, pp. 277-290. 2010.
- Odinetz Collart, O. & Magalhães, C. “Ecological constraints and life history strategies of *Palaemonidae* Prawns in Amazonia”. *Verhandlungen Internationale Vereinigung für theoretische und angewandte limnologie*, 25: 2460-2467. 1994.
- Azevedo, E. F. “Biologia reprodutiva do camarão regional *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda; Palaemonidae), na ilha do Combu (Belém, PA)”. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. 28p. 2004.
- Bentes, B.; Martinelli-Lemos, J. M.; Cardoso, C. N. A.; Nascimento, M. S.; Isaac, V. J. N. *Reproductive biology of Macrobrachium amazonicum (Heller, 1862) in an estuary in the Brazilian Amazonian*. 2016. (no prelo).
- Bentes, B. S.; Martinelli, J. M.; Souza, L. S.; Cavalcante, D.V.; Almeida, M. C.; Isaac, V. “Spatial distribution of the amazon river prawn *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda, Caridea, Palaemonidae) in two perennial creeks of an estuary on the Northern coast of Brazil (Guajará Bay, Belém, Pará)”. *Brazilian Journal of Biology*, 71(4): 925-935. 2011.
- Peixoto, S. N. B. “Caracterização molecular e biologia reprodutiva de *Macrobrachium amazonicum* (Crustacea, Decapoda, Palaemonidae)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 71p. 2002.
- Bentes, B.; Cañete, V. R.; Pereira, L. J. G.; Martinelli-Lemos, J. M.; Isaac, V. “Descrição socioeconômica da pesca do camarão *Macrobrachium amazonicum* (Heller, 1862) (Decapoda: Palaemonidae) em um estuário da costa Norte do Brasil: o caso da ilha de Mosqueiro (PA)”. *Boletim do Laboratório de Hidrobiologia*, 25: 21-30. 2012.
- Bentes, B. S.; Isaac, V. J.; Martinelli-Lemos, J. M. *Dinâmica populacional do camarão-da-Amazônia – M. amazonicum (Heller, 1862) (Decapoda: Palaemonidae) – no estuário Guajará – Belém – Brasil*. 2016. (no prelo).
- Bossier, S.; Wolff, M.; Soetaert, K. “Causes of performance differences between scallop culture in Peru and Chile: a bio-economical modeling approach.” In: Mees, J. et al. (Ed.) (2015). *Book of abstracts – VLIZ young scientists’ day*, Brugge. VLIZ Special Publication, 26p. 2015.
- Isaac, V. J.; Dias Neto, J.; Damasceno, F. G. “Camarão rosa da costa Norte. Biologia, dinâmica e administração pesqueira”. *Coleção Meio Ambiente*. Ibama. Série Estudos Pesca. 187p. 1992.
- Garcia, S.; Le Reste, L. “Life cycles, dynamics, exploitation and management of coastal penaeid shrimp stocks”. *FAO Fisheries Technology Papers*, pp. 203-215. 1981.



Poesia de Manoel de Barros leva o leitor a alargar seu olhar

POESIA

MANOEL DE BARROS: VER, REVER E TRANSVER

“Eu não amava que botassem data na minha existência. A gente usava mais era encher o tempo. Nossa data maior era o quando. O quando mandava em nós. A gente era o que quisesse ser só usando esse advérbio. Assim, por exemplo: tem hora que eu sou quando uma árvore e podia apreciar melhor os passarinhos”, explica o poeta Manoel de Barros em *Memórias inventadas: a segunda infância*. Manoel nasceu em Cuiabá, mas logo foi morar com a família na “capital do pantanal”, Corumbá (MS), onde viveu até seus oito anos. Desse local, em

que água e terra se confundem, veio a inspiração para seu estilo que não diferencia verso de frase. “Na verdade, ele escrevia uma espécie de mistura entre poesia e prosa. Você olha e tem cara de verso, mas é prosa. E às vezes você lê uma prosa, mas no fundo é verso. É como as águas. As águas misturam as coisas”, explica o professor de teoria da literatura e de literatura e cinema, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Adalberto Müller Jr. Essa inventividade foi além da estrutura dos textos para seus conteúdos. Porém, Barros nunca gostou de ser classificado como “poeta da natureza” ou “poeta do pantanal” só por utilizar dessas experiências como recursos textuais e de criatividade. Sua obra é mais que uma bela descrição, afinal poeta lida com palavras e inventa a ponto de levar o leitor a alargar seu olhar. “As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis:/ Elas desejam ser olhadas de azul –/ Que nem uma

criança que você olha de ave.”, ensina o poeta no *Livro das ignorâncias*. E é nesse jogo, entre a natureza e a linguagem, que se deve ler o poeta. “Ele faz o conteúdo (a natureza) entrar na forma e se confundir com ela, é uma linguagem da natureza e, de outro lado, a natureza da linguagem”, esclarece Müller. Segundo ele, Barros opera uma mudança sobre quem é o sujeito das ações, libertando e dando voz às coisas. “É o que acontece no poeminha sobre os caracóis: ‘Ah, como serão ardentes nos caracóis os desejos de voar!’ Essa é uma perspectiva que vem do caracol. Quem vai imaginar que o caracol quer voar? Fica se arrastando na pedra, na parede... Então Manoel imagina pontos de vista que não são humanos. Isso significa se tornar ‘coisal’, quando o homem se funde com a natureza”, explica o pesquisador. Aos nove anos, Manoel se mudou para o colégio interno de Campo Grande para concluir o antigo ensino primário. O contato com livros na escola intensificou seu interesse pela literatura. É da obra do padre Antônio Vieira que vem o misticismo presente na poesia de Manoel de Barros. “Ele é um poeta místico, mas não religioso. O místico é alguém que acredita que a transcendência só se realiza na existência. Nas coisas. Na vida...”, ressalta Müller. De acordo com ele, o místico está presente na ideia do êxtase ou gozo com o sagrado, as coisas e a linguagem, como quando “O corpo do rio pra-teia/ quando a lua/ se abre”, do poema *O livro de Bernardo*, e também presente em *O guardador de águas* quando Manoel de Barros declara

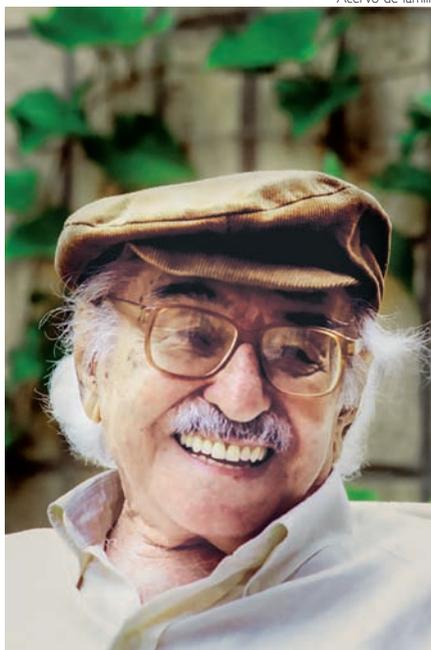
que “a lesma influi muito em meu desejo de/ gosmar sobre as palavras/ nesse coito com letras!”.

SONHO DE SER "INÚTIL" Manoel de Barros concluiu o ginásio e o curso de direito no Rio de Janeiro, onde se tornou membro da Juventude Comunista, experiência que marcou toda sua obra. Mas abandonou a organização após o discurso de Luiz Carlos Prestes em apoio ao governo de Getúlio Vargas. Depois disso, viajou para Bolívia, Peru e estudou cinema e pintura por um ano em Nova York. Ao voltar para o Rio, teve várias ocupações, incluindo a de corretor de imóveis, quando conheceu aquela que seria sua esposa, a mineira Stella Leite. O casal se mudou para Corumbá após a morte do pai de Manoel para cuidar da fazenda herdada, isolando-se mais ainda das grandes rodas de literatura. Por anos, o poeta morou na fazenda, até conseguir se estabelecer em Campo Grande e realizar seu sonho de ser “inútil”, como descrevia a profissão de poeta.

Um dos poetas que mais vendeu livros no Brasil só teve sua obra largamente conhecida quase meio século depois de lançar seu primeiro livro *Poemas concebidos sem pecado*, publicado com 21 exemplares artesanais, em 1937.

A capacidade de fazer rir de Manoel de Barros fez com que as editoras explorassem em demasia uma imagem de poeta para crianças que só fala da natureza, o que acabou ofuscando o aspecto político da sua obra. “O Manoel de Barros era profundamente político. Não que ele apoiasse candidato A ou B, mas

ele vinha de uma formação, não só ligada ao Partido Comunista, mas de uma leitura mística de Marx”, aponta Müller. O professor da UFF compara a poesia de Manoel com a ideia básica de São Francisco de Assis, de amor à natureza e a qualquer criatura, na busca por uma sociedade mais justa. “Isso é o mais profundo da poesia de Manoel de Barros, ele fala de ‘inutensílio’, de uma poesia que cuida daquilo que a sociedade capitalista jogou fora.



Acervo de família

Em sua obra, poeta concilia humor com forte aspecto político

Tanto do sapato velho descartado, quanto das pessoas que foram descartadas pelo sistema. Então ele fala do andarilho... o andarilho o que é? A pessoa que não se enquadra em lugar nenhum no sistema capitalista. Quando Manoel de Barros fala do ínfimo, do descartado, do desnecessário, claro que é político”, completa Müller.

ALÉM DOS LIVROS O processo de criação de Manoel de Barros era singular. Ainda segundo Muller, ele mesmo fabricava seus caderninhos sem pauta, geralmente com uma pintura que gostava na capa, e começava a escrever a mão. Normalmente juntava três e publicava um livro, daí as divisões em suas obras, que na verdade não existem. Para Muller, pode-se considerar todos seus livros uma só obra.

As entrevistas escritas que concedia também são uma rica fonte para conhecer o poeta. “Ele escrevia com as mesmas técnicas que usava para escrever os poemas”, explica Müller, que reuniu todas as entrevistas concedidas até 2003 no livro *Encontros*. Os textos do poeta também foram adaptados para o cinema, no documentário *Só dez por cento é mentira* (2008) de Pedro César, e os curta-metragens *Caramujo-Flor*, de Joel Pizzini e *Wenceslau e a árvore gramofone*, de Adalberto Müller Jr. Também inspiraram peças de teatro, exposições e música, como o álbum *Música de sobrevivência*, de Egberto Gismonti. “Manoel de Barros é intraduzível. Tudo que a gente pode fazer é tentar entender a linguagem dele, se apropriar dessa linguagem e criar um outro meio, como em outra mídia, algo de equivalente”, finaliza Müller.

Manoel de Barros, que completaria 100 anos em 2016, faleceu aos 98 anos, no dia 13 de novembro de 2014. Muitos números para alguém que, ao invés de contar ou medir, escolheu ver, rever e transver o mundo.

Kátia Kishi

TEATRO

SHAKESPEARE VIVE

Durante sua vida, William Shakespeare publicou 38 peças e 154 sonetos, além de dois longos poemas narrativos. 400 anos após sua morte, a obra do dramaturgo inglês continua emocionando, suscitando debates e estudos e cativando um público gigantesco ao redor do mundo. Para homenagear um dos maiores nomes da cultura mundial, o British Council, em parceria com a embaixada do Reino Unido e o programa Visit Britain, organizou o *Shakespeare lives* (Shakespeare vive), iniciativa mundial que apresenta ao público diversas atividades culturais e educativas para promover a imagem de um Shakespeare contemporâneo e criativo.

Os eventos serão disseminados em 110 países – inclusive no Brasil – e a programação contará com espetáculos de dança e teatro, exposições de filmes, exposições de arte, festivais internacionais, cursos online, torneios teatrais e a publicação de conteúdos educacionais para o ensino da língua inglesa. Os apreciadores do dramaturgo inglês podem fazer um curso online de inglês grátis baseado em sua vida.

Outro destaque é o lançamento de uma plataforma online em que pessoas do mundo todo poderão interpretar cenas das peças de Shakespeare de forma criativa, recriando suas obras no meio digital. “A herança de Shakespeare não tem comparação: as suas obras foram traduzidas em



Comemorações em torno do dramaturgo inglês incluíram um concurso de fotografias com novas leituras sobre sua obra

mais de 75 línguas e são estudadas por alunos de metade do planeta”, afirmou o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron, no lançamento do programa. A programação pode ser acessada no site oficial do evento: www.shakespearelives.org.

No Brasil a cidade de Curitiba foi o palco do lançamento do programa, que aconteceu em março, paralelamente ao Festival de Teatro de Curitiba, um dos mais tradicionais do país. Entre as atividades que acontecem no país ao longo de todo o ano de 2016 está a Casa Shakespeare, em

Paraty, durante a Flip, maior festival literário do Brasil, e uma programação de teatro e de filmes do acervo do British Film Institute em diversas cidades do país. O legado de Shakespeare também é tema da campanha educacional online Play Your Part e de atividades na British House, a casa britânica no Rio de Janeiro, durante os Jogos Olímpicos.

Também um concurso para professores e alunos dos ensinos fundamental II e médio, chamado “Shakespeare hoje”, que vai estimular os alunos a pensar criticamente sobre a relevância do autor no contexto atual. A iniciativa contará com material pedagógico elaborado pelo British Council em parceria com a Royal Shakespeare Company, em português. Haverá, também, distribuição gratuita de materiais didáticos para o ensino de inglês com a temática de Shakespeare.

FAZENDO HISTÓRIA William Shakespeare nasceu em 1564 e foi criado em Stratford-upon-Avon, uma pequena cidade no interior da Inglaterra, mas mudou-se para Londres por volta de 1588, onde começou sua carreira como ator e escritor. Não demorou muito para que seu trabalho fosse reconhecido, tanto pela qualidade quanto pelo aspecto inovador. “Na virada do século XVI para o XVII, Shakespeare era o artista mais celebrado e famoso da corte elisabetana em razão da fluidez e da força metafórica de seus textos, bem como da argúcia nas montagens e performances de palco”, diz Aparecido Donizete Rossi, chefe do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

Visionário, Shakespeare escreveu peças dentro de peças, como em *Hamlet*. Em *Macbeth* contou a história de seu país usando metáforas e ironia. Inventava palavras para designar o que a língua inglesa daquele tempo ainda não era capaz de comportar, transformava instruções para atores e descrições de palco em texto das peças. Esses são apenas alguns dos artifícios introduzidos pelo autor no teatro de sua época e que permanecem inovadores ainda hoje. Shakespeare produziu a maior parte de suas obras entre 1590 e 1613. No final de sua vida, voltou para Stratford-upon-Avon, onde morreu em 23 de abril de 1616. A obra do dramaturgo começou a se tornar conhecida em outros países e a notoriedade do escritor atingiu seu ápice no século XIX, com o romantismo, até se tornar hoje um dos maiores nomes da cultura mundial. “Eu diria que Shakespeare não tinha medo de representar os extremos. Ele viveu em uma época de transição, na qual ainda restavam fortes elementos do feudalismo, mas já despontavam as forças que levariam à era moderna. A coexistência de mundos opostos solapava um chão seguro à composição. Sua disposição de ir até onde a imaginação consegue é um exemplo valioso para o nosso tempo, no qual há tantos autores preocupados com a sua imagem, sempre procurando agradar ao público e às editoras, sem disposição de enfrentar o mercado”, afirma Fábio Akcelrud Durão, professor de teoria literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp.

UNIVERSAL “As peças de Shakespeare permanecem atuais porque cada uma delas, especialmente as mais co-

nhecidas, tematiza valores universais plasmados em personagens emblemáticas. *Hamlet* é uma peça sobre a vingança, *Macbeth* sobre a ganância, *Otelo* trata do ciúme e *Romeu e Julieta* sobre o amor”, explica Rossi. E continua: “Shakespeare soube, como nenhum outro artista, captar essas bases personificando-as e nomeando-as, tornando-as personagens, representações verossimilhantes do humano. Ocorre, no entanto, que Shakespeare foi além e tornou essas personagens arquétipos do que representam. É dessa capacidade de tornar arquetípicos os sentimentos mais profundos da condição humana que emerge a atualidade de Shakespeare”.

Já para Durão, a atualidade de Shakespeare surge por uma via diferente. “É justamente quando percebemos como suas peças combinam elementos estranhos a nós com outros que ainda ressoam, que aparece algo poderoso sobre o nosso presente. Algo semelhante acontece quando nos deparamos com o acúmulo de séculos de leituras e interpretações de seus textos. Neste caso, temos um palco no qual diferentes épocas aparecem e com as quais podemos contrastar a nossa”.

Independentemente do motivo, é inegável a atração que a obra shakespeariana desperta em seus leitores e espectadores, assim como a marca indelével que o dramaturgo e poeta deixou na história do mundo. Suas obras transcendem ao longo dos séculos como patrimônio mundial. Por isso, 400 anos depois da sua morte, ele é celebrado como um escritor vivo que ainda fala para todos os povos e nações.

Chris Bueno

CINEMA

EMPREGO DOMÉSTICO E A ARQUITETURA DA DESIGUALDADE

O quarto de empregada faz parte de uma tradição arquitetônica brasileira, de segregação, que remonta ao período de escravidão. Ele surge como uma solução para separar empregados e patrões que permaneceram vivendo juntos após a abolição, em 1888. A delimitação de espaços de circulação a partir da condição social vem se alterando lentamente, entre avanços e retrocessos. Um bom exemplo foi a aprovação da Lei nº 11.995/1996, que veda a discriminação no acesso aos elevadores segundo a condição social das pessoas na cidade de São Paulo. Antes de ser aprovado, o projeto de lei gerou bastante discussão e foi tema de uma coluna do jornal *Folha de S. Paulo*, em que a *promoter* Daniela Diniz dizia: “não é uma questão de discriminação, mas de respeito. Acho que cada um deve ter o seu espaço”. Outra importante conquista dos empregados domésticos veio em 2013, com a aprovação da “PEC das domésticas”, que estende os benefícios trabalhistas já existentes para essa classe de trabalhadores.

Essas mudanças acabaram por colocar a empregada doméstica também na pauta da produção audiovisual brasileira. Se até os anos 2000, era uma figura retratada quase que ex-

clusivamente nos núcleos cômicos de telenovelas, nos últimos anos alguns filmes têm colocado a empregada em muitos outros cenários propondo interessantes reflexões sobre o tema e explorando, entre outras questões, a arquitetura da desigualdade no Brasil, caracterizado por ambientes como a “área de serviço”, o “quarto de empregada” e o “elevador de serviço”.

Como revelou Joel Zito Araújo, no livro *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira* (2004), o papel da empregada era quase sempre interpretado por uma atriz negra, único espaço que elas tinham na televisão. Os primeiros sinais de mudança aparecem com o lançamento da comédia *Domésticas* (2001), dirigida pelo, então estreado, Fernando Meirelles e por Nando Olival. Apesar da inovação de trazer para as telas um grupo social até então ignorado, o filme foi bastante criticado por produzir um retrato estereotipado das empregadas domésticas que aparecem cometendo equívocos gramaticais e culturais. Além disso, o fato de o filme não mostrar as empregadoras foi entendido como uma maneira de poupá-las de qualquer crítica. Após esta primeira incursão humorística, a empregada doméstica volta a protagonizar uma obra audiovisual no documentário de Gabriel Mascaro *Doméstica* (2013). Para produzir o filme, Mascaro adotou um procedimento inusitado: pediu para que sete adolescentes previamente selecionados filmassem as funcionárias de suas casas durante uma semana. O resultado da edição desse material é um retrato in-



Cinema brasileiro recente traz novas visões sobre o empregado doméstico

timista e dramático da vida dessas sete pessoas e a sua relação com os “patrões-mirins”. Ainda que em muitos momentos o filme tenha um tom bem humorado, há uma grande distância do tom cômico e estereotipado que encontramos no filme de Meirelles e Olival. Também vem de Pernambuco outras duas produções que abordaram a questão da empregada doméstica no país, sob diferentes aspectos. *Recife frio* e *O som ao redor*, ambos do diretor Kleber Mendonça Filho (2009 e 2012). Em *Recife frio* uma brusca alteração climática transforma a capital pernambucana em uma região de baixíssimas temperaturas. A situação inusitada provoca uma inversão de valores arquitetônicos no apartamento de uma família de classe média, na medida em que o filho passa a

cobiçar o quarto da empregada, antes pequeno e com pouca ventilação, mas que passa a ser o cômodo mais quente da casa. Em *O som ao redor*, o protagonista, um corretor de imóveis, mostra um apartamento para um potencial comprador, dizendo, com entusiasmo, que o quarto de empregada é diferenciado, pois tem uma janela.

QUARTO DOS FUNDOS Mas é em *Que horas ela volta?*, de Anna Muylaert, que a relação entre a arquitetura e a desigualdade social é colocada em primeiro plano. No filme, Val, interpretada pela atriz Regina Casé, deixa sua cidade natal, em Pernambuco, para trabalhar como doméstica e babá para uma família de classe alta, em São Paulo. Ela, que mora em um quatinho nos fundos da casa, vê sua vida mudar quando a filha vem visitá-la, depois de treze anos em que foi criada pela avó. A partir desse enredo e utilizando a arquitetura da casa, Muylaert revela a desigualdade entre patrões e empregados: o contraste entre o amplo e espaçoso quarto de visitas, sempre desocupado, e o minúsculo quarto da empregada; a piscina, que surge como um importante símbolo da segregação social. Nas cenas finais do filme, ela adquire ares de metáfora visual quando Val decide pedir demissão, e, antes de se mudar, entra na piscina, transgredindo aquela fronteira física socialmente imposta.

O arquiteto e professor associado da Universidade do Texas, Fernando Luiz Lara explica que, até o final do século XIX a arquitetura das casas remontava a “mini casas-grandes”. Na parte frontal ficava a área nobre e

social e a área de fundo correspondia aos cômodos “de serviço”, entre eles as acomodações dos empregados, muitas vezes na forma de edículas, independentes do resto da casa. Este modelo, que sofreu pequenas variações no decorrer dos anos, pode ser encontrado em muitas casas até hoje. Com a verticalização das cidades, os prédios de apartamentos criaram soluções arquitetônicas para perpetuar essa segmentação entre patrões e empregados. Como explica Lara, os apartamentos são compostos por dois eixos: de um lado, o eixo social, formado por sala, corredor, quartos e banheiro, e do outro, o eixo de serviço, com cozinha, área de serviço e quarto de empregada. Essa área de serviço possui uma porta que a conecta com os elevadores, a chamada porta de serviço, em geral mais simples do que a porta social. Além disso, muitos prédios possuem dois tipos de elevadores, os sociais e os de serviço.

ESPAÇOS DIVIDIDOS “Mesmo quando, por questões puramente econômicas, o quarto de empregada desaparece, permanece o preconceito expresso na porta de serviço ou na insistente separação entre cozinha e sala de jantar, que desapareceu há décadas nos países onde a desigualdade de raça e de gênero é menor que a brasileira”, afirma. Apesar do avanço da legislação trabalhista, o ambiente do trabalho do empregado doméstico está sujeito a outras dinâmicas. A condição singular do emprego doméstico, marcada pela proximidade com os empregadores acaba por gerar laços de afetividade que tendem a dissolver

as distinções clássicas entre funcionário e patrão. Não é incomum o empregador afirmar que a empregada doméstica é “praticamente da família”. Esse fator, somado ao perfil desse trabalhador, em geral mulheres com baixa escolaridade e remuneração, coloca essa categoria em uma situação de grande vulnerabilidade, suscetível a condições abusivas de trabalho.

Neste sentido, o filme *Casa grande* (2014), de Fellipe Barbosa, cujo título é uma clara referência ao livro *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, busca mostrar como essas mudanças são lentas. Na história, um adolescente de classe média alta, cuja família enfrenta graves problemas financeiros, se vê forçado a mudar de hábitos. Ao entrar em contato com outras realidades sociais, ele passa a reconhecer que a sua família é responsável por perpetuar desigualdades. Um exemplo é a demissão do motorista sem a garantia de seus direitos trabalhistas. O filme traz ainda a questão do sexo entre patrões e empregadas, assunto tratado por Freyre, que revelou a complexa dinâmica entre despotismo e intimidade que ocorria na relação entre senhores e escravas no período da escravidão. *Casa grande* é um filme sobre mudanças e sobre permanências. Como mostra a última cena, o rapaz apoiado no parapeito da janela do pequeno quatinho da empregada, sugere que mesmo que esse espaço deixe de existir, ainda resistirá por muito tempo como construção imaginária, pautando a relação entre patrões e empregadas.

Paula Gomes

P O E S I A

L U I S D O L H N I K O F F

da importância

a proximidade do mar
a distância da cidade
a possibilidade de sexo

a solidão

a voz a visão da
minha filha

a pétala do seu tato
seu silêncio

o silêncio

a existência de dinheiro
a ausência de preocupações com
dinheiro

a situação econômica
a oposição política
a pequena política diária

uma cárie
uma câimbra

o aumento da calvície
o início da velhice

um dia triste
um dia curto

o comprimento das unhas

a louça suja
a geladeira limpa
os preços do supermercado

a morte
o excesso de trabalho
a falta de trabalho

um e-mail
de trabalho

o meio de evitar
se preocupar
com o que não tem solução
o que não tem solução
o que tem solução
ou talvez tenha

e em meio a tudo
algum velho poema
moderno

**história compacta mas
completa do Brasil**

casa-grande e favela
condomínio e senzala

no mercado

quando um homem de gênio
se vende
seu próprio gênio o defende
de suas facilidades

quando um homem de talento
não se vende
seu não se vender o defende
de suas limitações

quando um homem de talento
se vende
o talento é insuficiente
para o proteger

quando um homem sem talento
se vende
sua pequenez é suficiente
para o engrandecer

P O E S I A

a névoa

era uma placa pintada
escondendo o fim da estrada

escondendo o fim

por fadiga de material
e falta de reparos
abandonada
ruiu

atrás havia
uma névoa cinza

névoa que não se dissipa

nunca houve uma cidade
na chegada da viagem

havia a placa
e há a névoa

há a névoa
e há uma ponte
lançada sobre o nada

que a cada passo
se estende
e atrás de cada passo
desaba

Luis Dolnikoff é autor dos livros de poemas Pânico (São Paulo, Expressão, 1986, apresentação Paulo Leminski), Impressões digitais (São Paulo, Olavobrás, 1990), Microcosmo (Olavobrás, 1991) e Lodo (São Paulo, Ateliê, 2009). Como crítico literário, colaborou, a partir de 1997, com os jornais O Estado de S. Paulo, A Notícia, Diário Catarinense, Gazeta do Povo, Clarín e, recentemente, Folha de S. Paulo, além das publicações eletrônicas Sibila, Germina, Cronópios, Digestivo Cultural e TriploV (Portugal). Os poemas aqui reproduzidos integram o recém-lançado As rugosidades do caos (São Paulo, Quatro Cantos, 2015, apresentação Aurora Bernardini).

Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>
cienciaecultura@sbcnet.org.br

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

NORMAS

SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

FORMATO Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

RODAPÉ Notas de rodapé não são utilizadas.

CRÉDITO A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

PRAZOS Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

DESTAQUES Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

REFERÊNCIAS O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

ENVIO DE MATERIAL Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

SIGLAS As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

CONTATO É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

Realização



Sociedade Brasileira para o
Progresso da Ciência

Produção Editorial



Apoio



Ministério da
Ciência, Tecnologia
e Inovação

